



OLHARES PLURAIS PARA O COTIDIANO

GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

Larissa Pelúcio
Luís Antônio Francisco de Souza
Bóris Ribeiro de Magalhães
Thiago Teixeira Sabatine
(Org.)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Olhares plurais para o cotidiano:
gênero, sexualidade e mídia

Olhares plurais para o cotidiano:
gênero, sexualidade e mídia

Organizadores

Larissa Pelúcio

Luis Antônio Francisco de Souza

Bóris Ribeiro de Magalhães

Thiago Teixeira Sabatine



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Marília - 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor

Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright © 2012, Conselho Editorial

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Antonio Mendes da Costa Braga

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Mariângela Braga Norte

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - Unesp - campus de Marília

045 Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia
/ Larissa Pelúcio ... [et al.] (organizadores). - Marília:
Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica,
2012
184 p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7983-279-6

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>

1. Sexualidade. 2. Relações de gênero. 3. Comunicação e cultura. 4. Mídia. 5. Pluralismo cultural. I. Pelúcio, Larissa. II. Souza, Luis Antônio Francisco de. III. Magalhães, Bóris Ribeiro de. IV. Sabatine, Thiago Teixeira. V. Título

CDD- 306.7

Editora afiliada:



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
CONEXÕES	
Jovens, mídia e globalização: desafios para uma sociedade democrática <i>Helôisa Pait</i>	16
A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente <i>Richard Miskolci</i>	35
Amores on line <i>Iara Beleli</i>	56
DOCUMENTAÇÕES	
Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes <i>Tatiana Savoia Landini</i> <i>Luiz Fabiano Zanatta</i>	74
“Vinde a mim as criancinhas”: pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas <i>Jane Felipe</i>	90
As fronteiras: lugares móveis, de deslocamento dos sujeitos diferenciados Rompendo os limites, buscando o não hegemônico <i>Lidia Maria Vianna Possas</i>	99
DESAFIOS	
Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? <i>Leandro Colling</i>	112
Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids <i>Tiago Duque</i>	132
“Sin tetas no hay paraíso”?: hacia una ética corporal transLatina <i>Marcia Ochoa</i>	151
Atos de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo. <i>Thiago Teixeira Sabatine,</i> <i>Luís Antônio Francisco de Souza</i> <i>Bóris Ribeiro de Magalhães</i>	162
Quem são os autores e as autoras.....	178

APRESENTAÇÃO

Na última década assistimos a um perceptível aumento de estudos na área de gênero e sexualidade no Brasil. Pesquisas realizadas em várias disciplinas têm apresentado temas e objetos diversificados, adensando o debate no nível teórico e metodológico. O mesmo interesse temático também é visível nos estudos sobre comunicação e mídia, terreno no qual as preocupações relativas à identidade, corpo, raça, a partir dos estudos culturais, têm aportado importantes contribuições práticas. Este contexto de ampliação numérica dos estudos e da visibilidade de novos sujeitos e “culturas sexuais” tem, por outro lado, demandado maior interlocução entre áreas próximas, exigindo intensificação do diálogo entre as ciências sociais e a comunicação social.

No intuito de promover esse debate necessário, a presente coletânea reúne pesquisas de diferentes áreas de conhecimento que utilizam o aporte teórico das ciências sociais, da teoria feminista e dos estudos culturais, entre outros, para pensar o lugar das relações de gênero e sexualidades na produção midiática contemporânea. Estas pesquisas foram apresentadas no *I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: olhares plurais para o cotidiano*, organizado Departamento de Ciências Humanas (FAAC/UNESP – Bauru), Programa de Pós-graduação em Comunicação (FAAC/UNESP – Bauru), Departamento de Sociologia e Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC/UNESP- Marília), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (FFC/UNESP- Marília), Observatório de Segurança Pública da Unesp/CNPq e Observatório da Imprensa na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC/UNESP-Bauru), entre os dias 06 e 07 de outubro de 2011.

Os textos reunidos neste livro sistematizam os debates que marcaram o *Seminário*, oferecendo às leitoras e leitores um conjunto fértil para reflexões, inspirações teóricas e questionamentos metodológicos sobre comunicação e cultura. Estes têm sido termos largamente usados, permeando discussões em diversos campos do saber.

“Comunicação” quanto “cultura” compõem também o vocabulário de senso comum. Se por um lado, esse uso sinaliza a centralidade das questões que se rela-

cionam com essa vasta temática, por outro obnubila as especificidades que cercam esses debates em termos conceituais, teóricos e metodológicos. Em uma sociedade atravessada por essa maquinaria é fundamental, que se amplie campos de reflexão e debate para pensar sobre o funcionamento dessa produção, da circulação das mensagens, da recepção e nas resignificações possíveis pelas quais passam as afirmativas criadas.

A mídia, em todos seus desdobramentos, tem se mostrado um poderoso campo de produção de conhecimento, assim como de manutenção e reprodução das convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, orientação sexual, além de raça, classe e geração. “Enfim, os meios de comunicação refletem as profundas ansiedades de gênero que caracterizam a época atual e trabalham com essas ansiedades.” (CARVALHO; ADELMAN; ROCHA, 2007, p. 124). Responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais em dimensões globais, as narrativas midiáticas são também pedagogias culturais capazes de cristalizar ou desestabilizar noções de gênero e sexualidade.

Por outro lado, é imprescindível reconhecer a ampliação dos espaços de produção discursivas e imagéticas provocadas, por exemplo, pela intensificação do uso das diferentes plataformas disponíveis na internet. Esse contexto exige que o poder das mídias em instituir verdades e moldar o imaginário social seja relativizado e que, se tome esse espaço produtivo como segmentado, multifacetado e plural, para, assim, escaparmos das armadilhas teóricas que tendem a engessar esse campo. Como alguns estudos já apontaram o discurso mediático na sociedade contemporânea não é apenas um espaço de reprodução, mas também se apresenta como um lugar privilegiado de contestações de práticas sociais naturalizadas. Assim, sexualidade, gênero, identidade são termos políticos em disputa cada vez mais presentes na mídia.

Nos anos de 1960 as feministas provocaram uma virada epistemológica ao proporem que o pessoal é político, deslocando definitivamente para o campo do poder os debates sobre relações entre homens e mulheres, o feminino e o masculino, a violência doméstica e as questões relativas à sexualidade e o prazer.

Como elementos constitutivos das subjetividades contemporâneas, gênero, sexualidade e mídia têm pautado inquietantes questões na arena pública. O que vem demandando a elaboração de um arsenal teórico acurado para que possamos aprofundar os termos do debate, refinar conceitos e propor novas perspectivas metodológicas capazes de operar com as variadas tecnologias de comunicação hoje disponíveis e com os usos que as pessoas fazem desses recursos. Conside-

rando, ainda, indagar qual tem sido o papel das diferentes tecnologias discursivas frente às desigualdades nas relações sociais de gênero e dos direitos sexuais.

Iniciamos a coletânea com a seção **Conexões**, na qual podemos dimensionar o impacto das novas tecnologias de comunicação nas relações intersubjetivas, na constituição das afetividades contemporâneas, assim como no modo como as gerações mais novas tem lidado com o político, o criativo e o associativo.

Os contatos mediados por computador, somados agora à portabilidade, possibilitam (com suas particularidades e problemas) novas sociabilidades, ao mesmo tempo em que, reiteram antigos valores, como mostram os textos de Iara Beleli e Richard Miskolci.

O crescimento significativo da centralidade dos meios de comunicação na formação de movimentos sociais, estilos de vida e tendências comportamentais, têm encontrado nos jovens potenciais consumidores, mas também mostram sua capacidade de produtores de mensagens que, de forma nunca antes vista, se espraiam pela rede.

Conexões abre com o texto de Heloisa Pait, “Jovens, mídia e globalização: desafios para uma sociedade democrática”. Pait procura mostrar o potencial criativo que vem emergindo com o estreitamento dos laços entre os jovens a partir dos uso intensificado de computadores conectados. Ao conferir protagonismo aos jovens, a autora questiona a premissa social que os coloca como “ameaça” à ordem, apontando o caráter reacionário e essencializado desses temores. De maneira disruptiva, o texto vai conectando saborosamente, Facebook, Beatles e velhas estórias de família às tramas do presente, quando jovens, “exatamente por sua facilidade em criar laços”, como acredita Pait, se valem da rede para estarem juntos, disseminando ideias e, de forma otimista, mas nunca ingênua, possibilidades de mudanças.

Os espraiamentos das sociabilidades mediadas por computadores – e cada vez mais por celulares conectados, entre outros aparatos portáteis de comunicação – alimentam novas tensões e arranjos interativos entre as pessoas que, em face destas experiências, desenvolvem modos particulares de lidar com a intimidade, o corpo e o desejo.

As conexões amorosas e sexuais eclodem nas plataformas da internet, e atraem pessoas que encenam seus anseios marcadas pela interpelação dos regimes de visibilidade da sexualidade. Assim, Richard Miskolci, em “A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente” analisa as particularidades das interações entre homens que se engajam em relações homoeróticas e que em face de suas vidas públicas buscam o sigilo em relação aos seus desejos.

As tecnologias midiáticas possibilitam interações sociais que põem em evidência novos atores sociais, assim como reorganizam antigos estigmas relativos às práticas sexuais, mas que, incontestavelmente têm permitindo experimentações da sexualidade em moldes diversificados.

Neste sentido, questionando as conexões e as parceiras afetivas, amorosas e sexuais, Iara Beleli discute em “Amores *on line*” a maneira como as mulheres e os homens que procuram parcerias em sites de relacionamentos idealizam e constroem uma narrativa de si. A publicação de perfis pessoais em plataformas de encontros, redefinem suas aspirações e desejos em relação às demandas preexistentes por intimidade. A autora percebe que na busca pelo “par perfeito”, há produção de um mercado amoroso que intersecta marcadores de diferença na valorização e desvalorização de sujeitos.

Na seção **Documentações** estão reunidos artigos que trabalham com diversos tipos de mídias como importantes fontes de pesquisa para se pensar as mudanças e permanência, as reproduções e reinscrições dos temores sociais relativos a expressão da sexualidade.

Tatiana Savoia Landini e Luiz Fabiano Zanatta, no artigo “Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes”, travam discussão a respeito da representação da violência sexual contra crianças e adolescentes na mídia impressa. O texto sublinha a forma sensacionalista e, por vezes, pouco confiável pela qual alguns setores da imprensa vêm tratando casos que envolvem violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. Daí a preocupação dos autores com o uso pouco crítico dessas fontes acionadas para subsidiar pesquisas acadêmicas. Mais que reproduzir números e estatísticas fragilmente construídas o artigo sugere que nos procuremos em entender o porquê dessa produção e reprodução. A partir da análise de farto material, Landini e Zanatta mostram que a produção de algumas manchetes e a reverberação de dados pouco consistentes, nestes casos, atendem aos temores cada vez mais presentes relativo a agressões de caráter sexual contra menores.

Se os discursos midiáticos condenam a violência sexual, refletindo anseios coletivos frente à sexualidade infanto-juvenil, é a mídia também quem ajuda a explorar a experimentação do desejo das crianças e adolescentes, sobretudo das meninas, estimulando-as a moldar seus corpos eroticamente, argumenta Jane Felipe no artigo “‘Vinde a mim as criancinhas’: pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas”. O artigo problematiza os jogos de internet disponíveis para meninos e meninas, e como estas tecnologias oferecem cenários e roteiros

que colaboram para a construção de relações de gênero que tornam estes corpos vulneráveis, e ao mesmo tempo, instiga novas representações e experimentações do corpo infanto-juvenil.

Um dos problemas das análises das relações de gênero e do enfoque na imprensa como fonte documental para desvelar o cotidiano, é a restrição a ideia de papéis coerentes e estáveis na qual faz supor uma clara fronteira entre homens e mulheres. A pesquisadora Lídia Maria Vianna Possas no artigo “As fronteiras: lugares móveis, de deslocamento dos sujeitos diferenciados. Rompendo os limites, buscando o não hegemônico” assinala a necessidade de desnaturalizar a ideia de uma identidade fixa de gênero, que reforça estereótipos e práticas de exclusão. A autora analisa narrativas de imprensa que circulam no século XX numa cidade do interior de São Paulo, com respeito às mulheres que enfrentam a viuvez e seu cotidiano. Assim, traz o desafio de pensarmos nas múltiplas identidades femininas em uma dimensão da cultura, em posicionamentos móveis e enfrentamentos, e no esgarçamento das fronteiras de sujeitos diferenciados.

Os textos reunidos na seção **Desafios** discutem os formatos narrativos empregados em diferentes meios de comunicação, procurando destacar em que medida esses textos expressam o modo como nossa sociedade tem transmitido e perpetuado sua cultura quando se trata de temas como sexualidade e gênero. Um dos acendimentos possíveis nesse sentido tem sido, justamente, problematizar as formas como se tem abordado esses temas e pensar os novos espaços disponíveis para a construção do nosso senso de estar no mundo.

Se vivemos em uma era imagética e de imperativo óptico como algumas vertentes da teoria da comunicação têm proposto, torna-se necessário aprofundar nossas reflexões sobre produção e recepção de produtos culturais diversos que, mais do que divertir, também atuam como tecnologias pedagógicas. O debate enfrentado nessa sessão procura, ainda, considerar as possibilidades desconstrutivas e transgressivas que a produção, apropriação e resignificação dessas narrativas podem proporcionar.

Assim, Leandro Colling, lança a questão, “Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?”. O autor assiste programas de televisão e nos oferece uma análise dos diferentes caminhos que os estudos da comunicação mantêm com a produção e pesquisa dos mesmos. Olhares desatentos elogiariam estas produções como convergentes na construção do respeito às diferenças, entretanto, a crescente visibilidade da luta das chamadas “minorias”, demanda outras metodologias de análise crítica dessas produções. Colling mostra

que os modelos clássicos de análise não oferecem ferramentas capazes de desvelarem as perspectivas heteronormativas que orientam, ao fim, as produções midiáticas. Buscar novos caminhos metodológicos nos ajudaria a fazer estudos mais atentos às liberdades e ao potencial emancipatório da politização da sexualidade e do gênero.

Temas como “gêneros/sexualidades”, “estigma/abjeção”, “adolescência/juventude”, “desejos/prazeres”, veem pautando as produções e os processos de comunicação de serviços públicos que investem na prevenção das DST/Aids. A fim de compreender as potencialidades e limites das abordagens de prevenção, Tiago Duque, em “Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids” trata de elaborações midiática junto aos jovens, realizadas no Programa Municipal de DST/Aids de Campinas (SP), apontando os processos de criação e construção de ações preventivas voltadas para o público em questão.

Duque analisa a forma como esse tipo de mensagem lança feixes de poder sobre o corpo, regulando as verdades sobre os sujeitos, e indicando condutas seguras para uma vida produzida por seus preceitos. Assim, o autor problematiza o desejo como potencial agenciador da comunicação, eos limites das abordagens tradicionais que buscam dirigir essa clientela a partir de uma racionalidade técnica que parece desconsiderar a densidade das vivências cotidianas.

A apropriação e resignificação das narrativas midiáticas também podem proporcionar a incorporação e ética em vários locais contemporâneos. Marcia Ochoa no artigo “‘Sin tetas no hay paraíso’?: hacia una ética corporal transLlatina”, mostra como um produto cultural, como a novela colombiana que dá nome ao artigo, pode sofrer inesperadas apropriações, gerando instigante campo para estudos de recepção. Ochoa encontra nos/nas “Translatinas”, uma ONG sediada em São Francisco (EUA) que atende às necessidades de travestis/transsexuais imigrantes sua “comunidade interpretativa”. Assistindo com esse público os 28 episódios da série, a autora desloca o olhar etnográfico do campo da epidemiologia, das questões sanitárias e se propõe a diversificar “as políticas de conhecimento nos estudos das experiências de mulheres trans latino-americanas”. Percebendo que o prazer da audiência e das discussões geradas a cada encontro tinha estreita relação com as trajetórias de vida daquelas pessoas, e o quanto podemos aprender sobre esse universo, alargando o campo dos estudos de recepção e de gênero/sexualidade.

Por fim, Thiago Teixeira Sabatine, Luís Antônio Francisco de Souza e Bóris Ribeiro de Magalhães analisam, em “Ato de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo”, como os dis-

cursos das mídias, o poder de polícia e a arena política mais ampla de uma cidade do interior de São Paulo interagem com as travestis, e o modo como na perspectiva dos próprios sujeitos, estas relações criam agenciamentos e resistências pelos espaços da cidade.

Lançar olhares plurais para o cotidiano significa no contexto desta publicação expressar inquietações frente às questões de gênero e sexualidade, politização do desejo, demandas por direitos e a relação de todas estas questões com as mídias. Significa também pensar nos imbricamentos dos processos de comunicação com o cotidiano. Esta coletânea manifesta nosso desejo de estreitar e compartilhar conhecimentos e resultados de pesquisa apostando na interdisciplinaridades, em abordagens críticas, mas profícuas, a fim de alargar e adensar esse campo de estudos.

Neste contexto, a coletânea amplia a sensibilidade de todo o complexo mediático aos influxos de novas ideias, a fim de propor um novo referencial para pensarmos nossa relação com as mídias.

Por fim, esta coletânea se torna possível graças ao importante apoio das instituições que financiaram o seminário, como a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) Fundação para o desenvolvimento da Unesp (Fundunesp) e, sobretudo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que custeou a edição deste livro. Além do inestimável envolvimento das pesquisadoras e dos pesquisadores, grupos de estudos e os Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (Unesp - Marília) e Comunicação (Unesp - Bauru) que estiveram direta ou indiretamente presentes no evento. Por outro lado, esta publicação não seria possível sem a inestimável colaboração do Laboratório Editorial e do Escritório de Pesquisa da FFC.

Larissa Pelúcio
Luis Antônio Francisco de Souza
Bóris Ribeiro de Magalhães
Thiago Teixeira Sabatine
(Organizadores)

Referências

CARVALHO, Marília Gomes de; ADELMAN, Miriam; ROCHA, Cristina Tavares da Costa. Apresentação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 123-130, 2007.

CONEXÕES

Jovens, Mídia e globalização: Desafios para uma sociedade democrática

Heloisa Pait

Lembro aqui os jovens Pietro Roveri, colaborador da Wikipédia, e Ilya Zhitomirskiy, fundador do Diaspora, que faleceram antes de completar sua contribuição à comunicação global democrática.

INTRODUÇÃO

A grande pergunta presente ao longo deste artigo é a seguinte: o que devemos fazer para que os jovens de hoje possam realizar seu enorme potencial, possibilitado pelas transformações nos meios de comunicação e pelo estreitamento de laços entre culturas diversas? De que forma o poder associativo e desbravador dos jovens pode se tornar algo produtivo, que não agrida instituições democráticas nem se esvaia em lutas contra poderes opressivos? Quais os obstáculos que nossas sociedades encontram para que usemos plenamente esse momento de transformação?

Para isso, abordamos os desafios democráticos de três ângulos distintos: o da sociabilidade jovem, o dos meios de comunicação globais e, finalmente, o das tensões políticas geradas por transformações contemporâneas. Na primeira parte do artigo, examinamos as relações entre linguagem, sociabilidade e transformação, destacando a capacidade dos jovens de criar teias sociais que se sobrepõem às relações sociais preexistentes. Os movimentos jovens colocam para os cidadãos e instituições dilemas éticos importantes: que mudanças devem ser bem recebidas? Que práticas devem ser reprimidas? É preciso uma reflexão sobre o que está em jogo nas novas sociabilidades jovens para que possamos dar respostas coerentes e respeitadas.

Na segunda parte, resgatamos algumas reflexões dos estudos da comunicação para melhor compreender a natureza dos novos meios de comunicação, seu

potencial catalizador de idéias e práticas e seu papel na construção de novos espaços. Destacamos a importância dos jovens não apenas em usufruir esses novos espaços, mas também em sua construção. Também fazemos um breve histórico das relações entre meios de comunicação, globalização e protesto, usando exemplos icônicos como a Semana de 22 e o Maio de 68 onde uma cultura jovem global mediada já aparecia, ainda que não tão ampla como a de hoje.

Finalmente, exploramos algumas tensões originadas pelo intenso processo social descrito. Relacionamos as tentativas de controle da imprensa, no Brasil e no exterior, com um profundo desconforto com a construção de redes sociais que não passem pelos poderes constituídos, sejam poderes políticos ou simbólicos. Abrimos um parêntese para falar de casos de censura concretos, que tiveram como alvo a imagem do jovem global e autônomo - na verdade, da jovem autônoma -, revelando assim as paixões por detrás de muitos discursos contrários à mídia ou à globalização. Identificando na universidade um lugar privilegiado para estimular inovações e acolher conflitos, afirmamos que essa instituição, no Brasil, poderia fazer muito mais. Terminamos o artigo com uma breve reflexão sobre os protestos jovens globais e colocando uma pergunta para o caso brasileiro: será que o descompasso entre as possibilidades abertas aos jovens hoje e suas efetivas realizações gerará frustração ou aquele incômodo saudável que os impulsionará - e a todos nós - mais além?

CRIANDO LINGUAGENS

Brincadeira de criança

Li uma vez a tese de que as crianças é que criaram a linguagem humana, brincando. Passamos dos grunhidos à palavra por causa de umas traquinagens infantis. Não é uma idéia tão estranha, pois é senso comum que “as crianças têm facilidade com línguas” e que são mediadores naturais entre famílias imigrantes e a cultura local. Independentemente de essa ser apenas uma idéia interessante ou um fato científico, pensemos nessa imagem. Em tempos remotos, um grupo de crianças - os meninos da Rua Paulo de então - teria usado sons que seu aparelho fonador já permitia para ir dando literalmente nome aos bois. No romance de Ferenc Molnár (MOLNÁR, 2011), dois grupos de meninos húngaros vivem os dilemas morais de uma guerra que também travarão como adultos...

Mas a invenção da linguagem seria uma brincadeira, algo que dá prazer, que faz rir, que permitiria criar brincadeiras mais complexas ainda. Algo, digamos, até repreensível, pois com tanta coisa a fazer as crianças aí se divertindo com palavras. Imagino os pais as censurando, com um vocabulário talvez mais restrito, mas um braço mais pesado, esses meninos e meninas de ontem. Hoje em dia, vemos pais que captam palavras de seus filhos: a palavra *gupt* e suas variações - *guptar*, *guptante* - fazem parte do vocabulário de meu irmão, aprendido com minhas sobrinhas. Mas também vemos uma preocupação com os perigos da internet, entre os quais se incluem não só o medo da exposição excessiva, mas também o medo de novas grafias e novos ritmos de comunicação. E assim honramos, de um modo ou outro, nossos antepassados remotos, que também se encantavam ou sentavam a mão nos primeiros falantezinhos humanos.

Eu prefiro olhar essas práticas infantis com alguma deferência. O que estão tramando as crianças quando brincam no quarto, especialmente quando não fazem barulho, docinhas e comportadinhas? Que mundos nos inventam? Que linguagem criam hoje rindo e que amanhã, quando adultas, nos ensinarão? Não quero, hoje, aprender com elas ou obedecer-lhes. Nisso concordo com Arendt (1972); nossa obrigação de adultos é ensinar o mundo como ele é. Sem *guptar*. Nada de novas escolas onde se invertem os papéis. Quero ensinar a história dos antepassados e a gramática de hoje. Sei que há vários verbos em gestação nas falas infantis, mas apenas tomo nota, respeitosamente. Sem me curvar nem sentar o braço.

Vivendo em rede

Já o forte dos jovens não é essa capacidade impressionante de criar coisas novas. De ver coisas onde não vemos. De pensar de um jeito simples e brutal, próprio das crianças. O forte deles é a capacidade de associação: de se ligar a outros, de buscar além de seu círculo familiar elos que possam durar pela vida toda. Difícil depois de uma certa idade ter essa abertura tão despreocupada ao outro, essa aceitação sem julgamentos de modos de pensar distintos. Por isso uma sociedade democrática deve ter escolas, lazer, serviço militar e cívico o mais abrangentes possível. Quando construímos nossa vida adulta tendemos a nos fechar em nosso próprio meio, o que não é mau em si se tivermos tido no passado a exposição íntima ao outro e aos seus modos de ver. Ou seja, se as bolhas onde escolhemos viver como adultos forem permeáveis.

Mesmo que os jovens não tenham mais a capacidade bruta das crianças de ver e criar - claro que alguns preservam isso até a idade adulta e a velhice, mas não a maior parte de nós - essas suas teias sociais lhes permitem agir, propor formas novas de vida, moldar a sociedade. Ou seja, criam coisas novas a partir do estoque de novidades disponível catalisado por novos laços. Dão lugar, em novas relações sociais, às personalidades distintas com que emergem da infância. O modo como os jovens exploram a cidade ilustra isso: fazem percursos diferentes do usual, conectam bairros que para nós estão em universos paralelos. Encontram-se e exploram territórios, mantendo a individualidade, ao contrário de nós que buscamos sempre nos adequar a fórmulas sociais, tais como “o almoço de trabalho” ou “o passeio com a família”. Esse ensaio trata da criação destas redes e de seu papel na sociedade contemporânea global.

Nossas expectativas

Os jovens muitas vezes são vistos como ameaça. Contou-me um professor italiano, da geração do pós-guerra, que alguns de seus próprios professores nunca se recuperaram dos protestos dos anos 60 e 70, quando estudantes ocuparam os campi universitários, chocaram-se com a polícia e demandaram reformas no ensino. A concepção que esses professores tinham de si enquanto mestres, ou mesmo enquanto gente, quebrou-se diante dos questionamentos da juventude italiana da época. No Brasil a fratura entre as gerações foi mitigada pelo opressor comum, o regime militar, e a limitada autoridade docente foi menos questionada. Minha mãe tinha uma versão cômica e resignada desses descompassos. Ela dizia que sua geração passou a vida sem comer peito de frango; quando era jovem, a iguaria era para os mais velhos, e quando entrou na vida adulta, o direito passou aos jovens.

A melhor argumentação sobre a ameaça jovem que conheço é a do historiador britânico Niall Ferguson (PAIT, 2004), que vê no desequilíbrio etário no mundo muçulmano uma ameaça à estabilidade política. Muitos jovens, muito desemprego, muita energia sem vazão levaria ao radicalismo. Engraçado comparar com a análise etnográfica de Shahram Khosravi (KHOSRAVI, 2007) sobre os jovens iranianos na primeira década do século XXI. Para o antropólogo iraniano baseado na Suécia, o resultado da mesma equação é uma vida cultural ativa e marginal que expressa a insatisfação com o regime opressivo. Não vou desconsiderar completamente Ferguson, pois os exemplos históricos que evoca são muito fortes. Vou

apenas notar que essa “energia” jovem, que vem da grande capacidade e disponibilidade para a associação, é algo complexo e com efeitos difíceis de prever. Talvez os modelos matemáticos das redes, explicados por Albert-László Barabási (BARABASI, 2003; PAIT, 2002), digam algo sobre isso: por que um vírus fica encubado numa população isolada durante séculos, e em meses vira uma epidemia?

É possível monitorar e identificar pontos de inflexão do comportamento das redes, mas não prever exatamente. Essa virada, de situação letárgica a comoção, é a própria “ação”, que Hannah Arendt (ARENDETI, 2004) via como imprevisível. Aquele momento em que as pessoas que já estão juntas num espaço - ela imagina um espaço urbano, concreto - se reúnem como cidadãos, com o intuito deliberado de fazer algo umas juntas com as outras. Se há um inimigo a ser derrubado é secundário; a ação comum é o central. Arendt também fala de certo “falso público” - uma farsa que acoberta a massa isolada, amedrontada e incapaz de pensar. É um conceito difícil de definir; eu mesma só o compreendi vivenciando uma situação que só poderia ser por ele explicada.

Se um movimento político construirá regras democráticas ou dará poder a regimes autoritários é algo que talvez nem os seus participantes saibam no calor dos acontecimentos. O que nos importa aqui é notar que os jovens, exatamente por sua facilidade em criar laços, potencializam esses movimentos, para um lado ou outro, inspirando temor em uns e esperança em outros. Criam redes densas, na linguagem matemática. Ainda seguindo Arendt, se uma sociedade depende dos muito jovens para se transformar politicamente, algo vai errado, pois as transformações ou não virão ou serão destrutivas. Agora, é sempre interessante olhá-los para saber em que direção estamos indo, que comportas devem ser abertas. Uma repressão excessiva aos jovens, como às crianças, revela incapacidades nossas. É inspirador ver um octogenário como o presidente Fernando Henrique tentando criar regras possíveis para o uso das drogas. Tentando, como propõe Dewey (1979), dirigir a ação e dar-lhe sentido humano.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Só um telefone

“Jovem”, claro, é um conceito histórico. Ulisses chegou velho e irreconhecível, aos 40 anos, de volta a Ítaca (HOMERO, 2010). Hoje, quando falamos de jovens temos

em mente pessoas entre 16 e 24 anos, apenas para delimitar um grupo, mas antes da penicilina essa fase não era mais de preparação, formação e tomadas de decisão: era a própria vida. Sustentar que os “jovens” do passado foram responsáveis pelas grandes mudanças sociais não faz sentido se até pouco tempo quase todo mundo era jovem em termos etários. Fiquemos apenas com o conceito, então: os jovens têm uma “flexibilidade social” que lhes permite criar teias de relacionamento melhor do que os adultos e, portanto, “agir” mais, no sentido arendtiano.

De qualquer forma, os meios de comunicação potencializam essa atuação jovem, uma vez que ela é eminentemente relação social, poder de associação. É freqüente, embora cada vez menos, que se fale dos meios de comunicação como um bloco: “a mídia”. E, ainda, um bloco com vontades autônomas: “a mídia quer...”, “a mídia faz...” A mídia aparece como atriz de um processo social (ADORNO; HORKHEIMER, 1986), quando ela é apenas... um telefone (WILLIAMS, 2003). Um meio de comunicação que estica nossas próprias capacidades comunicativas, possibilitadas por nosso aparelho fonador, nossas expressões faciais e nossos gestos. Um cantor lírico ou uma bailarina clássica usam ao máximo essas capacidades, mas ir além delas exige um amplificador, um instrumento musical. Alguma tecnologia que leve uma certa expressão humana até onde ela não poderia com os recursos dos nossos corpos. Tinta e papel. O alfabeto (GUMBRECHT; PFEIFFER, 1994). A estrutura do correio inca ou londrino.

Como explicou McLuhan (1996), cada meio gera uma comunicação distinta, uma forma nova de pensarmos e de estarmos em contato uns com os outros. Mas aqui ressalto não tanto a forma da comunicação, mas o fato puro de estarmos em contato (PAIT, 2007), a distribuição espacial ou temporal que o meio sugere. Pense na antiga vitrola, que agora é retomada como vintage. Ela é um objeto da casa, grande, um móvel central. Isso por algumas décadas; ela logo se reduz, barateia, e vai para o quarto dos jovens, nos Estados Unidos em primeiro lugar. O papel que essa migração teve no movimento jovem dos anos 60 já foi estudado por autores que, como Carey (1992), se preocupam com a relação entre meios de comunicação, cultura e espaço. O espaço privado dos jovens se conecta a outros espaços privados de outros jovens, nacionalmente mas também ao redor do mundo: os mesmos discos, sons, aparelhos, sensações, rituais. Um chefe que tive no Unibanco me contou o que foram para ele os tais discos: “A primeira vez que eu peguei o Álbum Branco na mão...” Eu: “Que álbum branco?” Ele, indignado: “O Álbum Branco dos Beatles! Você não conhece?!? Ah, não sei descrever...” Ele ter pego na mão aquele disco, assim, com artigo definido, era como pegar na mão de todos os outros jo-

vens do planeta, deste lado e do outro da Cortina de Ferro. Um primo americano que viveu intensamente aqueles anos me contou que as pessoas se conheciam, iam para a casa de um ou de outro, botavam um disco na vitrola, fumavam e a comunicação era essa. Ouviam música juntos.

Claro que as explicações dos protestos de 1968 são muitas. Razões sociais - afluência, baby boom, oportunidades de estudo -, políticas - ditaduras de várias inclinações, guerras, opressões culturais -, e outras ainda. Mas sem uma cultura comum os jovens não teriam se articulado, encontrado um discurso comum, e ido às ruas. Sem esse espaço de encontro - dos shows, da universidade - mas também da música, das vitrolas nos quartos, eles nem saberiam que passavam pelas mesmas experiências. A vitrola é um “lugar” de encontro e é dela que vem a autorização para brigar com os pais, com os professores, até com o exército. Eu me pergunto se não estou usando hipérboles, mas é fato que jovens brasileiros, americanos, tchecos, lutaram contra seus exércitos. Não se trata apenas de meios para marcar passeatas; é o sentimento de estar junto que importa. É desta perspectiva que vejo os meios de comunicação, com muito carinho. Eles evocam comunhão ou comunidade, conceitos tratados por Nancy (1991) e Blanchot (1988). Mas resgato principalmente a idéia que Arendt tem de linguagem para falar de nossa comunicação moderna: uma mesa ao redor da qual nos reunimos, mas que também nos separa, resguardando nossas humanas diferenças;. Nunca estaremos em total comunhão.

Valores da internet

Os jovens não estão simplesmente respirando o oxigênio dos meios de comunicação. Eles estão produzindo isso. Ao final do século XIX, os magnatas eram pessoas “adultas”; não sei qual a idade que tinham, mas se deixavam fotografar como patriarcas, pessoas sólidas. Quando eu era estudante, nos anos 80, vinham dar palestra no Brasil, lançavam livro, gerentes de grandes empresas, Lee Iacocca, da Chrysler. Em termos literários, eram os “homens do terno cinza”, do romance americano dos anos 50 (WILSON, 2005). Homens que tinham liderança e algum espírito inquieto, mas cuja fama se devia a terem passado a vida dentro de burocracias que compreendiam. Ou seja, podem ter tido origens variadas, mas projetam-se como pessoas experientes, conhecedoras de seu clã corporativo. Eu olhava para as fotos de Lee Iacocca e me perguntava: por que esse cara está na capa de um livro? O que ele fez? Agora, olho livros com Steve Jobs na capa e compreendo exatamente o que o fundador da Apple fez.

Hoje o presidente dos Estados Unidos bajula um garoto desajeitado que criou um site de relacionamento (BBC, 2011). Site de relacionamento: um modo enviar “torpedos” como os bilhetes que as pessoas mandam em festas, provavelmente uma gíria dos anos 50. Mark Zuckerberg criou um destes sites, se tornando um dos homens mais ricos do mundo. Ilya Zhitomirskiy, o jovem russo-americano que homenageamos no início do artigo, criou, junto com colegas da New York University, um site de relacionamento que promete respeitar a privacidade dos membros, num projeto carregado de idealismo. Steve Jobs continuou revolucionando a comunicação depois de adulto, mas teve grandes sacadas no começo da vida que, propaganda à parte, mudaram o modo como a gente se comunica. Claro que não são apenas jovens e idealistas que se lançam em projetos tecnológicos: Bloomberg, um businessman americano mais tradicional, inventou algo muito simples - transmissão de dados financeiros em tempo real - e também se tornou um dos homens mais ricos dos Estados Unidos. Mas ele acredita tanto nos novos Jobs e Zhitomirskiys que apostou na fundação de uma universidade novaiorquina voltada para inovações tecnológicas (MAYOR’S OFFICE, 2011). A internet em si, que possibilita o Facebook, o ensino à distância e outras coisas mais que mencionamos aqui, não começa de um jeito nem banal nem jovem. Mas ela se abre para usos impressionantemente jovens.

Em suma, os jovens não apenas navegam na onda da internet e da tecnologia. Eles a fazem, a concebem. Um projeto como a enciclopédia colaborativa Wikipedia, por exemplo, atrai os jovens, sejam leitores, editores ou administradores. Os jovens não apenas jogam os games na internet, mas também os desenham e produzem, como explica o livro *Youthscapes* (MAIRA; SOEP, 2005), que trata dessa presença jovem no mundo contemporâneo de modo muito interessante. A internet é o meio ideal se você quer, dito resumidamente, criar seu mundo com poucos recursos, que é o desejo jovem por excelência. Ter seus seguidores, publicar seus valores. Conceitualmente, não vejo tanta diferença com relação à vitrola no quarto. Mas na internet cabe tudo, não só música. E cabem formas de associação as mais variadas, e também variantes, pois a cada ano estamos migrando de uma plataforma para outra. Quando a internet sai da esfera militar e acadêmica e se abre comercialmente ela torna possível que essas ideias inovadoras nela se expressem, criando um círculo virtuoso. Em outras palavras, o carro está para o homem assim como a internet está para o jovem. O carro encarna valores tradicionalmente masculinos como potência e autonomia; a internet encarna valores jovens como a sociabilidade e a mudança.

Culturas globais

Essa expansão da sociabilidade, bandeira dos jovens, se coloca também no nível global. Claro que o desenvolvimento global dos meios de comunicação não vem de ontem. Na Idade Média e mesmo antes o Mediterrâneo já formava uma grande “banda larga” por onde passavam textos, traduções, matemáticas, filosofias, leis e comentários, protegidos e encorajados pela ordem muçulmana vigente. Mas é inegável que no século XX a velocidade das mudanças nas comunicações aumentou. Pensemos nos nossos jovens, que fizeram a Semana de Arte Moderna de 1922. Não era a internet ainda, nem as vitrolas, mas esses jovens cresceram numa época de mudanças estonteantes, como explica o historiador Nicolau Sevcenko (SEVCENKO, 1992). As conquistas do século anterior, como o telégrafo, telefone, fotografia, além da ferrovia e do navio a vapor, no transporte, já haviam se consolidado, e já despontavam os novos avanços, como o cinema e o rádio.

É nesse contexto que os jovens Tarcila, Oswald, Anita e outros vão à Europa “trazer” novidades. Coloco aspas pois Oswald põe na mala uma ideia especial: a antropofagia, esse olhar particular que devora tanto o que é de dentro quanto o que é de fora. Sem entrar nos detalhes do modernismo brasileiro, só noto a abertura daqueles jovens para novas formas de expressão e de sociabilidade que circulavam pelo globo no momento - provavelmente já podemos falar de uma sociabilidade global nessas primeiras décadas do século. Ela está restrita a um grupo reduzido de jovens artistas e intelectuais urbanos, mas que já constrói valores e ideais comuns, entre os quais uma visão igualitária das relações de gênero e uma moral sexual tolerante. Circulavam globalmente, tinham conhecidos comuns como Blaise Cendrars, ainda segundo Sevcenko, mas talvez houvesse outros globetrotters culturais menos famosos. Ideias comuns passavam de manifesto em manifesto, em todas as línguas. A ironia e a experimentação formal apareciam em novas revistas de cidades provincianas da América Latina ou multiculturais da Ásia Central (SLAVS AND TARTARS, 2011). Claro que o centro de tudo ainda era a Europa: lá todos se conheciam, se visitavam, se apaixonavam e se intrigavam, como aparece poeticamente num filme recente de Woody Allen (ALLEN, 2011).

Os anos 30, como sabemos, com seus ideais nacionalistas, políticas econômicas fechadas e meios de comunicação a serviço do Estado interrompem essa festa global, que só vai se repetir dali a 40 anos. Nos anos 60, nossos jovens retomam a herança antropofágica. O rock global, a guitarra elétrica e a vitrola ultrapassam fronteiras. Mas o papel dos meios de comunicação vai além da cultura. Na televisão,

as imagens jornalísticas da Guerra do Vietnã ou dos confrontos com a polícia nos quatro cantos do mundo legitimam embates locais. Não precisa haver uma ordem explícita, um comando; a própria imagem, até condenada pelo âncora careta, de um protesto estudantil num lugar diz aos jovens de outro: “Não é só você. Olha lá, sua luta é legítima. Não é contra um regime, é contra um sistema.” Martin Plot (PLOT, 2003) estuda a relação entre a tela e as ruas, a partir de eventos recentes da história argentina: uma manifestação que aparece na televisão chama os participantes para ela, dando-lhe peso. O protesto não ocorre “na” TV ou “nas” ruas, mas nesse espaço urbano complexo, reconstruído pelos meios de comunicação (McQUIRE, 2008).

Note que já tínhamos uma cultura amplamente mediada quando aparece a internet; as pessoas já sabiam o que era aprender com os outros à distância e vivenciar experiências remotas (CARPIGNANO, 1999). A internet permite que se transponham essas experiências todas, antes mais imaginadas que explícitas, para a tela. Sites de relacionamento, buscas de artigos acadêmicos, compartilhamento de música e imagens e colaborações não-remuneradas tais como enciclopédias e aprendizado de línguas: a lista é infundável. E, da tela, para a vida, pois assim como com a TV, a internet também transborda para os espaços reais. Um estudo recente mostrou que as pessoas com vida social online cheia tendem a ter muitos amigos reais...

Os jovens às vezes usam esses meios para se comunicar com pessoas próximas, às vezes para romper barreiras geográficas. E em outros momentos ainda para as duas coisas, sem nem se preocupar com as distâncias reais. Talvez seja até melhor inverter a metáfora anterior: hoje é que estamos todos compartilhando o mesmo Mediterrâneo. O discurso das mulheres sauditas que lutam pelo direito de dirigir é muito parecido com o das mulheres ocidentais. Os indígenas brasileiros usam a internet para encontrar parceiros de modo semelhante a um novaiorquino. No CouchSurfing, site onde pessoas do mundo todo encontram anfitriões em suas viagens, vi jovens dispostos a emprestar seu sofá na cidade palestina de Ramallah e no assentamento de Ariel - suas razões para essa hospitalidade eram bem parecidas! Como os jovens de 1922, ou de 1968, também os jovens hoje têm valores comuns, expressos em formas culturais e modos de vida próprios. Já a escala deste fenômeno é distinta. Hoje esses jovens conectados estão espalhados pelo globo, indo do Extremo Oriente à Patagônia, e não formam mais uma minoria.

Como lá atrás, sempre haverá as vozes que dizem não. Não aos meios de comunicação, não à globalização, não à comunicação com o outro. Para Simmel (1983), um fenômeno social é sempre resultado da tensão entre pólos opostos. Se

“jovem” é aquele que quer abrir leques, ir além do seu grupo original, isso necessariamente se contrapõe ao grupo original. “Como é que eu vou crescer sem ter com que me rebelar?”, a gente cantava nos anos 80, quando não estava claro quem era o nosso adversário. Se ele não está mais em casa, então nós buscamos o adversário em outro lugar... O grupo original vai reagir a essa nova conformação social de modo mais inteligente ou menos, mas alguma reação vai haver. E é desta reação que tratamos a seguir.

AÇÕES E REAÇÕES

Mulheres globais

Lei Azeredo. SOPA americana. Muralha da China. São várias as tentativas de frear essa nova sociabilidade (WEBINSIDER, 2011; WEISMAN, 2012; WIKIPEDIA, 2011). No Brasil, os projetos são variados e modestos. Um estado cria uma comissão de vigilância, o governo federal tenta emplacar outra, um deputado apresenta uma lei, depois recua um tanto e assim caminhamos. Um jogo de futebol com passes curtos e muitas interceptações do time da democracia, incrivelmente afinado. Não há preconceito de idade: às vezes chutam a gol figuras antigas como Hélio Bicudo, mas o grosso do time é de jovens. Não é apenas a Lei da Ficha Limpa em si mesma que amedronta; é o fato de que se “eles” podem colocar na agenda algo assim, então podem qualquer coisa! Por um lado, as iniciativas anti-democráticas pipocam, pois não temos no Brasil uma forte tradição liberal e um consenso claro de que a liberdade de expressão é um bem superior, sendo que a censura tem uma história heróica (REIMÃO; ANDRADE, 2007). Por outro lado, tais iniciativas são afastadas por um debate público ferrenho e criativo do qual só podemos nos orgulhar.

No caso da China, o Estado segue incólume à sua estratégia de abertura econômica sem abertura política, usando a censura à internet de modo amplo, impedindo de fato o acesso cotidiano à informação, através de um programa estatal específico, apelidado de Chinese Firewall, em referência à muralha chinesa e aos programas de proteção digital. O caso dos projetos de lei americanos de restrição à internet, SOPA e PIPA, também preocupa, pois chegaram ao Congresso mesmo num país com uma forte cultura de proteção à liberdade de expressão. Claro que algumas novas práticas devem ser regulamentadas, mas a maior parte dessas iniciativas bate de frente no nosso desejo de troca de experiências, transparência de informações

públicas e questionamento de hierarquias. Contou-me um advogado que trabalha para empresas de venda direta que países árabes e a China fazem de tudo para restringir a entrada destas empresas em seus países. Medo da coleção verão de batons da Avon? Medo de mulheres com renda própria, num caso, e de uma livre rede de informações, no outro. São as novas redes que preocupam, virtuais ou reais.

Mas não são apenas modos novos de se comunicar que assustam. Muitas vezes, é no combate direto a imagens e narrativas que a força repressiva revela seu caráter e seus ódios. Por isso, vou abrir nesse artigo um pequeno e ilustrativo parêntese, para falar de dois casos onde o alvo da censura ganhou corpo, e corpo de mulher ainda por cima. Os casos, acredito, revelam algo que a argumentação legal dos projetos de lei pode deixar em segundo plano: os desejos humanos que os inspiram. O que estava em questão nos dois casos? Os produtos, cerveja e calcinha, são não apenas legais, mas são produtos de massa, presentes do cotidiano de todos os brasileiros. Além disso, não havia nada agressivo ou indecente nos anúncios; ao contrário, eram bem-humorados e recatados para o padrão nacional.

Nos dois casos, o Conar agiu quando foi acionado por um órgão federal, a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher. Ou seja, ao invés de fazer auto-regulação ele agiu como correia de transmissão do Estado. E justificou a censura alegando desrespeito à mulher e incentivo ao consumo de álcool. Na verdade, ao contrário de outros anúncios, o anúncio da cerveja não mostrava um monte de jovens felizes se empanturrando de álcool, então podemos colocar esse argumento de lado. E quanto à mulher? Quando vi o anúncio com Paris Hilton na TV pensei: “Puxa, pela primeira vez esses anúncios de bebida mostram uma mulher com as rédeas na mão!” Confesso que tenho uma certa simpatia pela superficialidade ingênuas de Hilton. Que fazer? Eu gosto dela. Mas veja o anúncio novamente, que está na internet. Aquele meio sorriso escolhe; não é escolhido. Recebe a admiração de homens e mulheres, como uma pessoa de prestígio, e nos surpreende, até com uma certa ironia: “Olha só quem está aqui...” Tem prazer e nos diverte também. Gente, é a Paris Hilton! Ela nunca apareceria de samambaia! E isso é precisamente o que deve ser censurado: uma mulher segura de si, que não deve nada a ninguém, dona de seu corpo e seus negócios. Global, recebida de portas abertas em todo o mundo. Herdeira dos Hotéis Hilton.

O caso Gisele Bündchen é quase idêntico. Como foi apontado durante a polêmica, a Gisele aparecendo como esposa submissa é uma grande ironia, uma sacada dos publicitários. Os homens perdem a fala - não pedem satisfações - diante dela. Para a censura, a mulher deve aparecer como uma coitada, incógnita e mendican-

te, tendo ao lado o Estado como seu salvador capenga; como nos contos de fadas, apenas sem poesia. A mulher ideal é a mulher-objeto de políticas públicas. Já a que ri dos antigos estereótipos, cosmopolita e confiante, essa é mandada embora da TV e vai de castigo para a internet. Note que isso só é engraçado por não ser absoluto; a censura e a exclusão mesmo são feias, humilhantes, dolorosas. Anita Malfatti, Chiquinha Gonzaga e Dercy Gonçalves, agora celebradas, passaram maus bocados por representarem, em suas épocas, desejos de autonomia semelhantes às de nossas mulheres globais. Malfatti, por exemplo, foi execrada por ter tido acesso a ideias que os homens cultos de sua cidade não tiveram. A diferença é que agora a censora pertence a um órgão de Estado que se apóia na linguagem politicamente correta, enganando os que querem ser enganados.

Não trago esses exemplos para questionar essas proibições e legitimar outras; mesmo imagens que de fato não gostamos devem ser toleradas, a não ser que incitem crimes, como manda a lei. Gisele e Paris aparecem nesse texto para revelar os verdadeiros alvos da censura: jovens autônomas, com passaportes bem carimbados, que respeitam as leis e talvez até tenham seus projetos sociais, mas de qualquer modo não dependem nem são subservientes ao Estado. As meninas brasileiras buscam esse respeito, essa autonomia das modelos bem sucedidas - elas não querem largar os estudos e passar fome em passarela à toa. Mas é exatamente esse desejo muito legítimo de reposicionamento dos jovens em círculos sociais distintos tentam reprimir. Não estou defendendo a carreira de modelo: se a escola possibilitasse essa autonomia, esse passaporte para um mundo maior, não haveria tanta gente agüentando a chatice das passarelas. E, a partir desse gancho, passamos a falar da escola, de seu potencial e de sua responsabilidade em lançar com segurança os jovens nesse mundo velho sem fronteiras.

Sonhos universitários

O que é a sala de aula? É um lugar de encontro de gerações, acima de tudo. Independente do que ensinamos, de que “grau” estão nossos alunos, na sala de aula somos em geral mais velhos e acima de tudo estamos representando um conhecimento humano acumulado. E isso independe do método de ensino mais tradicional ou libertário que empregamos; em qualquer caso, passamos adiante uma tradição, uma forma de pensar que se construiu ao longo dos séculos. Continuo aqui seguindo as reflexões de Arendt sobre política e educação. Nesta sala de aula

dizemos aos alunos: “Toma. O mundo é esse.” Aí continuamos com as disciplinas específica: “Isso é o que sabemos sobre o planeta e sobre os homens e mulheres que já viveram aqui. Faça bom proveito, pois em breve ele será seu.”

O bom professor não é nem um visionário nem um reacionário; é um sujeito que se encanta com o estado atual do conhecimento, que ainda busca reforço nos textos de ontem e se anima em pensar no que ainda pode ser descoberto. O bom professor está fincado no presente, e olha para os alunos com aquela respeitosa curiosidade que mencionei lá atrás: que mundos esses jovens estão a criar? A sala de aula deve conter aquela sociabilidade jovem, pulsante, que descrevi antes. Conter nos dois sentidos: no sentido hospitaleiro de receber e também no sentido de dar alguma forma, alguma direção, como diz Dewey. Os jovens vão se organizar e vão criar coisas novas; isso é fato. E não seria genial se fizessem isso a partir do conhecimento humano gestado em séculos e transmitido por gente que o ama? A questão que se coloca é: a universidade hoje faz isso, no Brasil? Faz pouco.

As razões são óbvias, não vou me deter nelas: currículos engessados, teoria desconectada da realidade, instituições burocráticas e fechadas às oportunidades globais. Claro que há iniciativas pontuais interessantes e algumas bem sucedidas, mas não chegam a dar o tom da universidade brasileira. A expansão recente do ensino superior público, que poderia ter gerado uma mudança qualitativa, apenas fez o que o setor privado faria: mais do mesmo. Os alunos chegam às aulas, entretanto, cada vez mais pragmáticos, interessados, abertos a novas ideias; são produto das transformações recentes na sociedade brasileira. No geral, a não ser por um intenso esforço próprio, não encontram no ambiente universitário um catalisador de novas idéias, sociabilidades, processos.

Aliás, ocorre o contrário: os jovens são muitas vezes desestimulados à ação. Em entrevistas que fiz com jovens sobre o uso de meios de comunicação, notei que os alunos das concorridas universidades públicas tinham adquirido, ao longo do curso, suspeita sobre sua própria ação pública (PAIT, 2012). A defesa do meio ambiente, lhes foi ensinado, é apenas um modo de imposição de uma cultura imperialista. O ensino à distância deve ser combatido. O Twitter é apenas um modo de reprodução de ideias. Minhas observações não são incompatíveis com o que vejo em aula: muitos alunos relatam que suas motivações para entrar na faculdade são vistas como ingênuas quando chegam lá. “Procuo não falar dos meus objetivos para não ser questionada”, me disse uma aluna recentemente.

Os alunos de escolas técnicas com quem falei, ao contrário, eram otimistas quanto à sua própria atuação no mundo global, entusiasmados com os novos mo-

dos de conhecer o que de novo se faz fora do país, em sua área, e também de mostrar suas produções nessa nova arena. Tive a impressão de que nas escolas técnicas a cultura que vê a globalização e os meios de comunicação como ameaças e não oportunidades não tem a força que tem na universidade, o que possibilita uma ação mais livre e aberta. Mas será o suficiente? A universidade é um local privilegiado de formação de uma cultura cívica em qualquer sociedade. Quais são então as opções dos alunos de graduação que encontram um ambiente intelectual abafado? Desanimar; projetar os sonhos em objetivos de consumo; aceitar e reproduzir o discurso reacionário; mergulhar no aspecto técnico da profissão; e atuar fora do âmbito universitário. Não há nada de errado com as duas últimas alternativas, apenas que infelizmente elas não usam o potencial da universidade. Nós professores, em larga medida responsáveis por essa situação, somos prejudicados, pois perdemos a chance de orientar essas novas gerações, de “dar palpite” em seus novos projetos. Ficamos como a censora, mandando a Gisele botar roupa: ela vai para a internet e nós ficamos falando sozinhos.

Quando menos se espera...

Estamos vivendo um novo 68: sociologicamente, esse é o melhor modo de pensar sobre o momento presente. Nem todos os jovens de hoje se vestem de acordo com o figurino da minissérie da Globo, o que angustia os comentaristas, mas em 1968 os jovens eram vistos como sujeitos, baderneiros e perigosos. É realmente deplorável que hoje invadam as reitorias de nossas universidades, mas o que havia de tão digno em seqüestrar o cônsul de país amigo em plena Praça Buenos Aires? Cada país tem sua realidade própria, mas é possível identificar hoje, como em 1968, um traço comum: um descompasso entre as possibilidades abertas aos jovens e o que efetivamente conseguem alcançar. No Brasil, nos anos 60, uma palavra ilustrava bem esse descompasso: os “excedentes”, jovens que passavam nas provas de admissão para a universidade, para os quais não havia vaga. Além desse descompasso, tanto ontem como hoje, temos um aceleração no ritmo pelo qual compartilhamos nossos anseios e frustrações, em escala global.

As revoltas no mundo árabe pegaram quase todos de surpresa; alguns poucos comentaristas tinham visto a panela de pressão no fogo. Olhando em retrospecto, não é difícil ver que os jovens árabes tinham horizontes largos, possibilitados por uma certa melhora econômica e por desenvolvimentos já consolidados nos

meios de comunicação, como os canais de TV a cabo e a internet. Entretanto, as conquistas efetivas, especialmente no plano da realização pessoal, continuavam remotas. Como disse, cada país tem seu contexto. Nos países árabes, os regimes não conseguiram acomodar democraticamente as reivindicações, e caíram ou as enfrentaram com a força. Já em Paris ou Londres, os protestos dos jovens das periferias, em 2005 e 2011 respectivamente, foram reprimidos apenas com o poder de polícia; o regime não é questionado. Os casos dos Estados Unidos e de Israel são interessantes: o governo e o establishment adotaram com paternalismo os manifestantes, e depois gentilmente decidiram que “a festa acabou”, sem nenhuma resposta palpável. Seria importante entender melhor o caso chileno, mais próximo de nós e portanto com maior chance de se reproduzir aqui. Os estudantes chilenos, de segundo grau e universitários, realizaram em 2011 protestos de rua e ocupações, como já haviam feito em 2006. Como os jovens chilenos mantêm tamanho grau de ativismo? Por que razões suas reivindicações não são atendidas ou o diálogo estabelecido? A relação entre os jovens e o poder estabelecido lá parece girar em falso, sem choque, cooptação ou conversa produtiva...

Algumas demandas jovens são bem concretas: o fim do autoritarismo no mundo árabe, a questão da moradia em Israel, os investimentos na educação no Chile, a crítica aos valores de Wall Street nos EUA. Mas muitas vezes também aparecem um pouco vagas, sem partido, fluidas, indeterminadas. Jovens, ora. Como disse uma israelense durante os protestos do verão de 2011, a função dos governantes é consertar as coisas; ela está lá para expressar a insatisfação. Mas essa fluidez me preocupa. Será que nossa sociedade adulta está preparada para dar uma vazão construtiva à insatisfação jovem? Em especial, será que a universidade cumpre seu papel, de ser um laboratório seguro de experimentação para novas ideias?

E como vão os jovens brasileiros? Nesse aspecto, o bordão do presidente Lula é muito verdadeiro, sendo obra dele ou não: nunca antes nesse país os jovens tiveram tantas chances na vida (BOX1824, 2011). A economia vai muito bem: há algumas incertezas no médio prazo, mas no curto prazo há uma oferta de emprego maior que a demanda em muitos setores. A redução da taxa de natalidade no período recente traz equilíbrio demográfico e menos pressão em vários serviços públicos. Podemos ser críticos às políticas para a educação, mas o aumento de vagas nas universidades públicas é impressionante. As mulheres e os gays ainda enfrentam desafios, mas a liberdade que os jovens têm hoje para definir sua vida pessoal não tem precedentes no Brasil e nem na maior parte do globo.

A questão não é, entretanto, apenas estar bem; hoje os horizontes do jovem

brasileiro são muito amplos. A ideia de que ele possa ser o próximo Jobs ou Zuckerberg certamente lhe passa na cabeça. Ou que um filho seu seja - a classe média baixa tem investido muito na educação dos filhos. Deste descompasso, até positivo, alguns protestos jovens aparecem aqui e ali no Brasil como o Slut Walk (a Marcha das Vadias), e outros que combinam ativismo na internet e presença nas ruas. É de entusiasmar ver jovens não só protestando, mas articulando projetos transformadores, tais como os da Open Knowledge Foundation Brasil, que incorporam o melhor das oportunidades globais. Entretanto, no meio acadêmico stricto sensu, vejo condescendência em relação ao conjunto de manifestações e ações jovens no Brasil.

Que caminho vão tomar essas ações? Não vejo os jovens se ressentindo muito da falta de apoio de estruturas mais formais. Se o ensino ainda apresenta todos os problemas que Feynman (2006) já viu há 60 anos, parece que isso não chega a lhes impedir de agir. Mas posso estar errada; pode ser que haja frustração se acumulando. Talvez uma pequena freada na economia os coloque em situações difíceis; talvez o avanço tecnológico deixe muitos jovens sem boa formação secundária de fora do ganho material nacional. Também é possível que nós tenhamos um retrocesso político na forma de um retorno ao capitalismo tutelado que infelizmente é parte de nossa tradição. Pode ser que simplesmente, por falta de visão nossa, o potencial destes jovens não se realize plenamente, impedindo o país como um todo de ocupar seu lugar na arena mundial, seja no plano político, cultural ou tecnológico. Mas não custa imaginar que os jovens consigam nos fazer ver, de modo criativo e a partir de sua própria perspectiva, que caminho devemos tomar, para termos uma sociedade justa, culta e divertida.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento (iluminismo)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALLEN, W. *Midnight in Paris*. Espanha: EUA: [s.n.], 2011.
- ARENDT, H. A crise na educação. In: _____. (Ed.). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 221-247 .
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- BARABASI, A.-L. *Linked: how everything is connected to everything else and what it means*. New York: Plume, 2003.

- BBC. Barack Obama and Mark Zuckerberg's Facebook 'face time'. *BBC Mobile, News US & Canada*, 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-us-canada-13151889>>. Acesso em: 2011.
- BLANCHOT, M. *The unavowable community*. New York: Station Hill Press, 1988.
- BOX1824. *Sonho brasileiro: um estudo sobre o Brasil e o futuro a partir da perspectiva do jovem de 18 a 24 anos*. 2011. Disponível em: <<http://osonhobrasileiro.com.br>>. Acesso em: 2011.
- CAREY, J. W. *Communication as culture: essays on media and society (media and popular culture 1)*. London: Routledge, 1992.
- CARPIGNANO, P. The shape of the sphere: the public sphere and the materiality of communication. *Constellations*, Oxford, v. 6, n. 2, p. 177-189, 1999.
- DEWEY, J. *Democracia e educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- FEYNMAN, R. *O senhor está brincando, Sr. Feynman?: as estranhas aventuras de um físico excêntrico*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- GUMBRECHT, H. U.; PFEIFFER, K. L. (Ed.). *Materialities of communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Cultrix, 2010.
- KHOSRAVI, S. *Young and defiant in Tehran (contemporary ethnography)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007.
- MAIRA, S.; SOEP, E. (Ed.). *Youthscapes: the popular, the national and the global*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- MAYOR'S OFFICE, N. Y. C. *Historic partnership to build a new applied sciences campus on Roosevelt Island*. News from the Blue Room, PR- 444-11, 2011.
- McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- McQUIRE, D. S. *The media city: media, architecture and urban space*. [S.l.]: Sage Publications, 2008.
- MOLNÁR, F. *Os meninos da Rua Paulo*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NANCY, J.-L. *Inoperative community (theory and history of literature)*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- PAIT, H. Caindo na rede: uma resenha de Linked, de Barabási. *GV-Executivo*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-2, 2002.
- _____. Americanos tentam entender seu império. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 2004. Mundo, p. A22.
- _____. O silêncio da televisão: desafios e esperanças da comunicação mediada. *Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 34, p. 45-49, 2007.
- _____. *The young in São Paulo: media use and public participation*. 2012. Unpublished.

- PLOT, M. *El kitsch político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- REIMÃO, S.; ANDRADE, A. D. Meio século de censura no cinema e na televisão brasileira: 1950 a 2000. In: _____. (Ed.). *Síndrome da mordação: mídia e censura no Brasil*. São Bernardo do Campo: Brochura, 2007. p. 85-99.
- SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SLAVS AND TARTARS, S. A. *Slavs and tatars presents mollanasreddin: the magazine that would've could've and should've*. Zürich: JRP-Ringier, 2011.
- WEBINSIDER. *Projeto de lei põe usuários e criminosos lado a lado*. 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://webinsider.uol.com.br/2011/08/09/projeto-de-lei-poe-usuarios-e-criminosos-lado-a-lado>>. Acesso em: 2011.
- WEISMAN, J. In fight over piracy bills, new economy rises against old. *New York Times*, New York, 19 jan. 2012.
- WIKIPEDIA Great Firewall of China. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 2011.
- WILLIAMS, R. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 2003.
- WILSON, S. *Homem do terno de flanela cinza*. São Paulo: Girafa, 2005.

A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente¹

Richard Miskolci

INTRODUÇÃO

As relações pessoais na era digital

O uso contemporâneo das mídias digitais é o capítulo mais recente de uma longa história de dessacralização das relações pessoais, ou seja, do borramento das fronteiras entre o privado e o público que começou, provavelmente, com a popularização do uso do telefone na segunda metade do século XX. Num processo inicialmente paralelo, também se desenvolveram os computadores pessoais na década de 1980. Essas invenções tecnológicas se disseminaram e se aproximaram, na década seguinte, por meio da articulação telefone e computador pessoal que tornou possível a expansão e o uso comercial da internet a partir do final da década de 1990. Não tardou para que, no início do século XXI, o uso de celulares, dos computadores portáteis e da internet convergissem na experiência já cotidiana da mobilidade de acesso às mídias digitais.

As relações mediadas digitalmente, portanto, são um fenômeno recente, mas que conquistou adesão rápida e massiva sem deixar também de suscitar temores como o de conhecer, ou pior, envolver-se com alguém perigoso. Manchetes sobre crimes digitais, vazamento de e-mails, fotos e dados pessoais, às vezes, ainda se somam a casos de sequestro e morte. Haveria algo intrínseco às novas mídias digitais, um espaço novo e com regras próprias que precisaríamos aprender a explorar para sentir segurança em seu uso?

Inicialmente, na primeira onda de estudos sobre as relações mediadas digitalmente, predominou um compreensível fascínio pelo que muitos chamaram de cyberspaço, termo que – de forma geral – aludia a uma nova fronteira para a comunicação e o conhecimento humano alocada fora da esfera já existente e conhecida. O espaço cyber seria um local regido por demandas e leis próprias, nas quais as subjetividades poderiam experimentar e se reinventar. De certa maneira, seria

1 Este artigo apresenta resultados parciais de minha pesquisa “Desejos em Rede: uma etnografia sobre as formas contemporâneas do armário em relações homoeróticas masculinas criadas online” financiada pelo CNPq por meio de bolsa Produtividade em Pesquisa.

uma esfera virtual, distinta quando não oposta ao real, este circunscrito ao mundo concreto das relações pessoais tradicionais.²

Um olhar mais atento permite considerar o cyberspaço um mito assim como sua característica oposição virtual-real derivada de um desconhecimento da dinâmica das relações humanas mediadas pela tecnologia, as quais se dão dentro de uma dinâmica articulada e interdependente. Nancy Baym (2010) explica a origem do mito do cyberspaço como produto de uma perspectiva incapaz de perceber que o on-line sempre foi usado para facilitar o contato off-line, portanto como parte de um mesmo processo de comunicação e não a invenção de um mundo ou dimensão comunicativa à parte, o que o uso do termo “virtual” definia em um contraste duvidoso com a realidade, circunscrita ao que é vivido sem mediação digital.

Hoje em dia, é quase impossível compreender nossas relações sem mediação tecnológica, pois vivemos em uma cultura digitalizada, sempre presente, já que nos comunicamos por elas, vivemos em referência aos seus conteúdos e aprendemos a fruir um grande prazer na inédita experiência da comunicação com várias pessoas ao mesmo tempo, ou seja, na participação em redes que constituem uma espécie contemporânea de comunidades, o que alguns, como o sociólogo Ray Oldenberg, afirmam serem as versões atuais dos antigos cafés, centros comunitários ou salões de cabelereiro (BAYM, 2010, p. 76). Essas redes são uma espécie de ponte de sociabilidade entre o trabalho e o lar, daí trazerem a sensação de conforto e comodidade.

A discussão sobre se a internet constitui um lugar é polêmica. Referimo-nos a *sites* (sítios, portanto locais) devido à nossa necessidade de localização na esfera da comunicação digital, o que se expande para a associação entre eles e locais criando um paralelo que pode se revelar enganoso entre rede e local. A tese de que a internet seria a versão contemporânea de centros comunitários ou cafés se fragiliza diante de seu funcionamento seletivo e em rede. Em locais não temos controle sobre os vizinhos e somos obrigados a interagir com pessoas que não escolhemos, mas nas mídias digitais constituímos redes baseadas em critérios de seleção personalizados assim como “bloqueamos” ou “deletamos” sujeitos com os quais não queremos (mais) contato. Assim, as relações mediadas constituiriam em si mesmas uma zona de conforto nova, com critérios próprios e muito distintos dos que regiam as experiências em grupo ou comunitárias não-mediadas.

2 O termo cyberspaço foi criado por William Gibson em seu livro de ficção científica intitulado *Neuromancer* (1984) e popularizado na década seguinte, em especial a partir da obra de Pierre Lévy, um filósofo que escreveu diversos livros e artigos sobre tecnologia da informação.

Em outras palavras, uma das novidades das relações mediadas digitalmente é a criação de sociabilidades moldadas pela experiência de constituição de redes por meio da busca e seleção de contatos de forma impensáveis para gerações anteriores. Assim, o antigo território definidor das comunidades do passado passa a ser substituído pelos valores e códigos culturais que criam e delimitam as redes nas quais nos inserimos. Mesmo que muitos, talvez até a maioria, ainda se refiram à internet e aos aplicativos de celular como “lugares”, talvez seja mais profícuo – em termos analíticos – pensá-los como “contextos culturais” devido à sua existência mais autônoma em relação ao território (HINE, 2009, p. 7).

A partir da compreensão dessa nova realidade de nossas vidas em rede, não é de se estranhar que um número crescente de pessoas tenha passado a buscar parceiros amorosos ou sexuais online. Há várias razões para isso, como a certeza de que em um site de busca de parceiros todos procuram alguém, o que atrai quem prefere evitar incertezas sobre as intenções de pessoas no cotidiano. Um segundo atrativo da busca online está na praticidade, a qual se desdobra na comodidade de poder paquerar de casa ou do trabalho, a qualquer hora. Mas, provavelmente, o maior atrativo reside na possibilidade de entreter “paqueras” múltiplas e simultâneas ampliando suas probabilidades de encontrar alguém sem se expor da mesma forma que na vida offline. Afinal, em um site, se alguém não te dá atenção, você pode partir para o/a seguinte enquanto em uma festa ou boate, por exemplo, isto pode atrair olhares reprovadores e até mesmo a recusa do novo paquera.

Plataformas como sites de relacionamento ou bate-papos permitem não apenas superar as dúvidas sobre se o interlocutor busca ou não parceiros, algo ressaltado principalmente por mulheres heterossexuais, mas também auxiliam, no caso de quem busca parceiros do mesmo sexo, a ter a certeza de que naquele espaço todos/as serão receptivos aos seus desejos. Nesse aspecto, estes sites são um verdadeiro radar e, não por acaso, Gaydar é a expressão inglesa usada para batizar o mais bem-sucedido e antigo site de busca de parceiros do Reino Unido. Para mulheres, estes sites tornam aceitável sua busca de parceiros e, para homens gays, lhes dá uma sensação nova de normalidade na paquera. Se para homens heterossexuais esses sites parecem apenas expandir as possibilidades de busca de parceiras, para mulheres e homossexuais eles representam a criação de um espaço realmente inédito para a expressão de seus desejos, vivenciar a experiência prazerosa em si mesma de ser desejado e cortejado e constituir relações de uma forma aparentemente muito mais fácil do que antes.

Mas o que rege esta nova esfera amorosa e sexual em rede? No geral, a busca online de parceiros é marcada pelas mesmas expectativas e demandas que mar-

cam estas relações no cotidiano offline, por isso a possibilidade de comunicar-se com outro sem dividir o mesmo espaço não eliminou nossa necessidade de situá-lo nele, o que explica o predomínio do caráter geograficamente circunscrito dessas interações. Desde o advento do telefone celular a principal questão passou a ser “onde você está?” e isso não mudou na era das redes sociais, dos chats e sites de busca de parceiros. Posicionar o outro e a si mesmo no mundo é questão-chave para iniciar e aprofundar um contato, pois tendemos a buscar interação com pessoas que podemos conhecer face a face (BAYM, 2010, p. 102).

As mídias digitais trouxeram algumas novidades na esfera amorosa como a possibilidade de visualizar, pela primeira vez, o universo de parceiros em potencial, ampliá-los numericamente e, sobretudo, essas mídias também acenam – por meio dos mecanismos de busca – com a possibilidade de escolher como nunca antes.³ Em uma era obcecada com a corporalidade, basta observar um destes sites e ler alguns perfis para constatar a centralidade do corpo nas interações. A começar pelas descrições literalmente numéricas e precisas apresentadas, passando pelas fotos e o uso da câmera ou ainda pelos formulários dos mecanismos de busca que permitem escolher quase tudo do possível parceiro: idade, altura, peso, cor de pele, cabelos, olhos, grau de pilosidade e, nos sites para um público apenas masculino, até tamanho do órgão genital.

No caso de homens que buscam parceiros do mesmo sexo, um critério de “fita métrica” se torna um filtro de seleção impensável nas relações offline. Os perfis de busca de parceiros com frases como: “não respondo a ninguém com menos de 1,80m”, “nem entre em contato se não for malhado” ou “ignoro mensagens de caras com mais de 25 anos” deixam claro que as interações online, ao menos entre esses homens, tendem a ser muito mais regidas por padrões corporais do que as offline. Em uma festa, alguém pode despertar atração em outra pessoa apesar de não ser alto ou malhado, o que tende a ser mais difícil em uma interação digital, constantemente marcada por filtros e avaliações padronizadas. Isto é incentivado por componentes dos sites e aplicativos, a começar pelos formulários detalhados no preenchimento de perfis, pelos mecanismos de busca disponibilizados por eles ou ainda pelos filtros que alertam alguém sobre a existência de perfis que atendem suas demandas ou até mesmo determinam quem poderá entrar em contato com ele ou ela.

Esta demanda de corporalidade claramente frívola pode ter tido origem me-

3 Eva Illouz (2006) enfatiza esse aspecto da “escolha” na experiência online, o qual, em sua visão, insere de forma inédita as vidas amorosas ou sexuais no universo do consumo.

nos superficial, no fato de que sem imagem ou som as pessoas não confiam em seus interlocutores, o que o avanço das plataformas e programas buscou solucionar passando do texto puro, em meados da década de 1990, para a incorporação de fotos até chegar ao vídeo em tempo real com som, cerca de dez anos depois. Várias pesquisas indicam que trocar fotos, conhecer-se pela câmera, mas, principalmente, falar ao telefone, aumenta as chances de se encontrar pessoalmente. Segundo investigação de Mckenna et al., de 2002, 62% das pessoas que se conheciam online falaram também ao telefone, 56% trocaram fotos e 54% se encontraram pessoalmente (BAYM, 2010, p. 129). Se atualizarmos isto para o contexto tecnológico presente, provavelmente estas porcentagens saltaram. Curiosamente, o mesmo tipo de contato que aumenta a confiança para um encontro face a face, a conversa telefônica, também é um dos meios pelos quais as pessoas mais podem manipular informações. Assim, não seria demais especular que a confiança no contato telefônico derive menos de sua eficiência e mais da familiaridade e confiança que – historicamente - aprendemos a ter neste meio de comunicação.

A possibilidade de ver e ouvir o outro diminuiu parte das desconfianças que surgem no contexto de conhecer alguém online, mas não as extinguiu por completo. Ainda é forte o medo de que por trás da tela esteja alguém completamente distinto do que descreve, mas especialistas em relações mediadas, como Baym, observam que é difícil criar um self online muito distinto do corporificado e se a internet permite mentir, ela também permite ser mais “honesto” por causa da suspensão dos dados identificadores ou, em outros termos, do relativo anonimato em que as relações se iniciam ou mesmo se consolidam.

A maioria das pesquisas sobre a forma como usuários constroem perfis e interagem online indicam uma tendência maior à busca de autenticidade do que de mentir. Na perspectiva da socióloga Vassela Misheva (2011), em uma vertente interacionista da teoria social, isto guia a construção de um “eu” online de forma que a autenticidade buscada pode ser interpretada por outros como uma versão idealizada de si próprio. Em outras palavras, em qualquer tipo de plataforma online as pessoas tendem menos a mentir e mais a construir imagens estilizadas e/ou melhoradas de si mesmas. O que não impede o surgimento de sentimentos contrastivos entre a imagem online e a offline da pessoa. Estes sentimentos emergem não tanto em função de “mentiras”, antes do procedimento que teóricos contemporâneos veem marcar a criação de perfis online: a busca de construção de uma imagem autêntica de si mesmo.

Segundo Sharif Mowlabocus, à criação de um perfil online segue a questão: Como eu quero ser visto? Os perfis são construídos sob a perspectiva do usuário e, por isso,

são fontes ricas para compreender os processos de auto-representação em nossa sociedade midiática. O perfil é um mecanismo de identificação e autopromoção, portanto, uma forma de comodificação de si, o que, na esfera de busca de parceiros/as, já se dá naquilo que configura como um verdadeiro mercado amoroso (ILLOUZ, 2006).

Qualquer que seja a plataforma, a identidade online comporta três elementos principais: nome ou nickname, imagem (foto, vídeo ou câmera em tempo real) e linguagem (escrita ou falada). Não por acaso, os perfis tendem a materializar apresentações de si inspiradas pela publicidade atual: desde o uso de apelidos chamativos, o uso de fotos em poses similares às de comerciais, filtros e corretivos digitais como Photoshop e Instagram até textos que chegam a seguir critérios similares aos de comercialização de produtos. No Manhunt, por exemplo, encontrei vários perfis nos quais as descrições chegam a usar dados como “data de fabricação” para a data de nascimento e “prazo de validade” para se referir ao tipo de relação procurada. O que, em alguns casos, é ironia, em outros é adotado sem qualquer reflexão, o que constatei por meio de entrevistas com os usuários.

A reclamação de que muitos tentam enganar as pessoas a partir de seus perfis online é recorrente entre os usuários desses sites, mas, algumas vezes, enganar é mais sobre apresentar uma versão idealizada de si mesmo do que uma fictícia ou falsa, em outros termos, é o resultado do que Walther (1996) chama de “comunicação hiper-pessoal”, aquela em que se dá uma idealização da afinidade. Segundo Walther, há três razões principais para gostarmos mais de uma pessoa que conhecemos online: as poucas pistas que temos da pessoa dão margem à imaginação; como a relação surge a partir de algum interesse em comum, tendemos a imaginar que temos mais em comum ainda e, por fim, os mídia e seu espaço “neutro” permitem que as pessoas foquem mais na produção das mensagens.

No encontro face a face entre aqueles que se conheceram primeiro online, isso pode gerar contraste negativo, decepções e até mesmo acusação de que o outro mentiu sobre si mesmo. Mas basta ver o perfil de uma rede social de um amigo que conhecemos pessoalmente e compará-lo com esta pessoa no cotidiano para notarmos como, mesmo de forma parcial, estamos todos enredados nessa busca de autenticidade, de estilização de si, a qual gera um *self* online que pode contrastar com o offline. Assim, deparamo-nos com a forma como uma nova tecnologia muda nossa forma de ver o mundo, nossa comunidade, nossas relações e, por último, mas não por menos, até como compreendemos a nós mesmos.

Segundo Eva Illouz (2006), a construção de um perfil é um processo de autoreflexão que converte “o eu privado em uma performance pública” (p. 6), em

um ideal de si mesmo que agrade a potenciais parceiros que podem comparar e escolher. Assim, o self se transforma em uma espécie de mercadoria na vitrine, em competição com outras, o que explica como a cultura do consumo e da moda influencia e até mesmo define a forma como as pessoas tentam, por meio de textos e imagens, criar uma impressão que agrade e seduza emulando poses e referências comerciais (p. 8). Isto leva a um processo de hiper-conscientização sobre a própria aparência física, da centralidade do corpo neste mercado altamente competitivo. Segundo a socióloga, um dos resultados mais perceptíveis é um processo de homogeneização dos perfis, das descrições e, acrescento algo a ser investigado, das próprias pessoas, de seus corpos e subjetividades.

Este trabalho de estilização ampliaria ansiedades sociais já existentes sobre o que significa ser a si mesmo e sobre os riscos de se relacionar com pessoas com valores distintos daqueles nos quais fomos criados (2010, p. 48). No começo do século XX, o sociólogo alemão Georg Simmel (2010) já refletia sobre como a sociedade contemporânea, resultado da urbanização e da crescente impessoalidade no trato entre as pessoas, criara uma maior demanda de confiança com relação a quem nos relacionamos. Hoje, é inegável que vivemos em um cenário em que o notado por Simmel se aprofundou, pois a comunicação em espaços digitais nos expõe a um borramento ainda maior das fronteiras sociais ao nos colocar em contato com pessoas de outros lugares, classes sociais, valores, etc. Daí não ser estranho que, mesmo partindo de alguma afinidade, a desconfiança vigore, ao menos inicialmente, e essas relações se desenvolvam seguindo um roteiro de construção de intimidade, compreendida como partilhamento de informações pessoais que permitam um aumento da confiança. Afinal, como demonstrou Simmel, a “confiança é uma hipótese sobre a conduta futura do outro” (2010, p. 42), em outras palavras, uma previsibilidade que nos dá segurança no trato com ela.

Partindo do contato digital, conhecer alguém gera inseguranças típicas de nossa era como o medo de que uma mesma pessoa tenha duas ou mais “personalidades”. Temor com razões concretas, já que temos a experiência comum de criar perfis distintos e segmentados, por exemplo, um profissional para o site de nosso empregador, outro familiar em uma rede social ou, ainda, um para lidar com um de nossos hobbies. Qual deles é verdadeiro e qual é falso? Somos uma junção deles ou alguém não identificável quando os justapomos, somamos ou comparamos?

Segundo Nancy Baym, os dilemas da autenticidade evocados pelo uso de mídias digitais não cabem na diáde do verdadeiro/falso (2010, p. 34). Sherry Turkle (2011), por sua vez, aprofunda a discussão mostrando que em busca de autenticidade

somos treinados pelas novas tecnologias a similar ou emular o que é esperado de nós. A simulação de uma identidade esperada, mesmo que buscando autenticidade entre o que mostramos e o ideal que fazemos de nós mesmos, gera comportamentos contraditórios aos olhos alheios, os quais tendem a ser associados à dissimulação e à mentira. Trata-se, portanto, de uma problemática contemporânea radicalizada pelas mídias digitais e que a chave da busca de autenticidade não exige de ser percebida e/ou julgada como mentira, disfarce e tentativa de enganar ao outro.

Baym afirma que é até possível que algumas pessoas sejam, online, mais “verdadeiras” ou francas do que no offline. Apenas nada garante isso tampouco temos parâmetros confiáveis para reduzir ou eliminar a insegurança sobre quem está por trás de um perfil. Tememos que, online, estejamos mais expostos à mentira e ao perigo, mas é importante ter em mente que a mentira compreendida como a manipulação da informação oferecida ao outro sobre si mesmo pode acontecer tanto online quanto offline. Também, no que toca às mídias digitais, a mentira ou a omissão de informações sobre si próprio chega a ser incentivada – até mesmo pelos pais ou pela mídia – como forma de proteção para quem se sente mais vulnerável pelo contato facilitado pela internet.

Compreender que vivemos em uma sociedade em que as mídias digitais têm um papel cada vez mais central e generalizado é mais desafiador em termos analíticos porque essa tecnologia não apenas media, mas molda subjetividades e articula no processo incessante de (re)constituição de nossa vida coletiva. Vivemos em uma cultura crescentemente digitalizada desde o advento da internet comercial, mas mal começamos a compreendê-la em seus próprios termos. Este artigo, portanto, é apenas um ensaio e uma tentativa de refletir sobre um dos aspectos desta nova realidade social.

Partindo dessas reflexões gerais sobre as relações pessoais na era digital passei para o contexto brasileiro. A cultura digital é diretamente associada à offline, em particular à forma como certos segmentos sociais usam as mais recentes tecnologias de comunicação. Neste texto, focarei em como homens buscam articular, por meio de mídias digitais, uma vida pública heterossexual – sobretudo na família e no trabalho - com relações homoeróticas em sigilo. Isto exigirá explorar as transformações históricas do “armário”, o regime de visibilidade que rege o binário hetero-homossexualidade para, por fim, tentar explorar a lógica que rege relações homoeróticas masculinas brasileiras.

O Armário na Era Digital

Em vários contextos nacionais há estudos focados na forma como certos grupos usam as mídias digitais, mas eles tendem a circunscrever o universo de análise a partir do público alvo das plataformas ao invés de explorá-las a partir dos usuários. No Brasil, alguns estudos sócio-antropológicos permitem notar que os usuários frequentemente fazem uso das plataformas de formas diversas das propostas por elas, ultrapassando seus limites classificatórios. Em minha pesquisa etnográfica sobre o uso das salas de bate papo constatei que o mesmo usuário entra em salas classificadas como dirigidas a heterossexuais, bissexuais, gays e, inclusive, para travestis e crossdressers.

De forma surpreendente, e ainda um pouco enigmática, a própria emergência das mídias digitais contemporâneas constituiu o “terreno” de minha investigação, pois permitiu o acesso a experiências que, até pouco tempo atrás, eram vividas de forma altamente individualizada, silenciosa e invisível. Refiro-me às vidas amorosas e sexuais constituídas em segredo, as quais, quando associadas ao desejo por pessoas do mesmo sexo, têm no “armário” seu regime de visibilidade clássica.

Segundo Eve Kosofsky Sedgwick (1990), o armário estrutura a experiência da homossexualidade ocidental desde fins do século XIX. Trata-se de um regime de visibilidade intrinsecamente articulado com a criação, por meio de discursos e práticas médico-legais, do binário homo-heterossexualidade nas primeiras décadas do século XX. Assim, o armário adquiriu sua forma “clássica” quando a compreensão dominante da esfera da sexualidade tornou-se a de que seria constituída por meio de identidades auto-excludentes: as pessoas seriam heterossexuais, portanto “normais”, ou homossexuais, algo considerado anômalo, motivo de vergonha e, durante décadas, passível de tratamento psiquiátrico ou punição legal.

O armário articulava a busca de segurança por parte de homossexuais com os interesses de construção da hegemonia heterossexual. Em busca de segurança, homens e mulheres que se interessavam por pessoas do mesmo sexo passaram a articular uma vida pública hetero a uma privada – contínua ou episódica – homo, contribuindo para a construção e manutenção da visão de que a heterossexualidade seria universal, mesmo porque a única visível e reconhecida.

A despeito do uso indiscriminado do termo, o armário é um regime de visibilidade circunscrito historicamente e que, de forma geral, se insere em uma época marcada por maior rigidez na manutenção de relações amorosas. Não é mero acaso que o segredo constitutivo do armário suscite paralelos com outras formas

de relações ilícitas, mesmo heterossexuais, pois ambos têm em comum a lógica de manter em segredo e na esfera privada as relações que não atendem às expectativas coletivas. Assim, seriam produto de uma moralidade inflexível sobre a esfera das relações amorosas e sexuais, marcada por formas de reprovação moral e retaliações as mais diversas para aqueles que ousassem transgredir as normas e convenções culturais de seu tempo.

Produto de uma gramática relacional que dividia as relações em lícitas e ilícitas distribuindo reconhecimento e punição, o armário tinha um status especial, pois, ao contrário do que pode parecer, ele nunca foi exatamente apenas um regime de opressão homossexual, antes de disciplinamento e normalização de um amplo espectro de sexualidades. Seus múltiplos binários (hetero-homo, visível-invisível, público-privado, socialmente reconhecido-estigmatizado) servem para alocar experiências amorosas e sexuais em classificações aparentemente fixas e estanques. Dentro de sua lógica, alguém ou é hetero ou homo e as relações que podem ser visíveis, públicas e reconhecidas são entre pessoas do sexo oposto, monogâmicas e, preferencialmente, reprodutivas. Em suma, o armário, como parte de um imaginário heterossexista, era um dos mais importantes meios de manutenção do que hoje já compreendemos como heterossexualidade compulsória.

Durante a chamada Revolução Sexual das décadas de 1960 e 1970, marcada pela ascensão do movimento feminista da segunda onda e suas novas demandas de autonomia corporal como o direito ao aborto, também ganhou força a luta pela descriminalização e pela despatologização da homossexualidade. Neste sentido, o nascente movimento homossexual tinha em uma de suas bandeiras o mote do “assumir-se” ou “sair do armário”. De certa maneira, os dois movimentos sociais, o feminista e o homossexual, tinham em comum uma luta “liberacionista” em que a autonomia corporal se associava à demanda por uma vida sexual livre dos imperativos da reprodução, do casamento e da constituição de famílias e, portanto, mais pautada pelo prazer. Neste contexto, “sair do armário” era encarado como ato “libertador”, politicamente engajado no rompimento com a tradição e contribuindo para construir uma sociedade mais livre.

As visões liberacionistas eram associadas à perspectiva de uma classe privilegiada que compreendia o “sair do armário” como uma decisão individual, uma prova de caráter, ao invés de um processo histórico de construção de espaços em que isto poderia se dar. Também tendia, sob a aparente forma de vanguarda comportamental, a reforçar a visão de que as identidades sexuais seriam auto-excludentes e/ou classificáveis. Nota-se como, no fundo, compreendendo a

lógica do armário como regida por um dentro/fora reforçava o binário hetero-homossexual criado historicamente a partir de fins do XIX e consolidado com a criação de uma identidade homossexual nas primeiras décadas do século XX. Em outras palavras, com intuítos políticos que buscavam a “liberdade” contribuía para engajar os próprios sujeitos na plena realização do que as antigas proibições legais e classificações psiquiátricas tinham tentado, sem sucesso, por mais de meio século: a divisão das pessoas em duas únicas orientações/identidades sexuais (já que qualquer ambivalência tendia a ser vista com suspeita). Este período em que a homossexualidade experimentou um processo de descriminalização e, em parte, despatologização, não durou nem quinze anos.

No começo da década de 1980, com o surgimento da epidemia de hiv-aids a homossexualidade começou a ser repatologizada em novos termos. Se o armário alojava a homossexualidade no privado, mesmo porque era compreendida como uma espécie de “doença mental”, a partir da aids, ela passa a ser vista como problema de saúde coletiva em que seu “exercício responsável” estaria vinculado à sobrevivência dos heterossexuais. De um modelo psiquiátrico a um epidemiológico de compreensão da homossexualidade, passou-se também da punição legal ou do internamento para o disciplinamento por meios “educativos” e de controle pela saúde pública. Começa a emergir um novo armário, ou melhor, um novo regime de visibilidade.

Da exclusão e da invisibilidade do modelo que via nas relações entre pessoas do mesmo sexo uma doença mental e/ou um crime passíveis de prisão ou internamento passamos para o disciplinamento e a normalização que regem a visibilidade do modelo epidemiológico. Se, no primeiro, as forças eram predominantemente repressivas, coercitivas e externas, no segundo, elas são de disciplinamento, controle e internas. Não mais a ameaça do juiz ou do médico, mas a necessidade reconhecida individualmente do autocontrole e do auto-ajustamento, em um processo histórico em que quanto mais visíveis, mais as homossexualidades foram normalizadas a partir do modelo heterossexual reprodutivo. Esse novo regime de visibilidade não é exatamente heterossexista, tampouco serve mais à manutenção da heterossexualidade compulsória, mas permite a manutenção do binário hetero-homo por meio da heteronormatividade, a consolidação da hegemonia heterossexual.

Esta cronologia ainda incipiente nos auxilia a tentar superar tanto uma visão que considera o armário como atemporal quanto as narrativas de liberação das décadas de 1960 e 1970 baseadas nele, mas que ainda ecoam em discursos políticos e mesmo em alguns trabalhos acadêmicos. Regimes de visibilidade são históricos e, como tais, passíveis de transformações com o tempo e variáveis segundo

particularidades culturais. O armário, apenas aparentemente, operava no binômio dentro/fora, o qual caracterizaria os sujeitos nele inseridos como diante de dilemas também descritos em binários acusatórios como o de enrustidos/assumidos, falsos/verdadeiros ou, ainda pior, mentirosos/honestos. Uma lógica construída sob a hegemonia heterossexual o regia, de forma que dentro/enrustido ou fora/assumido, a verdade e a honestidade permanecem como posse dos heterossexuais e daqueles e daquelas que – “corajosamente” – posicionam-se como claramente homossexuais. Assumir-se, portanto, equivalia a incorporar uma diferença reconfortante e segura para a heterossexualidade. Primeiro porque a reafirma como excluindo de si ambiguidades, mas, principalmente porque reforça sua gramática moral, seu regime de verdade.

A transformação dos regimes de visibilidade não conseguiram desconstruir a hegemonia heterossexual, desde seu privilégio estruturante na esfera do poder e da produção de saberes, até mesmo em sua gramática erótica. A transformação de um regime de visibilidade em outro acompanha uma mudança histórica geral de uma sociedade marcada pela divisão público-privado para uma em que vigora a demanda de performatização pública da intimidade. As relações disto com a constituição de formas reflexivas de *comodização*⁴ de si por meio do consumo e da constituição de estilos de vida segmentados são claros. Aos efeitos normalizadores induzidos pelas formas de enfrentamento da epidemia de hiv/aids se seguiu uma crescente incorporação mercadológica das homossexualidades. Do gueto ao mercado, ascendeu o “meio gay” com sua imprensa comercial, seu circuito de consumo e um movimento social acenando com demandas de assimilação. O altamente lucrativo, este circuito de consumo baseado em um indivíduo foi descrito pela QSoft Consulting em termos muito reveladores: “o típico homem gay de 30 anos tem a renda disponível de um gerente médio de 50 anos e os hábitos de consumo de alguém de 20 [...]” (MOWLABOCUS, 2010, p. 87). No presente, esse modelo gay metropolitano faz destes homens privilegiados embaixadores do consumo das novidades e adultos infantilizados, o que o título da revista gay mais popular atualmente no Brasil, *Júnior*, deixa muito evidente.

4 O termo comodização se refere ao ato de construir uma imagem ou apresentação de si mesmo como “mercadoria” a ser “consumida”, algo perceptível, por exemplo, na construção de um perfil online voltado para a paquera. A comodização de si mesmo envolve a escolha das imagens pessoais, a atenção aos aspectos estéticos e, sobretudo, ao potencial de apelo em relação a um possível interessado, pensado como uma forma de consumidor para este self forjado online a partir de procedimentos similares aos da criação de uma mercadoria.

Se a narrativa liberacionista de fins da década de 1960 até o surgimento da epidemia de hiv/aids apontava para a constituição de estilos de vida possivelmente alternativos, o que se deu a partir de fins do século XX foi algo muito diverso. A maioria das homossexualidades começou a ser regida por uma busca de “passar por hetero” e até mesmo viver como hetero. Assim, enquanto no armário clássico a fronteira entre a hetero e a homossexualidade era a linha divisória entre o público e o privado, da normalidade e do desvio, no regime de visibilidade contemporâneo essa fronteira se expandiu abarcando as homossexualidades normalizadas e pressionando a linha vermelha da abjeção contra as sexualidades não-normativas, não-higienizadas, as que não visam a monogamia e a reprodução.

Foucault, em algumas de suas entrevistas do início da década de 1980, ressaltou que o que incomodava socialmente nas homossexualidades não era o sexo, mas o potencial inovador que elas poderiam trazer para as formas relacionais existentes. Assegurada a normalização e a higienização de parte das relações homossexuais, esse temor, agora transformado em preocupação de saúde pública, pôde se restringir e até se intensificar com relação àqueles e àquelas que – por razões as mais diversas – não se normalizaram.

Essa nova realidade não eliminou o binário hetero-homo como um pressuposto ordenador do imaginário social sobre o desejo e sua orientação, daí o reforço da hegemonia heterossexual. Continua a ser muito melhor “ser” heterossexual. O que torna compreensível o fato de que sejam muitos os homens que, mesmo colocando em xeque a fronteira entre a hetero e a homossexualidade nas práticas sexuais e amorosas, busquem manter seu status heterossexual na vida cotidiana. Ser “um homem de verdade” inclusive os cacifa eroticamente nas mais diversas gramáticas sexuais do presente, ao menos no Brasil, pois é este homem, compreendido como macho, dominador e ativo, que constitui o objeto do desejo de mulheres heterossexuais, homens gays, travestis e transexuais.

O regime de visibilidade conhecido como armário, pré-aids, era organizado a partir da necessidade de construção de invisibilidade, afinal, havia uma necessidade radical de proteção das punições derivadas do que hoje compreendemos como heterossexualidade compulsória. Daí a mentira e a ocultação serem, naquele contexto, táticas e estratégias necessárias para criar relações em segredo, mesmo porque ilícitas ou consideradas patológicas. No regime de visibilidade atual, a mentira tornou-se apenas a senha para a manutenção de um status de masculinidade, a qual permite circular por relações hetero e homo no topo da pirâmide da atratividade sexual. Trata-se de uma masculinidade muito particular, contemporânea

nea, marcada por convenções de gênero típicas da sociedade brasileira e que, em nossos dias, parece sob ameaça.

Após a aids, mantemos o mesmo nome para um novo regime de visibilidade, o que tende a nos tornar reféns de um vocabulário incapaz de defini-lo em seus próprios termos, tampouco compreender suas particularidades nacionais. A seguir, focado na experiência brasileira, de homens que, na cidade de São Paulo, buscam criar – em segredo - relações com outros homens, pretendo oferecer uma contribuição para compreender o regime de visibilidade sexual do presente.

Segredos e Mentiras

O uso de tecnologias varia de acordo com a cultura e o grupo social estudado, daí surgir a questão: o que têm em comum os homens paulistanos que fazem uso das mídias digitais na busca de parceiros amorosos e sexuais do mesmo sexo? Para começar, por mais diferentes que sejam, se engajam em uma procura socialmente ainda não reconhecida tampouco vista com naturalidade no cotidiano. Ainda que não seja possível precisar, é visível a predominância dos que se apresentam nas diversas plataformas com a demanda de constituir relações em segredo ou que, ao menos, declaram-se “discretos” e/ou demandam parceiros sem sinais que os identifiquem como gays.

Se certezas e seleções auxiliam a compreender por que tantas pessoas usam meios digitais de busca de parceiros, no que toca a um grande número de homens que nutrem desejo por outros homens o sigilo aparece como o principal atrativo desses mídia. Como já comentado anteriormente, eles permitem que neles expressem seus anseios, sintam-se desejados, compartilhem experiências de forma a travar relações homossexuais que, esperam, os mantenha a salvo das amplamente conhecidas consequências negativas no espaço público e na vida cotidiana.

On-line, homens que se interessam por outros homens buscam por relações seguras, mas se veem inseridos em uma “comunidade” compartilhada, já que os chats e os sites de busca de parceiros do mesmo sexo são versões contemporâneas da cultura gay e lésbica hegemônica, metropolitana e inserida em um circuito comercial específico. Nesse contexto em rede, a sociabilidade aumenta exponencialmente o número de conhecidos. Trata-se de um espaço de *wenkities*, ou seja, laços fracos, os quais auxiliam pessoas que, no cotidiano, não têm com quem compartilhar interesses sexuais comuns, tampouco querem se expor a um familiar ou colega de trabalho.

Laços fracos parecem mais seguros, afinal, são os que nos ligam a conhecidos, pessoas com as quais não desenvolvemos compromissos duradouros ou profundos como amigos, familiares ou companheiros. Esse tipo de laço costuma se desenvolver em uma lógica de compartilhamento segmentado de interesses, daí esses “amigos virtuais” serem conhecidos com os quais partilhamos um gosto comum ou uma atividade. No caso em estudo, tratam-se de redes constituídas por desejos eróticos comuns, portanto dentro daquilo que Wellman (1988) denominou como cultura do individualismo em rede, ou seja, da constituição de uma versão individualista de comunidade.

Uma característica fundamental das redes desejantes, que investigo desde fins de 2007, é o que as circunscreve à esfera da masculinidade hegemônica, mesmo porque seu referente do desejo é a masculinidade heterossexual. Por meio de plataformas variadas, homens que levam vidas heterossexuais expressam desejos homossexuais e os concretizam, mesmo porque sua “heterossexualidade” é parte central de seu *sex appeal*. Boa parte das homossexualidades, com toda a sua vasta gama de variações, não desenvolveu referentes eróticos próprios, mas permanece historicamente atrelada a um erotismo heterossexual que, no caso dos homens que conheci em campo, encontra sua expressão máxima no desejo de se relacionar sexualmente com um “homem de verdade”, ou seja, com um homem heterossexual (MISKOLCI, 2012). Para além do temor da vergonha ou das consequências da publicização da homossexualidade no cotidiano, o que também rege a manutenção de uma imagem heterossexual são os claros ganhos eróticos que ela traz.

Ser discreto, ou seja, parecer hetero, costuma se associar à constituição de relações em sigilo, na partilha e, sobretudo, na capacidade de manutenção de um segredo comum. A homossexualidade, assim, transforma-se de uma orientação do desejo para um certo regozijo com a possibilidade de que compartilhem a capacidade de “passar por hetero”, “enganando” tanto os heterossexuais quanto os homossexuais assumidos, uma espécie de doce vingança contra a ordem sexual que quase sempre se volta contra eles. Em outras palavras, o surgimento da internet permitiu que muitos homens, ao invés de “saírem do armário” para familiares e amigos, arriscando rompimentos e represálias no trabalho, passassem a criar uma vida paralela, parcialmente fora dele, com (des)conhecidos. Assim, buscam manter intocado o círculo original de convivência, no qual construíram – muitas vezes com dificuldade – um histórico heterossexual. Nesse sentido, para eles, a internet se revela uma tecnologia para regular sua vida social e sexual, exemplo empírico daquilo que Sherry Turkle (2011) define como o desejo contemporâneo de que a tecnologia seja o arquiteto de nossas intimidades.

Mantendo-se predominantemente na esfera da heterossexualidade, apenas aparentemente vivem um paradoxo de aceitarem e vivenciarem seus desejos homoeróticos recusando o lugar social da homossexualidade, pois, de forma reflexiva, buscam unir a familiaridade, o acolhimento e o respeito da heterossexualidade associados ao prazer que encontram na esfera do desejo homoerótico. Na esfera da sexualidade, tão cheia de normas, convenções e limites, as mídias digitais abriram um espaço aparentemente acolhedor, principalmente, por exibirem plataformas que criam redes regidas por moralidades alternativas à hegemônica, ou ainda, segmentadas.

Dito isto, é importante considerar que, na busca por relações em segredo ou discretas, interagem uma variedade de perfis de usuários. Desde homens comprometidos com mulheres que buscam conciliar suas vidas heterossexuais com experiências ou casos homo até homens que aspiram constituir relações monogâmicas com outros homens. O que se passa nas plataformas é um encontro e entrecruzamento de desejos, os quais, a despeito da aparente segmentação e ordem, costumam se misturar ou se transformar. Um exemplo é a frequência com que encontrei homens que pareciam buscar sexo sem compromisso se envolverem com outros homens de forma profunda.

Em outro artigo, explorei com mais detalhe as relações desenvolvidas por usuários com parceiras mulheres que costumam se apresentar em bate-papos como “Macho” ou “Brother”. Estes perfis costumam identificar um tipo de masculinidade muito comum em nosso país, aquelas que partilham da percepção de que ser homem é dar vazão aos seus desejos (VILLELA, 1998),⁵ assim, por meio da internet, homens podem exercitar sua masculinidade e reafirmá-la ampliando o espectro de suas relações amorosas e sexuais. As relações ilícitas nunca foram possíveis de forma aparentemente tão segura e desvinculada de contato com as lícitas, o que o recente e crescente sucesso dos sites de traição no Brasil vem corroborar.

Se uma prerrogativa da masculinidade continua a ser a de extravasar seus desejos e fazer uso de todas as ferramentas para concretizá-los, isto traz uma nova consequência, os homens que usam as mídias digitais para tentar criar uma vida paralela homo precisam controlar aquele com quem se relaciona para garantir sua própria segurança. Assim, passam a desenvolver meios de manipular informações

5 É importante sublinhar a diferença entre dar vazão aos desejos e o “descontrole”, algo que nossa cultura apresenta como devendo ser evitado por um “homem de verdade”. A lógica acionada para a expressão ou afirmação da masculinidade é a do beber muito, mas sem perder o domínio sobre si mesmo; a docer bastante, mas sem passar mal; fazer muito sexo, mas sem deixar que isso intervenha ou atrapalhe sua vida familiar e profissional.

que vão da omissão à mentira expressos em silêncios, apelos à discrição, à compreensão do parceiro, mas que, usualmente, se somam ao uso de nomes falsos, telefones bloqueados, mentiras sobre onde moram ou trabalham. A já conhecida lógica do controle masculino apenas passa a se dar por meios tecnológicos atuais.

Segundo pesquisas desenvolvidas sob uma perspectiva heterossexual, como a de Whitty e Gavin (2001), as mulheres revelaram mentir por segurança, enquanto os homens não pensavam em segurança e afirmavam serem mais honestos. Ellison, Heino e Gibbs (2006) afirmam que as pessoas tendem a falar a verdade on-line, mas exageram qualidades – pesam menos, são mais altas ou não fumantes (p. 117). Trata-se de “pequenas mentiras”, cuja amplitude é limitada pela possibilidade do encontro face a face, no qual uma foto excessivamente retocada ou uma descrição física muito distinta eliminaria a possibilidade de conhecer o outro ou ser reconhecido por ele.

Na esfera das relações homossexuais que investigo, o que meus colaboradores na pesquisa etnográfica denominam como mentira se assemelha à definição de Georg Simmel, ou seja, a mentira é um dos meios para limitar o conhecimento que um tem do outro, “uma técnica positiva e agressiva que persegue seu propósito mediante um uso simples do segredo e da ocultação.” (2010, p. 40). Em outras palavras, a “mentira” aqui é associada a uma dinâmica de gênero e sexualidade, no caso, da esfera das masculinidades homossexuais, as quais bebem do arcabouço cultural brasileiro em que a masculinidade, em geral, tem no mentir uma forma reconhecida de ampliar o alcance de seus feitos para adquirir respeito, despertar inveja, atrair atenção e, sobretudo, ganhar agência. É um verdadeiro clichê a mentira do marido que avisa que ficará até mais tarde no trabalho, o que permite a ele participar de um *happy hour* com os colegas de trabalho ou mesmo um encontro sexual ilícito. O uso das mídias digitais, portanto, apenas potencializa o uso dessa tática cotidiana.

Há alguns anos acompanhando diversos homens em suas experiências de busca de parceiros on-line, tive grande dificuldade em compreender a experiência mais comum relatadas por eles: a da frustração e do desapontamento. Primeiro, porque as razões me pareciam incongruentes, mas, sobretudo, porque essa reclamação geral não interrompeu a continuidade da busca de alguém por mídias digitais. Segundo Eva Illouz, esse desapontamento é marcante também entre heterossexuais, o que permite pensar que suas raízes estão no contexto das relações amorosas contemporâneas e não se circunscrevem aos mídia. Há um conjunto razoável de pesquisas que indicam uma crescente demanda por relacionamentos

“seguros”, leia-se, nos quais a pessoa corra menos riscos de se frustrar, ser enganada ou se arrepender. Daí ser provável que a frustração deste desejo seja um dos componentes do combustível das buscas de parceiros por mídias digitais.

Meus colaboradores reclamam que é difícil encontrar alguém interessante ou confiável online e, sobretudo, relatam pormenorizadamente suas histórias de tentativas e erros em constituir relações a partir de meios digitais. Depois de alguns anos coletando narrativas de frustração, identifiquei que elas se baseiam nas dificuldades de fazer desses mídia uma tecnologia de articulação segura entre duas vidas que eles gostariam de manter paralelas. No fundo, a maioria de meus pesquisados age a partir de um ideal de constituição de duas vidas que nunca se cruzariam, uma heterossexual e outra homossexual, antes permitiriam usufruir do melhor de cada uma delas.

O que esperam da internet acaba sendo construído por suas próprias ações, regidas por um objetivo de auto-preservação a qualquer custo, na verdade, a preservação de uma vida familiar e pública heterossexual. Com este intuito, usam as mídias digitais sempre demandando mais informações do que oferecem e, progressivamente, exigindo maior flexibilidade e compreensão daqueles com quem se envolvem. Assim, o uso de mentiras e omissões caracteriza a forma como lidam com as mídias digitais, o que é mais frequente quanto mais comprometidos com uma parceira mulher ou, simplesmente, mais dedicados à preservação de uma vida pública e familiar heterossexual.

O argumento da autopreservação ou segurança é o mais acionado pelas pessoas que mentem para justificar sua ação, o que não as exime de fazer com que aqueles/as que recebem as informações distorcidas ou falsas sejam efetivamente objeto de manipulação e, se chegam a descobrir a verdade, sintam-se traídos em sua confiança. De uma coisa não costumam se gabar: a de mentirem ou manipularem suas parceiras e seus casos masculinos. Ao tocar neste ponto delicado, eles costumam preferir “deixar de fora” suas parceiras mulheres, segundo eles “em sinal de respeito”, e falam mais de suas frustrações on-line, em especial, atribuindo-as aos outros homens com quem tentaram se relacionar, à internet em geral ou mesmo a uma plataforma em particular. No fundo, eles se inserem em uma gramática moral que tem como premissa a respeitabilidade e a importância central da vida hetero e uma desqualificação, em graus variados, dos laços homossexuais.

A maioria dos usuários com os quais travei contato acredita que algumas plataformas, como as salas de bate-papo, seriam mais propícias ao sexo casual enquanto outras, como os sites de busca de parceiros, acenariam com a constituição

de relações mais sérias ou duradouras. No entanto, o acompanhamento do uso das plataformas indica que esta divisão é arbitrária e pouco condiz com os relatos. É provável que o tipo de relação gerada seja mais produto da forma como se usa do que da própria plataforma. No que toca à experiência de mentir, manipular ou sentir-se enganado, quanto mais imediata e sem compromisso for a relação criada, maior o espaço para mentiras e omissões.

Esses desejos em rede misturam anseios que vão da busca de companhia à parceria, mas nas plataformas segmentadas para um público homossexual masculino tendem a uma clara sexualização. As plataformas, com tudo o que as distingue, moldam a busca de formas muito sutis e efetivas. Elas têm um efeito quase pedagógico, pois de forma indutiva, levam os usuários a criarem perfis desejáveis segundo critérios nem sempre explicitados. Nos sites de busca de parceiros, por exemplo, para obter atenção e receber mensagens, os usuários são incentivados a “sexualizar” seus perfis. Alguns o fazem de forma explícita - com fotos nus, closes de genitais ou mesmo vídeos de relações sexuais -, outros com fotos em traje de banho em uma praia ou piscina. Segundo Mowlabocus (2010), a exposição corporal é altamente valorizada e buscada desde o princípio, pois o olhar que rege a busca é um olhar adestrado pela pornografia gay disseminada em filmes, revistas e mesmo na internet.

Na esfera da carnalidade on-line, os “corpos que importam” são os bem-sucedidos em sua sexualização/objetificação e adequação ao consumo (MOWLABOCUS, 2010, p. 80). Enquanto as mulheres foram historicamente reguladas pelos mecanismos de corporificação/objetificação, as homossexualidades contemporâneas parecem estar sendo criadas por estes mesmos mecanismos. O armário, originalmente constituído em uma época em que existia uma fronteira entre o público e o privado, aludia ao vestíbulo, o qual articulava as duas esferas por meio da certeza de que as roupas fazem o homem. Atualmente, ao menos para os homens de meu campo, indivíduos da classe-média paulistana, a academia tomou o lugar do vestíbulo, pois o que atrai e/ou garante discrição/invisibilidade não são mais as roupas, antes o próprio corpo construído a partir de uma estética heterossexual.

A demanda por construir relações em segredo é um desejo com raízes antigas nas vidas de meus interlocutores, pois - em maior ou menor grau - lutaram boa parte de suas vidas para reprimir, controlar ou esconder seus desejos por outros homens. Essa experiência gera insatisfação e uma reclamação comum de se sentirem sempre solitários, mesmo quando em um relacionamento amoroso com uma mulher ou mantendo um caso paralelo com outro homem. Muito do desaponta-

mento com o uso das mídias digitais deriva de seu uso não conseguir diminuir essa solidão. A vivência de desejos por outros homens em segredo é construída de forma dolorosa e solitária, constituindo uma espécie de ferida emocional que tentam curar por meio da busca de alguém que a compartilhe e compreenda.

Na busca on-line, fruem o prazer da deriva, de serem levados pelo desejo interdito no cotidiano, mas dentro de uma economia subjetiva que almeja a segurança, por isso se inserem em redes desejantes em segredo e buscando um outro discreto – redes constituídas a partir de uma gramática moral hegemônica já que, como afirma Simmel, o segredo e a mentira são o outro lado da vergonha. Expondo-se de forma calculada e parcial, criam relações fundadas no princípio da auto-preservação que impede, ou ao menos atrapalha, vínculos mais estreitos ou duradouros.

Curiosamente, nos relatos sobre casos que se estendem, é comum afirmarem que quanto mais conhecem o parceiro mais razões adquirem para desconfiar dele. Afinal, descobrem que seu nome nos primeiros encontros era falso, o número de telefone o de um celular paralelo, a profissão distinta ou o bairro em que vive diferente do que tinha dito inicialmente. Recentemente, um de meus colaboradores, em meio à descoberta de mentiras de um amante, usava a seguinte frase em seu Messenger: “As pessoas não mudam, apenas encontram novas maneiras de mentir.”⁶

Referências

BAYM, N. K. *Personal connections in the digital age*. Cambridge: Polity Press, 2010.

ELLISON, N.; HEINO, R.; GIBBS, J. Managing emotions online: self-presentation processes in the online date environment. *Journal of Computer Mediated Communication*, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol11/issue2/ellison.html>>. Acesso em: ago. 2012.

GIBSON, W. *Neuromancer*. São Paulo, Aleph, 1991.

HINE, C. How can qualitative internet researchers define the boundaries of their projects? In: MARKHAM, A. N.; BAYM, N. K. *Internet inquire: conversations about method*. Los Angeles: Sage, 2009. p. 1-20.

⁶ Segundo Baym, as pessoas mentem mais por meios que não podem ser estocados ou reproduzidos, portanto, mais por telefone do que por SMS ou Messenger e, menos ainda, por e-mail. Constatação corroborada por inúmeros relatos de meus colaboradores sobre relações que começam pelos chats, passam pelos Messengers, depois pelos celulares e terminam em “esclarecimentos” por e-mail.

- ILLOUZ, E. *Romance and rationality on the Internet*. Washington: American Sociological Association, 2006.
- MCKENNA, K. Y. A. et al. Relationship formation on the internet: what's the big attraction? *Journal of Social Issues*, Malden, v. 58, n. 1, p. 9-31, 2002.
- MISHEVA, V. A symbolic interactionist perspective on the building of selves online. In: REUNIÃO BIANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, jul. 2011, Curitiba. Curitiba: UFPR, 2011.
- MISKOLCI, R. Machos e brothers: um estudo sobre o armário a partir de relações homoeróticas masculinas criadas online. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2012. No prelo.
- MOWLABOCUS, S. *Gaydar culture: gay men, technology and embodiment in the digital age*. Farnham: Ashgate, 2010.
- PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 125-157, 2009.
- SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SIMMEL, G. *El secreto y las sociedades secretas*. Madrid: Sequitur, 2010.
- TURKLE, S. *Alone together: why we expect more from technology and less from a choother*. New York: Basic Books, 2011.
- VILLELA, W. Homem que é homem também pega aids? In: ARILHA, Margareth; UNBERHAUM, S.; MEDRADO, B. *Homens e masculinidades: outras palavras*. Rio de Janeiro: Editora 34: ECOS, 1998. p. 129-134.
- WALTHER, J. B. Computer mediated communication: impersonal, interpersonal and hyperpersonal interaction: *Human Communication Research*, Austin, v. 20, n. 4, p. 473-501, 1994.
- WELLMAN, B. Networks as personal communities In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. *Social structures: a network analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 130-184.
- WHITTY, M.; GAVIN, J. Age/sex/location: uncovering the social cues in the development of online relationships. *Cyberpsychology and Behavior*, v. 4, n. 5, p. 623-630, 2001.

Amores on line⁷

lara Beleli

Introdução

A ilusão da perda da centralidade do mediador nos sites de relacionamento da internet reforçam a ideia da inquestionabilidade dos sentimentos que sustenta a escolha individual. Neste *paper* analiso a busca de parcerias afetivas/amorosas/sexuais na Internet, perguntando se esse “lugar”, pensado como um novo espaço de sociabilidade, propicia a redefinição das relações entre as pessoas. Inspirada em Illouz (2007), proponho uma reflexão sobre as articulações entre amor e mercado, buscando perceber se, e como, os repertórios culturais baseados no mercado informam e/ou configuram relações emocionais, da mesma forma que relações emocionais são parte intrínseca do mercado.⁸ Assim, inicio uma reflexão sobre noções de afeto/amor, sexo e amizade na busca pelo “par perfeito”, percebendo como a “articulação das diferenças” (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008)⁹ opera na (des)valorização dos sujeitos no “mercado amoroso”.

Em um grande leque de possibilidades, esta pesquisa privilegiou o *Par Perfeito*¹⁰, apresentado em variadas mídias como o maior *site* de relacionamento do Brasil. Segundo Cláudio Gandelman, *manager* do grupo para a América Latina, são “5 milhões de usuários ativos no Brasil”.¹¹ A utilização da mídia para encontrar parceiros/as não é novidade. Anúncios publicados em jornais há pelo menos 30 anos evidenciam que a busca de parceiros/as não se dá somente nas interações face a face. No caso do jornal, o/a interessado/a escolhe, a partir de informações míni-

7 Este artigo apresenta as primeiras reflexões de uma pesquisa em andamento – Amores on line: em busca do par perfeito – financiada pelo CNPq/SEPM. A construção do texto se beneficiou das discussões empreendidas no Seminário *Gênero e Mídia* (6-7 outubro de 2011, Unesp/Bauru) e do debate ocorrido no Congresso da IACSS (6-10 julho de 2011, Madri, Espanha), participação apoiada pela da FAPESP. Agradeço os generosos comentários de Richard Miskolci e Larissa Pelúcio.

8 Sobre como as emoções alavancam o mercado ver Almeida (2003), Beleli (2005).

9 Sobre “interseccionalidade”, o excelente trabalho de Piscitelli (2008), mostra não só o percurso da constituição do termo, mas sua aplicabilidade empírica.

10 Criado em 2000 e destinado a “namoro e encontros”, o *Par Perfeito* é uma empresa multinacional, parte da *holding* match, e está listado na bolsa de valores (www.parperfeito.com.br).

11 Entrevista à *Veja São Paulo* (15/06/2011) [Internet na mídia \Sites de namoro paquera com endereço certo - VEJA SP.mht]. Gandelman afirma que o site possui 30 milhões de cadastros em 40 países, com crescimento de 20% entre 2008 e 2009, 26% entre 2009 e 2010, e um prognóstico de 35% para 2011 (Programa “Fala Sério”, CNT, 22/08/2011) - <http://videos.redecent.com.br/index.php?id=155>).

mas com quem estabelecerá contato a partir de um pequeno perfil com telefone e, mais recorrente, caixa postal. O rádio também teve lugar entre as classes populares nos anos 1990 no processo de sedução amorosa, como aponta Boff (1994) em sua análise do programa “Namoro no Rádio”. Na reatualização dos “namoros no rádio” na TV, atualmente recorrente, a mediação ganha centralidade, na medida em que o próprio apresentador do programa sugere as “compatibilidades” entre os candidatos a partir de características sociais, econômicas, raciais.¹²

Com a popularização da Internet¹³, proliferam sites específicos para “namoro”, enfatizando desde a procura por amizade até encontros sexuais. No entanto, a caracterização de um site não significa que as buscas nele impetradas se limitem a um ou outro tipo de relação. Boa parte dos sites de relacionamento alude, na sua própria nomeação, à busca “do complemento”, da “alma gêmea”, aparentemente livre de motivos interesseiros, como apontam muitos usuários/as em busca do “amor verdadeiro”, ou seja, o “amor de verdade” não poderia se valer das estratégias de mercado.

Um comentário teórico-metodológico

Alguns autores defendem ideias que tomam a “cibercultura” como manifestações próprias do virtual, composta por um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, valores e pensamentos que, unidos, criam um “universal não totalizável”, denominado por Lévy de ciberespaço. Segundo o autor, “Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica [...] constitui a essência paradoxal da cibercultura.” (LÉVY, 1999, p. 111). Apesar de concordar com algumas ideias do autor, pensar o ciberespaço como um “caos” aponta para um campo de possibilidades, aparentemente, não mediado e não

12 Ver a análise de Soares (2007) do programa “FicaComigo”, veiculado pela MTV.

13 Segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, “entre 2008 e 2009, o uso do computador e da Internet manteve a tendência de crescimento verificada nos anos anteriores. [...] com relação à Internet, o número chega praticamente à metade da população, 49%. No total do país, resultado que considera também a área rural do Brasil, a proporção de usuários de computador é pouco superior à metade da população, 53%, e a de pessoas que já utilizaram a Internet alguma vez na vida é de 45%... 47% na área urbana e 43% no consolidado urbano e rural. Este ano [referindo-se a 2009, ano de realização da pesquisa] no Total Brasil, as regiões Sudeste e Centro-Oeste registraram os maiores índices de uso do computador, ambos com 49%; seguidos pelo Sul, com 47%; e pelo Norte, com 36%”. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil TIC Domicílios e TIC Empresas 2009 (www.cgi.br), publicada em 2010 (acesso em setembro de 2010).

intersectado com valores e ideias difundidas por outros meios. No entanto, esse campo é marcado pela intertextualidade, onde convivem conteúdos veiculados pelas variadas mídias que se retroalimentam. Essa convivência é fundamental para pensar o contexto da pesquisa, de modo que as propriedades “da internet”, como apontam Miller e Slater (2004), não lhes são inerentes.

Uma das questões que tem sido discutida no campo da comunicação remete à “nomeação topográfica” da Internet. É um lugar? É um espaço? Neste artigo, sigo a nomeação que os próprios usuários utilizam, para eles/elas, é um lugar, muitas vezes comparado a outros espaços que frequentam. Se esse “lugar” permite que as pessoas *performem* distintas identidades, essas identidades estão informadas, e muitas vezes se conformam, pela intertextualidade dos meios de comunicação - o cinema pode conter o teatro, que pode conter a literatura, a televisão pode conter o cinema (McLUHAN, 1995) - e a Internet também se faz por meio desses conteúdos e, cada vez mais, da publicidade.

Nessa intertextualidade, os comportamentos imputados ao “feminino” – recorrentemente tratado no singular – estão perpassados por modelos de beleza, de sensualidade e de formas corporais. Turkle, em parte de seu trabalho, analisa como as pessoas nos ambientes virtuais podem experimentar “papéis de gênero”. Para a autora, a internet é um “laboratório de experimentação e reconstrução do self” (TURKLE, 1996, p. 180), que possibilita construções e reconstruções de identidades, o que ela denomina de um processo de auto-modelagem e auto-criação. Ao argumento de Turkle é interessante, no entanto, a convivência dos *fakes* [falsos] nas interações *on-line* não necessariamente são harmoniosas. Em pesquisa realizada em comunidades do Orkut, Silva (2008, p. 130) aponta que “Essas invenções [...] não estão livres de polêmicas e crises [...] ao contrário [...] parece ser moralmente condenável o fato de alguém construir uma pessoa e se passar por ela.”

Nesse sentido, para os efeitos desta pesquisa, tomo o ciberespaço, na definição de Gibson (2003), como uma rede de informações em que os dados são configurados de maneira a criar no usuário uma ilusão de controle, movimento, acesso à informação e conexão com outros usuários. Reitero que o ciberespaço não deve ser entendido como uma unidade, na medida em que ele está imerso em, e em comunicação com, outros contextos. Nessa perspectiva, não faz sentido marcar a separação entre *on-line* e *off-line*, mas refletir sobre essa interação.

Este texto foi construído a partir de perfis de usuários/as das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, consideradas as de maior concentração de cadastrados, analisando 400 perfis (200 homens e 200 mulheres, entre 41 e 60 ou mais), particu-

larmente as respostas às perguntas abertas¹⁴, cujos conteúdos, implícita ou explicitamente, expõem preferências sexuais, raciais, religiosas, entre outras. Alguns dados quantitativos são importantes para visualizar o público desse recorte: 64% tem nível superior (em curso, completo, incompleto, pós-graduação, pós-doutorado) e 29% até o segundo grau; cerca de 70% se diz “branco/caucasiano” (6% latino/hispânico), 13% “pardo/mulato (2% negro/afrodescendente).¹⁵

“Tom de pele”, como aparece no cabeçalho da pergunta sobre pertencimento racial, oferece aos/às usuários/as várias opções de escolha. Essa formulação se afasta das noções de bipolaridade (branco/negro) e se aproxima daquilo que Fry (1995/1996, p. 132) chamou de “modos de classificação social múltiplo”. Além disso, a multiplicidade racial em várias opções de resposta é confundida com nacionalidade (asiático coreano, asiático chinês, asiático japonês), o que certamente agrega dados nas imaginações sobre os sujeitos.

O site *Par Perfeito* não se define como heterossexual, mas nas “Histórias de Sucesso” - *link* destacado na página principal -, 90% se referem à formação de casais heterossexuais¹⁶, ainda que no recorte aqui analisado os dados se apresentam de forma equilibrada - 54,5% dos homens buscam mulheres, 42% buscam homens e 3,5% buscam ambos; 45,5% das mulheres buscam homens, 36% buscam mulheres e 18,5% buscam ambos. O alto percentual de mulheres (18,5%), contrastado com o de homens (3,5%) que buscam ambos, poderia sugerir uma maior abertura das mulheres à bissexualidade. No entanto, os perfis apontam que as mulheres também estão em busca de amizades, enquanto os perfis masculinos, invariavelmente, mostram certa intencionalidade sexual: elas devem “gostar de sexo”.

Nesse contexto, a maioria se apresenta como “branca”, busca pessoas do sexo oposto e cerca de 50% possui curso superior¹⁷, mas análise dos perfis selecionados pautou-se pelas minúcias da exposição dos desejos dos/as usuários/as e do que imaginam ser o “par perfeito”.

Mesmo que a análise dos dados, até o momento, não tenha contemplado a relação dialógica entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, a própria cons-

14 Agradeço imensamente a fundamental colaboração de Jonathan Jackson (bolsita de iniciação científica junto ao Pagu), que me auxiliou no levantamento e organização dos perfis.

15 As demais categorias aparecem neste recorte com menos de 1%: Negro/Mulato, Asiático Coreano, Asiático Chinês, Asiático Japonês, Asiático outros, Oriente Médio, Indiano, Outros.

16 Dados do relatório parcial da pesquisa de Bruna Kocsis (PIBIC/CNPq), em andamento no Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, sob minha orientação.

17 Neste recorte, uma porcentagem significativa dos sujeitos tem formação de nível superior (63% mulheres; 70,5% homens).

trução dos perfis afasta noções de ciberespaço que “[...] envolvem uma pressuposição metodológica em que o cenário poderia ser tratado como *sui generis*, auto-contido e autônomo.” (MILLER; SLATER, 2004, p. 39). Similar a outras mídias, nesse campo, os atributos morais são justapostos aos desígnios morfológicos do corpo, levando ao (re)exame da tensão entre mulher e homem como projetos e/ou uma descrição da “realidade”. Michel Foucault (1979) – em estudo pioneiro sobre as transformações da sexualidade na modernidade – enfatiza a intervenção institucional e política no controle social do corpo e da sexualidade, afirmando o julgamento social sobre a própria subjetividade.

A internet tem sido apontada como um lugar de produção de subjetividades e, embora vários autores apontem para a “descorporificação do virtual”, vale reatualizar as ideias de Fausto-Sterling (2001/2002) sobre a natureza física do corpo, de forma a entender “como o social se torna corporificado”. No *continuum on/off-line*, o “social corporificado” mostra como as mulheres experienciam seus corpos através da mobilização da sensualidade, da beleza. Como aponta Bordo (2003), o incentivo à construção dos corpos, que implica sacrifícios, remete à necessidade de ser bela, e a beleza é apresentada como inerente ao “feminino”. Se diferença sexual também pauta as distintas imaginações sobre as relações amorosas/afetivas sexuais, características percebidas como “próprias” do feminino e do masculino são desorganizadas na intersecção dos marcadores de diferença.

Perfis (auto)imaginados

Antes do primeiro acesso, o cadastramento no site *Par Perfeito* requer o preenchimento de um questionário bastante completo. A maioria das questões está na forma de múltipla escolha – sexo, raça/etnia, idade, profissão, renda, religião, altura, peso, se quer “amizade, relacionamento sério, ou somente sexo”, etc. Algumas questões são abertas: características pessoais e corporais, “o que você gosta de fazer”, “como você é” e “o que espera do seu par perfeito”.

Os dados levantados por Ramalho (2005) junto à equipe do *Par Perfeito* apontam que os/as usuários/as estão concentrados/as em São Paulo e Rio de Janeiro, com idades variadas, mas o maior percentual está entre 25 e 45 anos, a maioria

com alto nível de instrução.¹⁸ Apesar dos dados serem de 2004, o levantamento preliminar realizado em 2011 mantém os percentuais para cada categoria, mesmo levando em conta o crescimento do uso da Internet nos últimos anos, apontados pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil (<http://www.cgi.br/>).

Após o cadastramento no site, através de um *nickname* (apelido escolhido pelo/a usuário/a), seguido de uma frase de chamada, a busca pelo par perfeito pode ser realizada imediatamente sem quaisquer custos. Mas o envio de e-mails para o/a escolhido/a, assim como o “bate-papo *online*” (realizando em tempo real), requer o pagamento de assinatura. E aqui se evidencia a relação com o mercado, na medida em que variação de preços define o tipo de acesso aos/às usuários/as.¹⁹

A essa “mediação” indireta - aparentemente feita através de um programa de computador que cruza respostas das questões de múltipla escolha - soma-se a promoção anual da “viagem dos solteiros” (no geral, para cidades do nordeste brasileiro), tanto para os assinantes, quanto para os/as usuários/as *free*. “Promoção de encontros” e mercado se juntam também na parceria do site com a TAM Linhas Aéreas, que oferece descontos e facilidades no pagamento. Da mesma forma, a escolha de uma casa noturna paulistana, em outubro de 2011, para realizar uma festa que promovia o encontro dos/as usuários/as certamente não se deu ao acaso.

Apesar de não obrigatório, o preenchimento completo do perfil é estimulado por e-mails periódicos da equipe do *Par Perfeito*, advertindo que fichas incompletas e ausência de foto prejudicam a maior visibilidade do perfil recém-cadastrado, ao mesmo tempo, o conteúdo do e-mail apresenta novos/as usuários/as, cujas características – criadas a partir de percentuais de compatibilidade gerados pelo próprio site – “conferem” com os “desejos” de quem está à procura de parceiros/as. Turkle (1996) e Illouz (2007) mostram que esses formulários que geram perfis, inclusive de sites de redes sociais como facebook, foram criados por psicólogos e sociólogos para se “cruzarem” de modo a criar “redes de afinidades”, o que torna a mediação ainda mais evidente.

Nos sites de relacionamento é comum a troca de e-mails e/ou bate-papos *online* com mais de um interlocutor, o que é muito diferente de ir à uma festa, um

18 Outras localidades aparecem com percentuais menores – Minas Gerais (6%), Região Sul (15%), outros estados (16%).

19 O mais barato permite apenas ver os perfis cadastrados, restringindo os contatos via e-mail e bate-papo *on line* aos assinantes “ouro” e vídeo conferência aos assinantes “platinum” (em 2011, as assinaturas variaram entre 100 e 250 reais por semestre). Em dezembro de 2011 o *Par Perfeito* se uniu ao ClickOn (<http://www.clickon.com.br/>) para oferecer um plano de 24 horas por R\$ 0,01, uma ação de *marketing* claramente voltada ao aumento de usuários/as.

bar, eleger a pessoa com quem se quer relacionar, e iniciar o jogo de sedução – que pode ou não ser correspondido – sob os olhares de amigos, parentes, conhecidos. Para Segato (1995, p. 11), “[...] nos diálogos estabelecidos na Internet, a ausência da figura do `outro`, em casos de competição, sempre se é vencedor.” Nesse sentido, a exposição imediata de possíveis fracassos e novas investidas em uma mesma noite, que podem levar a julgamentos morais, seria obnubilada nas relações *on line*, cujas interlocuções podem ser feitas com várias pessoas ao mesmo tempo. No entanto, isso não significa a inexistência de códigos, tampouco que esses códigos estão distanciados das vivências *off-line*.

Se o anonimato é uma forma de auto-preservação, a ilusão de que não podemos ser facilmente descobertos também pode facilitar a auto-revelação. Segundo Ben-Ze’ev (2004), é mais fácil relevar a intimidade quando sabemos que nossas identidades estão supostamente protegidas de pessoas que circulam em nosso cotidiano. Isso não significa uma separação radical entre *on-line* e *off-line*, antes, subverte as limitações espaço-temporais (LEVY, 1999) Essa subversão permite revelações de desejos que dificilmente seriam expostos de maneira direta em um primeiro encontro face a face. Um usuário (56 anos, São Paulo) busca uma mulher

Sincera, verdadeira, amiga, companheira, cúmplice, divertida, carinhosa, fiel, que adore sexo e que viva a vida como ela é, sem ilusão ou sonhos impossíveis de se realizar. ou seja: pé no chão. não seja mesquinha, egoísta e interesseira, que deseje realmente encontrar um companheiro definitivo para a vida toda.²⁰

O que é desprezado revela muito de sua imaginação sobre as mulheres. A mulher ideal é a capaz de reverter suas experiências-expectativas negativas ou de possível frustração. No recorte aqui analisado, mais do que adjetivos, esses traços de personalidade se repetem na busca por parceiros/as, independentemente de sexo, religião, idade, raça/cor e localização. As marcas corporais são precedidas por modos de ser das mulheres – simpatia, meiguice, independência, sinceridade, honestidade – e dos homens – companheirismo, sensibilidade e sinceridade –, atribuindo mais ou menos valor a uns e outros.

Se essas noções parecem mais fluidas do que no “namoro à antiga” – pautado por uma espécie de manual que informava os códigos de aproximação e comunicação

20 As citações retiradas dos perfis de usuários/as mantêm a grafia original.

(AZEVEDO, 1986), cujas escolhas também eram pautadas pela homogamia de classe, raça – outros modelos e códigos são (re)criados. Os atributos positivados, particularmente cumplicidade e companheirismo, sugerem que a escolha “[d]o companheiro definitivo para a vida toda” está livre das marcas que distinguem os sujeitos na sociedade. No entanto, algumas diferenças marcam a eleição das parcerias amorosas.

Nos perfis analisados, as mulheres continuam buscando parceiros da mesma faixa etária ou mais velhos e os homens preferem as mais jovens, reatualizando as formulações de Berquó (1986) já em meados da década de 1980, ou seja, os homens tem maiores possibilidades na eleição de suas parceiras - apenas 15% dos perfis masculinos neste recorte colocam a possibilidade de se relacionar com mulheres acima de 50 anos. No entanto, a idade pode ser negociada. Um usuário de 57 anos (Rio de Janeiro), que busca mulheres entre 40 e 60 anos, escreve: “Por favor, perfil sem foto e com baixa afinidade devem ser evitados. Busco mulheres com aparência mais jovem, e menos senhoras.”²¹

Outra questão que diferencia a busca de parceiros/as remete à “formação acadêmica”. A maioria dos perfis de mulheres, independente da idade, marca a preferência por homens que tenham nível de instrução similar ao seu. Nos perfis masculinos, a instrução das parceiras aparece recorrentemente como “tanto faz”, o que ampliaria, ainda mais, seu espectro de escolha, se associado à questão da faixa etária. No entanto, nas respostas abertas, os perfis dos homens que buscam mulheres demandam uma candidata com “certo capital cultural”.

Se os sujeitos se deixam “ver” através de um imaginário corporal (altura, peso, tom de pele, etc.), a ênfase nos atributos de personalidade funciona como um espelho que reflete o que acreditam ser seus próprios traços de personalidade, como aponta um usuário (48 anos, Rio de Janeiro) que busca uma mulher: “Quero alguém como eu, simples, sincera, honesta, trabalhadora e que goste da natureza, seja romântica e aposte que o encontro entre duas pessoas é possível, apesar daquelas que só querem aventuras.”

Assim, a escolha é feita mediante um conteúdo de informações nada desprezíveis e o próprio executivo do site orienta os/as usuários/as a aprimorar a busca na web para prevenir situações de constrangimento físico (violência, roubo), ou para certificar-se de que o/a escolhido/a, antes da interação face-a-face, corresponde minimamente à imagem que se fez dele ou dela.

21 Chama a atenção que a maioria dos homens, além da idade, evidenciem a busca por mulheres não-fumantes, enquanto para as mulheres, no geral, essa questão aparece como “tanto faz”.

Essa imagem também está perpassada pela sexualidade. Uma mulher paulistana de 45 anos escreve:

Busco um homem inteligente, sagaz, probo, cheiroso, alinhado, sensível, metrosexual e não homo, enfim... um cara normal, mas que seja - pelo menos - esperto, para bater um bom papo comigo em meu cantinho virtual e, quem sabe, pessoal... se fizer por merecer, repito, quem sabe... (45 anos, São Paulo).

O “cantinho virtual” se apresenta como um espaço que faz parte das estratégias de seleção da usuária, um espaço de triagem, uma necessária porta de entrada, onde os candidatos não só são avaliados, mas têm que “merecer” um encontro face-a-face. Na formulação de seu desejo, a usuária sugere que alguns atributos seriam “próprios” dos homossexuais, mas poderiam ser incorporados pelos metrossexuais, estabelecendo a diferença. Ao abrir brechas para outros tipos de masculinidade, que incorporam sensibilidade e cuidados com a aparência, no revés de propor confluência de identidades, a narrativa não marca tipos de feminilidade, como se os atributos cobrados fossem “naturalmente” femininos. Não são raros perfis de mulheres que buscam homens apartados de masculinidades brutas e mal ajambradas.

Independente do que buscam, em vários perfis a “sensibilidade”, que aparece como inerente ao “feminino”, é vinculada à noções de “amor romântico”. Uma usuária (professora de inglês, 47 anos, São Paulo), que busca um namorado com inserção social e gostos similares, afirma que os homens deveriam se “aproximar do feminino... aprender com as mulheres a serem mais sensíveis”, sugerindo que o ideal do amor a ser conquistado demandaria certa “androgenia” (CANCIAN, 1986). Paradoxalmente, essa mesma usuária, ao final, deixa seu recado: “Se você gostou do meu perfil... mande um e-mail..., espero que você dê o primeiro passo [...]”.

O “capital social” auto-atribuído para chamar a atenção nesse mundo do *Par Perfeito* conforma parte de sua identidade e as compatibilidades são estabelecidas através de uma “[...] *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...] vinculada também a condições *sociais* e *materiais*.” (WOODWARD, 2000, p. 14, grifo do autor). A contínua construção desse processo social e simbólico é estabelecida no *continuum on/off-line*, e ainda que possam parecer mais acentuados nas interações *on-line*, onde o/a usuário aparentemente se desnuda com menos pudor, as diferenças de gênero, no que toca aos comportamentos pensados como próprios do “masculino” e do “feminino”, são paradoxalmente reiteradas e reinventadas:

muitos perfis de mulheres evidenciam que a iniciativa da interlocução deve ser do homem, assim como os perfis masculinos marcam sua busca por mulheres que “gostem de sexo” – para eles algo inerente, para elas um atributo.

Pequenas e grandes mentiras

Um dado extremamente importante nesse campo de investigação é a possibilidade dos sujeitos “escolherem” seus interlocutores a partir de características por eles/elas positivadas. Nos perfis analisados, essa escolha – particularmente na pergunta aberta “o que você espera do seu parceiro” – alude a uma idealização romântica, mas que combina com certo pragmatismo, onde a profissão, o “capital cultural” e a renda aparecem como fatores de compatibilidade.

As desconfiças dos sites de relacionamento remetem à produção de glamourosos perfis, fotos “maquiadas”²², ou mesmo certa intencionalidade no engodo, que propiciaria o aumento da violência, particularmente dos homens em relação às mulheres. Um dos casos recentemente veiculado pela mídia detalhava a história de uma mulher que emprestou seu cartão de crédito a um rapaz que conheceu pela internet e foi roubada. Menos do que aumentar a desconfiça sobre os encontros que começam *on line*, a polêmica gerada pelo caso atribuiu as consequências à “inocência da mulher”, à “cegueira das mulheres quando amam”, entre outras interpretações, baseadas apenas no estardalhaço midiático, que reificam as distintas posições de sujeito na sociedade a partir das diferenças de gênero.

Pequenas e grandes mentiras certamente existem no *continuum on/off-line*, mas essas construções de identidade não necessariamente remetem à falsidade. Segundo Cláudio Gandelman, no geral, os homens se apresentam mais altos e as mulheres mais magras, mas nada que altere significativamente suas aparências. Nesta pesquisa, o fato dos participantes do site terem como objetivo final o encontro face-a-face diminui, ou elimina mesmo, a possibilidade de montar um perfil que não coadune, minimamente, com sua aparência, gostos, etc.

No entanto, dois pontos chamam a atenção. O primeiro remete à repetição de características socialmente aceitas. No geral os corpos são apresentados como

22 “Maquiar” uma foto não necessariamente remete à utilização de programas de computador, atualmente bastante comuns. De fato, as imagens postadas nos perfis – escolha de ângulos e cenários – parecem mais uma tentativa de mostrar em imagem suas auto-descrições.

“normais”, “em forma” – uma clara referência aos cuidados com a saúde -, apenas um usuário (56 anos) do Rio de Janeiro que busca mulheres entre 35 e 50 anos, se apresenta como “gordo, feio, mas uma pessoa legal”. O segundo ponto aponta para a reiteração da negritude, já assinalada na questão sobre o “tom de pele”:

Sou negro, 1,77 kg, corpo em forma, tenho 40 anos vividos, adoro a natureza, gosto de fazer amizades e quem sabe algo mais (homem busca mulher, 40 anos, São Paulo)

Homem branco procura negros para amar (48 anos, São Paulo)

Pra vcs negros e mulatos de 30 a 45 anos. SOMENTE COM FOTOS. simples, sincero, fiel, amigo, um pouco teimoso, romantico, sonhador e um pouco ciumento(normal) (homem, 45 anos, Rio de Janeiro)

[...] sou um cara leal, amigo e trabalhador e que gosta de curtir o que a vida tem de melhor e de preferência a dois com muito amor e carinho [...] ps: dou preferência a pessoas morenas e negras que seja somente ativa... (homem busca homem, 43 anos, Rio de Janeiro).

Neste recorte, as preferências raciais não são marcadas nos perfis femininos, tampouco a negritude é reiterada nas auto-apresentações. Dois perfis de homens que buscam mulheres assinalam que não querem negras, um deles agrega “no máximo, mulatas”, reificando ideias de que as “negras, pretas” são menos demandadas no “mercado amoroso”.²³ Interessante notar que a única explicitação do tipo de prática sexual (“somente ativa”), nos 400 perfis analisados, apareça associada à pessoas “negras e morenas”, reiterando associações entre hiper sexualidade e negritude, recorrentes em outros cenários.

Mas como a internet reifica ou permite burlar “aparências” mais ou menos valorizadas? Se nos encontros face-a-face a aparência ganha centralidade – e a valorização está informada por padrões de beleza incessantemente divulgados nas mídias –, nos encontros *on-line*, como sugere Nicolaci-da-Costa (1998), parece haver uma inversão no ato aproximação, pautado por longas conversas e trocas de informações

23 Sobre a raça/cor aparece como um item na escolha de parcerias amorosas no contexto baiano, ver Pacheco, 2008.

sobre suas vidas, que podem facilitar a criação de laços antes mesmo do encontro face-a-face. O primeiro encontro “real” não pode ser considerado propriamente um “encontro às escuras”, na medida em que, de certa forma, as pessoas já se “conhecem”. A aparência, mesmo antecipada pela troca de fotos, pode não corresponder ao imaginário criado a partir de peso, idade, altura, cor e tipo do cabelo, porque outras características estão em jogo – modos de andar, falar, gesticular, estilo de vestimenta, charme, simpatia... Ou seja, características que não despertariam atenção, ou poderiam ser percebidas como negativas nos encontros face-a-face, podem ser negociadas quando esses mesmos sujeitos já construíram certa “intimidade”.

Alguns elementos que aparecem no recorte aqui analisado apontam para mudanças dos “significados compartilhados” (WAGNER, 2010) sobre os lugares dos sujeitos marcados pela diferença na sociedade. Se a características apontadas pelos homens como positadoras de seu “par perfeito” ainda se centra em atributos como “beleza”, “meiguice”, “simpatia”, a “independência” ganha um lugar de destaque, o que pode significar um afastamento do “tradicional” lugar de provedor. De outro lado, as mulheres, independente se buscam homens ou mulheres, demandam “sensibilidade” como algo importante para consolidar relacionamentos, de certa forma, negando a diferença.²⁴

A “sensibilidade” também é associada a cenários românticos, recorrentemente explicitados em diferentes âmbitos culturais, funcionando como um chamado. Similar aos consagrados bordões que aparecem nas novelas e na publicidade, frases como “é impossível ser feliz sozinho” – refrão da música de Tom Jobim, sucesso no Brasil desde os anos 80 – são recorrentes, de modo que os sujeitos parecem assimilar a pressão para encontrar um par, mais acentuado no caso das mulheres (GONÇALVES, 2008). Nos últimos anos, essa pressão tem modificado os conteúdos, particularmente das novelas, possibilitando um olhar menos acusatório para as pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo.

Se ainda não é desejável, como ideal amoroso, a constituição de pares homossexuais, essa representação parece ser mais inteligível do que estar “só”. Nesses roteiros, é comum que pessoas do mesmo sexo sejam encapsuladas em um modelo de família que, supostamente, permitiria maior regulação (BELELI, 2009), mas, ao mesmo tempo, traz à cena imaginários distintos, ou coloca em dúvida imaginações que apontam para relações entre pessoas do mesmo sexo necessariamente fu-

24 Os significados dos termos entre aspas (ênicos) somente serão apreendidos na segunda etapa da pesquisa, na interação face-a-face entre pesquisadora e usuários/as do site.

gazes e pautadas pelo sexo rápido e sem amor, como aponta um usuário (42 anos) de São Paulo em busca de um parceiro: “gosto de sair, mas prefiro tomar um bom vinho, ver um DVD em casa e depois dormir abraçadinho”.

A ideia de um cenário romântico é corroborada pela estética das fotografias postadas por aqueles/as que buscam pessoas do mesmo sexo, muito distintas daquelas que aparecem em sites dirigidos a homossexuais (MISKOLCI, neste livro). Neste recorte, a maioria das fotos dos perfis focam o rosto e as que exibem corpos desnudos, de sunga ou biquíni, são tiradas de longe e geralmente em contextos de praia. As referências às práticas sexuais aparecem em meio a outras demandas: “CHEIO DE TESÃO!!!!QUERO SEXO!! MAS TAMBÉM UM AMIGO!!... busco um namorado... sou tranquilo, gosto de praticar esportes, praia, cinema e sexo” (Homem, 46 anos, Rio de Janeiro).

Os corpos e a sexualidade aparecem subsumidos nos traços de personalidade com ênfase na sensibilidade. E aqui temos algo que me parece inovador. A demanda da sensibilidade como característica central do par perfeito imaginado, independente de quem busca quem, desconstrói a ideia de que esse traço de personalidade é uma característica “naturalmente” feminina. Mulheres e homens sensíveis são demandados por todos e todas. Um usuário de São Paulo (48 anos) evidencia a separação das esferas: “procuro um homem para um relacionamento sério, de preferência duradouro, que seja sensível, que goste de caminhar, de nadar [...] nada de esportes radicais. Não tenho nada contra, mas não gosto de efeminados”. Vários perfis de homens que buscam homens marcam a distinção entre “ser gay” e o “desejo inconfundível de ser mulher”, atribuindo essa confusão a um estereótipo do qual pretendem fugir.

Se os “efeminados” são desvalorizados em vários perfis de homens que buscam homens, “ser feminina” é um atributo central para as mulheres que buscam mulheres, desorganizando outro imaginário, também recorrentemente veiculado pelas mídias, de que as parcerias lésbicas são necessariamente masculinizadas:

Sou uma pessoa sensível, delicada, feminina, compreensiva e companheira para qualquer momento, tendo como princípio a compreensão, amor, paixão entre outros adjetivos. Se vc é feminina e procura alguém moderna mais a moda antiga, estou aqui (Mulher, São Paulo, 40 anos).

A busca da sensibilidade, que aparece como característica central do “feminino”, é recorrente em perfis variados, mas a feminilidade também aponta para características corporais. Uma usuária (45 anos) do Rio de Janeiro se apresenta:

[...] em busca de companheirismo, cumplicidade e romance [...] Me considero uma mulher baixinha, sou magra e disso tenho certeza. Corpo bonito para a minha idade, pernas bem torneadas, não sou barriguda, **bumbum do jeito que os homens gostam**, empinadinho e bem redondinho. Cabelos cacheados na altura dos ombros. Gosto de andar bem vestida e perfumada. Já fui para a Europa, Itália e Portugal a passeio, adorei!! Sou viciada em ler, sou cinéfila e curiosa (grifo nosso).

Ao contrário do que poderíamos imaginar, essa usuária busca mulheres que, como ela, gostem de viajar, de cinema, de ler. Para além das marcações de formas corporais socialmente valorizadas (pernas torneadas, sem barriga e magra), a detida descrição do “bumbum... empinadinho e bem redondinho” incorpora – “do jeito que os homens gostam” - a bunda no imaginário do desejo das mulheres que buscam mulheres, recorrentemente atribuída aos olhares masculinos, tanto em relações entre homens, quanto entre homens e mulheres.

Considerações finais

Nesta primeira aproximação do campo, as buscas amorosas, assim como os interesses que as permeiam complexificam ideias que atribuem determinadas características a mulheres e homens como se lhes fosse inerentes. Diferente dos imaginários de que os homens não querem compromissos e as mulheres têm como meta o casamento, é recorrente a demanda de homens por “uma companheira para a vida toda”, da mesma forma que mulheres não se dispõem a aceitar qualquer coisa – “depende se ele faz por merecer” –, resistindo à pressão social do casamento a qualquer preço, vide as preferências por homens cuja formação acadêmica seja similar ou superior.

As recorrências nos perfis masculinos remetem à demanda por mulheres “independentes”, o que pode significar um afastamento de seu lugar de provedor, mas também a evocação do “amor desinteressado” – um temor que, desvelado, aponta para as imaginações sobre as mulheres. Da mesma forma, o demanda por fidelidade nos perfis femininos situa a ação como algo perpassa distintas masculinidades.

Essas questões, incluindo as diferenças nas buscas por faixa etária, não são marcadas nos perfis que buscam relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, antes, demandam “amor, companheirismo, cumplicidade”. Imenso, intenso, entre

outras tantas adjetivações, o amor é demandado em todos os perfis deste recorte. Independente do que buscam, na maioria dos perfis, o amor aparece associado à ideia de autenticidade. Olhar no olho, passear de mãos dadas, dormir abraçado, planejar viagens, jantar à luz de velas, são cenas que os/as usuários/as não só definem como românticas, mas implicam na “construção da relação amorosa”.

Em vários desses rituais mencionados pelos/as usuários/as, o mercado ganha centralidade, na medida em que facilita a criação de cenários românticos. Costa (2005) adverte que o mercado não “gera sentimento”, a “Energia amorosa [...] é vivida através do sentido singular que os amantes conferem à sua relação e às atividades conjuntas.” De fato, o mercado não “gera” sentimentos, mas esse “sentido singular” também se produz através das relações sociais de poder.²⁵

Se os sujeitos enfatizam a necessidade de encontrar o amor desinteressado, sincero, como sinônimo do “par perfeito”, essa busca não está livre da valorização de determinadas características, entre elas, a questão econômica. A evocação de cenários românticos para celebrar o encontro de seu par requer certo poder aquisitivo, vide as preferências por viagens ao exterior ou às praias do nordeste brasileiro (algumas promovidas pelo próprio site), cujos custos, nos últimos anos, se tornaram equivalentes.

Para além das relações entre amor e mercado, esse campo abre a possibilidade para pensar a mercantilização da intimidade, como aponta Ilouz (2011) “A pessoa, naquilo que tem de íntimo, tornou-se alvo de uma indústria cuja principal mercadoria é o indivíduo.” No entanto, essa mercantilização, ainda que estandarizada, possibilita que os sujeitos se apresentem para além da aparência exposta numa foto ou da imaginação sobre os corpos, gostos, estilos... Menos do que afetar a capacidade de fantasia ou afastar-se da realidade (ILOUZ, 2007), a racionalização das escolhas, movida por uma lógica de mercado, explicita justamente o que é mais ou menos valorizado no *continuum on/off-line*. Entretanto, os laços criados antes do primeiro encontro face a face, que remetem à construção de certa intimidade, podem ser fundamentais na negociação de características que desvalorizam os sujeitos socialmente.

25 Ver a crítica de Adelman (2011) às formulações de Costa.

Referências

- ADELMAN, Miriam. Por amor ou por dinheiro? Emoções, discursos, mercados. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 117-138, 2011.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero: “muitas mais coisas”*. Bauru: Edusc, 2003.
- AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro a antiga: (aproximações socioculturais)*. São Paulo: Ática, 1986.
- BELELI, Iara. *Marcas da diferença na propaganda brasileira*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <www.pagu.unicamp.br>. Acesso em: set. 2010.
- BELELI, Iara. “Eles[as] parecem normais”. Visibilidade de gays e lésbicas na mídia. *Bagoas*, Goiânia, v. 3, n. 4, p. 113-130, 2009. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art06_beleli.pdf>. Acesso em: set. 2010.
- BEN-ZE'EV, Aharon. *Love online: emotions on the Internet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- BERQUÓ, Elza. *Pirâmide da solidão*. Campinas: Nepo, Unicamp, 1986. Mimeografado.
- BOFF, Adriane de Mello. Histórias de (des)amores no “namoro no rádio: afetos e narrativas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 165-196, 1994.
- BORDO, Susan. No império das imagens: prefácio para o décimo aniversário da edição de *Unbearable Weight. Labrys: Estudos Feministas*, n. 4, ago./dez. 2003. Não paginado.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-365, 2006.
- CANCIAN, Francesca M. The feminization of love. *Signs*, Chicago, v. 11, n. 4, p. 692-709, Summer 1986. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3174139>>. Acesso em: ago. 2011.
- COSTA, Sérgio. Amores fáceis: romantismo e consumo na modernidade tardia. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 73, p. 111-124, nov. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo>. Acesso em: set. 2010.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismo em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 9-79, 2001/2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>. Acesso em: ago. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRY, Peter. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, p. 128-135, dez. 1995/ fev.1996.

GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2003.

GONÇALVES, Eliane: *Solteiras? Estilos de vida, sexualidades e relações amorosas em mulheres de camadas médias, que moram sozinhas, em Goiânia*. 2007. Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ILLOUZ, Eva. *Intimidades congeladas*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.

ILLOUZ, Eva. A fábrica da alma estandardizada. *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, II série, n. 61, nov. 2011. Disponível em: <<http://aviagemdosargonautas.blogs.sapo.pt/479132.html>>. Acesso em: nov. 2011.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, [1997] 1999.

McLUHAN, M. *Understanding media: the extensions of man*. New York: Signet Books, 1995.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan/jun. 2004.

MISKOLCI, Richard. Machos e brothers: uma etnografia sobre as relações homoeróticas na internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 26-29 jul. 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

MISKOLCI, Richard. A Gramática do Armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio; SABATINE, Thiago; MAGALHÃES, Bóris. *Olhares plurais para o cotidiano*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. No prelo.

NICOLACI-DA-COSTA, A. *Na malha da Rede: os impactos íntimos da Internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul/ dez. 2008.

RAMALHO, Erika Falcão. *Par Perfeito: um novo espaço virtual para a procura de parceiros amorosos*. 2005. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SEGATO, Rita Laura. *The economics of desire in virtual space: talking about christianity in the net*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1995. (Série Antropologia, n. 193).

SILVA, Carolina Parreiras. *Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SOARES, Rosângela. Jovens contemporâneos – sexualidade, corpo e gênero na mídia. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 91-113, 1º sem. 2007.

TURKLE, Sherry. *Life on the screen. Identity in the age of the Internet*. London: Orion, 1996.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

DOCUMENTAÇÕES

Pesquisa, ética e notícia – algumas questões sobre o noticiário da violência sexual contra crianças e adolescentes²⁶

Tatiana Savoia Landini

Luiz Fabiano Zanatta

No dia 31 de novembro de 2011, Cristal²⁷, de seis anos de idade, passou toda a tarde brincando na casa de um amigo (5 anos). As 19h40 ambos foram até o portão da casa para ela ir embora. Como residia a pouco mais de 100 m do local, e sendo de costume realizar esse percurso sozinha, não estava acompanhada por nenhum adulto. Logo que saiu da residência, Cristal foi abordada por um homem de 49 anos, que trabalhava ali perto²⁸.

Logo que as crianças chegaram ao portão, o homem já se encontrava próximo. No momento da abordagem apenas Cristal estava na rua, o menino permanecia dentro do quintal de sua casa. Segundo relato da própria Cristal (o menino se recusa a falar sobre o fato) o homem a chamou da seguinte forma: “Oi Cristal.... o tio está com um monte de doce e danoninho lá em casa para dar pra você... Vamos para a minha casa comigo?” A princípio, Cristal recusou o convite dizendo, “Eu não posso, minha mãe esta me esperando e vai ficar brava.” O homem insistiu: “Não

26 Durante o *I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia – Olhares Plurais para o Cotidiano*, discuti um trabalho já publicado anteriormente (LANDINI, 2006). Para a presente publicação, retomei discussões feitas em outros momentos (LANDINI, 2003 e LANDINI, 2006) e, em colaboração com Luiz Fabiano Zanatta, trouxe para o debate um caso inédito, colocando um foco maior no papel da imprensa escrita e da mídia de uma forma geral ao noticiar a violência sexual contra crianças e adolescentes. O objetivo, que espero que tenha atingido ao menos parcialmente, foi trazer essa discussão a alunos de comunicação, público principal do referido Seminário.

27 Pseudônimo utilizado para proteger a identidade da criança.

28 Este homem, que chamaremos de H., já havia cumprido 7 anos de pena por abusar sexualmente de sua filha, que na época do abuso tinha 4 anos. Há dois anos estava em liberdade.

tem problema, a gente pega o carro, passa lá e avisa ela”. Assim, a menina aceitou o convite e o acompanhou. O menino, que permanecia dentro do quintal, assistiu à abordagem, mas provavelmente o homem não tenha notado sua presença.

As 20h00 a mãe da menina desloca-se até a casa do menino, procurando a filha. A mãe do menino informa que já havia 20 min. que ela teria saído de sua casa. Mesmo assim a mãe insiste em olhar em toda a casa – embaixo das camas, dentro dos guarda-roupas e armários. Até esse momento, o menino não havia manifestado qualquer reação sobre o desaparecimento. Preocupadas, as duas mães começam a checar a vizinhança à procura da menina. Em cada casa que checavam, juntavam-se mais e mais pessoas na busca pela criança. O menino, notando a movimentação dos adultos e os comentários de sumiço, dispara: “[...] A Cristal não sumiu tá lá perto da ponte²⁹”. Atentando-se a esta informação, a mãe da menina resolveu acionar a polícia.

Ressalta-se que o menino, demonstrando-se assustado com a situação, não tece mais nenhum comentário sobre o acontecimento, mesmo sob interrogação da mãe e de outras pessoas. Chega a apresentar-se pálido e com tremor. Em função disso, a família o retirou da residência e o levou para a casa da avó, que fica afastada do local.

O acionamento da polícia foi feito pela mãe do menino. A polícia solicita a descrição de como a menina se encontrava, sendo feita a descrição: “Ela se chama Cristal, tem 06 anos, é magrinha, de cabelos longos e castanhos, estava de shorts amarelo e uma blusinha frente única azul e de chinelo”. A partir disso a polícia aciona a ROTAM e o Corpo de Bombeiro de uma cidade vizinha e os batalhões de polícia de cidades próximas.

A polícia da cidade imediatamente se deslocou para a casa de Cristal. Quando chegou ao local, encontrou uma grande aglomeração dos vizinhos, que já tinham iniciado as buscas. A família solicitou então que a polícia anunciasse na cidade o desaparecimento da criança. A viatura anunciou o desaparecimento pelas ruas da cidade, repetindo a seguinte frase: “A família procura Cristal, filha do João³⁰[...]”. A partir do anúncio feito pela polícia, mais pessoas se deslocaram para a casa da menina, e muitas com seus carros e motos faziam as buscas pelas ruas da cidade. Os membros do Conselho Tutelar também se faziam presente.

Seguindo a informação dada pelo menino, uma viatura da polícia militar, juntamente com dois membros do Conselho Tutelar, se deslocaram para a casa de H.,

29 Ponte de um Rio localizada próxima à residência do agressor.

30 Pseudônimo dado ao pai da menina.

que fica situada em uma vila rural no município³¹. Chegando ao local, bateram na porta da casa e foram recebidos com reação de espanto pelo homem, que se encontrava apenas de cueca, aparentando que já estava dormindo. A polícia entrou na casa e os membros do Conselho Tutelar vasculharam o quintal da residência. Nesse momento, encontraram um pé de chinelo caído próximo à janela da cozinha. Membros do Corpo de Bombeiro levaram o chinelo para a mãe da menina fazer o reconhecimento, confirmando ser de Cristal.

Ainda na residência do suspeito verificaram que sobre a mesa da cozinha havia uma bandeja de danoninho, com um aberto sobre a mesa, juntamente com balas e doces. Este foi o momento mais crítico do caso, pois todos pensaram que o homem havia matado a criança e desaparecido com o corpo. Mesmo frente a todos os indícios da autoria do crime, o homem negou qualquer relação com o desaparecimento.

Com o passar do tempo, aumentou a comoção entre a população e as pessoas começaram a procurar a menina pela área rural do município e dentro dos bueiros da cidade. A polícia permaneceu o tempo todo junto ao suspeito e a população manifestava o desejo de seu linchamento. Pensando que não tivesse mais o que fazer, e que Cristal realmente pudesse estar morta, as pessoas que se encontravam próximas à casa da menina – aproximadamente 300 pessoas – iniciaram um círculo de oração.

À 01h20 do dia 01/11/2011, Cristal foi encontrada por civis, amarrada pelos pés e mãos com o uso de meias, enrolada em uma coberta, em estado de semi-consciência, dentro de uma vala na área rural do município, há aproximadamente 400 metros da casa do agressor. O agressor foi preso em flagrante em sua residência, onde permanecia na presença de policiais desde o início das buscas. Logo que a menina foi encontrada, ele confessou a autoria do crime, e reagiu com espanto por ela ainda estar viva, pois pensava que a havia matado. Na casa do agressor foram encontrados filmes infantis, calcinhas de crianças e um caderno com diversos nomes e endereços de meninas da cidade. Também foi encontrada uma sacola com diversas meias sujas de barro, que ele usou nos pés no momento que a levou até a vala. Segundo a polícia, ele se utilizou desse artifício para não deixar rastros – conforme ia andando, trocava o par de meias. Também foi encontrada na casa uma mochila com uma troca de roupa, uma faca e um par de luvas, que provavelmente utilizaria para desaparecer com o corpo.

31 Como o município é muito pequeno, com menos de 3.000 habitantes, e “todos se conhecem”, quando o menino disse que Cristal “estava lá perto da ponte”, os adultos logo fizeram a relação com H., cujo histórico de violência sexual era conhecido da comunidade.

Após ter sido localizada, Cristal foi imediatamente conduzida para o Hospital de uma cidade vizinha. No momento do atendimento médico, foi constatado presença de sinais de tentativa de estrangulamento, hematomas no rosto e braços e ausência de conjunção carnal. Na delegacia, a família foi orientada a levar a menina ao IML logo no dia seguinte, mas isto não foi feito. Portanto, mantém-se o laudo do Hospital, constatando que não houve conjunção carnal.

Após avaliação médica, a menina foi levada para a delegacia onde prestou depoimento ao delegado, quem pediu que a criança relatasse o que aconteceu, o que foi feito nos seguintes termos:

Logo que saí da casa do meu amigo, ele me chamou e perguntou se eu queria comer doce na casa dele... eu disse que não podia porque minha mãe ia ficar brava, daí ele falou que ia avisar ela, aí eu fui com ele até o pátio da prefeitura... nós ficamos conversando, mas eu queria ir embora e ele não deixou e eu chorei... daí ele me pegou e me enfiou num saco preto e me levou para a casa dele. Chegando lá ele queria que eu comesse danoninho e ficava tentando enfiar na minha boca [...].

O delegado pergunta: “Mas você viu o pipi dele?” Ela responde: “Não”. O delegado continua: “Ele mexeu lá onde você faz xixi?” Ela responde: “Não”. Então o delegado continua: “Então o que ele fez?” Ela responde: “Ele só queria que eu comesse doce...mas eu fiquei com medo e comecei a chorar e ele ficou nervoso e me pegou pelo pescoço... depois eu só lembro que ele me jogou pela janela, e eu caí no chão”.³²

O primeiro atendimento psicológico ocorreu 8 dias após o incidente. A criança mantém o acompanhamento da mesma psicóloga até o momento e, segundo informações, ainda não manifestou nada além do que já havia sido relatado. Não demonstra indícios de ter ocorrido abuso sexual.

Até o momento da escrita deste texto, o agressor continuava preso. Ele necessitou ser internado um dia após sua prisão, em função de agressões sofridas na prisão por parte de outros presidiários.

Esse caso aconteceu em um município de pequeno porte, cuja população não chega a 3.000 habitantes (IBGE, 2010), situado na região Norte do Paraná, tendo como centro de referência mais próximo a cidade de Londrina, a cerca de 120 km

32 Este relato foi feito pela mãe, 3 dias depois do incidente, em conversa com nosso informante.

do local. O incidente foi noticiado na mídia local e virtual, de onde foram selecionadas algumas manchetes:

- Acusado de estuprar e tentar estrangular criança é preso em Barra do Jacaré (Diário de Londrina, 01/11/2011³³)
- Em Barra do Jacaré, homem acusado de estuprar menina de seis anos é preso – (Rádio Web Cornélio Procópio, 01/11/2011³⁴)
- Homem é preso depois de estuprar e tentar matar criança de seis anos (Portal de notícias, 01/11/2011³⁵)
- Preso pedófilo em Barra do Jacaré (Noticiário Policial, 01/11/2011³⁶)
- Menina estuprada é encontrada em uma vala, amarrada com meias (Diário dos Campos, 01/11/2011³⁷)
- Homem é preso depois de estuprar e tentar matar criança de seis anos (Jornal Paraná Online, 01/11/2011³⁸)
- Preso estuprador da cidade de barra do jacaré (Tribuna de Amoreira, 01/11/2011³⁹)
- Polícia prende Antônio Augusto de Souza, acusado de estuprar garota de seis anos em Barra do Jacaré (PR) (Cabeça de Cuia, 01/11/2011⁴⁰)

Todas essas manchetes, sem exceção, têm como foco o estupro da menina. Algumas falam também sobre a tentativa de estrangulamento, outras nem isso.

33 Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/policia/noticia/506883/acusado-de-estuprar-e-tentar-estrangular-crianca-e-preso-em-barra-do-jacare/>>. Acesso em: jan. 2012.

34 Disponível em: <<http://www.radiowebcp.com.br/index.php?pagina=posts&id=4094&tipo=Not%EDcias>>. Acesso em: jan. 2012.

35 Disponível em: <<http://www.npligado.net/2011/11/homem-e-preso-depois-de-estuprar-e.html>>. Acesso em: jan. 2012.

36 Disponível em: <<http://www.npdiaario.com/noticia/2296/preso-pedofilo-em-barra-do-jacare/>>. Acesso em: jan. 2012.

37 Disponível em: <<http://www.diariodosc campos.com.br/policia/menina-estuprada-e-encontrada-em-uma-vala-amarrada-com-meias-50370/>>. Acesso em: jan. 2012.

38 Disponível em: <<http://www.jp5.com.br/opiniaio/colunas/ocorrenciais-regionais/4036-homem-e-preso-depois-de-estuprar-e-tentar-matar-crianca-de-seis-anos.html>>. Acesso em: jan. 2012.

39 Disponível em: <<http://tribunadeamoreira.blogspot.com/2011/11/preso-estuprador-da-cidade-de-barra-do.htm>>. Acesso em: jan. 2012.

40 Disponível em: <<http://www.cabecadecuia.com/noticias/107709/policia-prende-antonio-augusto-de-souza-acusado-de-estuprar-garota-de-seis-anos-em-barra-do-jacare-pr.html>>. Acesso em: jan. 2012.

Fala-se em “acusado de estuprar”, “estuprador”, “preso depois de estuprar”, “pedófilo”, “menina estuprada”. Há maneiras diversas de chamar a atenção para a notícia, mas o foco é o mesmo: o estupro (ou possível estupro) de uma menina.

Ocorre que, segundo o relato de nosso observador⁴¹, estava claro naquele momento que não havia indícios de conjunção carnal, conforme atestado pelo serviço médico para onde a menina foi conduzida. Daí podemos tirar uma constatação bastante simples mas nem por isso de pouca importância: jornais, impressos ou online (ou outras mídias) nem sempre são fiéis em seus relatos.

Gardner (2009) cita um exemplo interessante a esse respeito. O número de pedófilos que estariam online na Internet a qualquer momento é seu objeto de reflexão. O número encontrado por ele, supostamente proveniente de uma ONG Suíça, é de 50.000. Esse número apareceu em diversas mídias na Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, sem a citação da fonte da informação. Gardner busca, então, a fonte desse número. Ao tentar recuperar essa informação, entrando em contato com órgãos oficiais, chegou à conclusão de que, não apenas esse número não provém de nenhum órgão oficial, como é impossível usar um método confiável para contar o número de pedófilos online. Mas o número estava lá, estampado em diversas mídias na Inglaterra, Canadá e Estados Unidos.

A mesma discussão sobre números é feita por Leandro Andrade (2004). Andrade pesquisou o jornal Folha de S. Paulo, analisando reportagens publicadas entre os anos de 1985 a 1995. Segundo ele, nesse período o número estimado pelo jornal de prostitutas *infanto-juvenis* tendeu a estabilizar-se em 500.000:

A reprodução *ad nauseam* das mesmas fontes; a referência *a e de* instituições de prestígio (Unicef, Ministérios, Federação Internacional dos Direitos Humanos, Human Rights Watch); a divulgação em foros internacionais e respeitáveis associada à imensidão das cifras e à inconsistência conceitual/metodológica assustam quanto à fragilidade da ‘informação’.

[...]

A cifra redonda, fácil de guardar (500 mil), reforçada pelas letras garrafais

41 Nosso observador é o pai do menino, amigo de Cristal, na casa de quem ela brincava antes do incidente. Estando intimamente envolvido com o caso, ele acompanhou todo o desenrolar da história em seus mínimos detalhes.

das manchetes, a organização dos bancos de dados e seu uso como fonte de produção de matérias, fazem circular e eternizar equívocos. (ANDRADE, 2004, p. 136).

Não só o jornal pautou-se em um número redondo e sem consistência, como insistiu na repetição desse número mesmo após a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Câmara Federal no Brasil concluir que “Tal número, atribuído a uma pesquisa oficial, não pode ser considerado, já que não existe tal pesquisa, nem nenhuma outra com o mesmo objetivo, de modo que ninguém pode apontar o número de jovens prostituídos no país.” (BRASIL, 1995, p. 10 apud ANDRADE, 2004, p. 59-60).

Mas voltemos ao caso relatado acima: apesar de não haver indícios de conjunção carnal, foi exatamente esse o foco das manchetes dos jornais. Há sempre versões para o mesmo acontecimento, e não necessariamente essas versões são falsas. Mas, no caso em questão, é muito provável que os jornalistas tenham obtido essa informação – segundo nosso informante, representantes da imprensa conversaram com a técnica em enfermagem que recepcionou a criança no hospital e o escrivão de polícia na delegacia. Se for este o caso, o que existe é um falseamento da notícia e, portanto, esse é um exemplo de jornalismo ruim.

De qualquer forma, vale a pena tentar entender o porquê das manchetes chamarem a atenção para o fato de que a menina teria sido estuprada. Há duas informações importantes que podem ser colhidas nas notícias (mas nem sempre presente em todas elas): o criminoso já havia cumprido pena por ter abusado de sua filha, quando tinha 4 anos, e o fato de a polícia ter encontrado, na casa do acusado, calcinhas, um caderno com endereços de crianças, bonecas e vídeos (uma das reportagens chega a dar a impressão de que se trata de vídeos de pornografia infantil, quando se trata de vídeos com filmes infantis). Ou seja, são indícios que efetivamente levam a pensar em um possível caso de violência sexual. Contudo, isso não pode ser usado como desculpa para o fato de que os jornais mencionados, além de outros, colocaram na manchete um fato inverídico.

Na grande maioria dos casos, não é possível verificar a veracidade das notícias publicadas pelos jornais, sejam eles jornais locais (como os citados aqui) ou jornais de grande circulação nacional. Exatamente por isso, notícias não podem e não devem ser utilizadas em pesquisas acadêmicas, de forma alguma, como fonte de informação sobre violência. No caso em questão, estaríamos inflacionando o número de estupros cometidos contra crianças, caso o jornal fosse utilizado como fonte de informação.

Judith Ennew (2008), ao concluir seu *paper* temático sobre exploração sexual

de crianças e adolescentes, onde faz um balanço das pesquisas sobre esse tema, afirma que muitos dos trabalhos revistos por ela frequentemente apresentam problemas sérios, tais como definições imprecisas, pesquisas ideológicas e questões metodológicas. Além disso, coloca como um problema o fato de que diversas pesquisas sobre crianças na prostituição utilizavam métodos não científicos e baseavam-se em textos de jornais.

Mas, se não podemos utilizar o jornal como fonte de informação, em que sentido é possível utilizá-lo em pesquisas? De acordo com Adorno (1995, p. 181),

A construção da criminalidade como um problema social e sociologicamente significativo passa, no nosso entender, pela construção 'marginal' a respeito do crime, do criminoso e da criminalidade e sobretudo pelo conjunto de representações que fazem com que a criminalidade seja hoje um objeto privilegiado de preocupação.

Nesse sentido, a imprensa seria, segundo ele, um importante veículo de expressão das percepções sociais quanto à criminalidade, ao crime, ao criminoso e ao modo pelo qual a sociedade transforma essa questão num problema de interesse público.

Em outras palavras, se a imprensa não pode ser utilizada como fonte de informação sobre a violência em si, ela é uma fonte muito rica para a compreensão da percepção social sobre essa mesma violência. Ou seja, não é uma fonte de informação própria para estudarmos, por exemplo, o número de crimes de estupro ocorridos em uma determinada localidade, mas sim sobre como esse tipo de crime é visto.

Fica bastante claro, no exemplo citado acima, que há uma preocupação muito grande com a violência sexual contra crianças e adolescentes, a ponto de diversos jornais noticiarem – de forma que podemos chamar de sensacionalista – como tal um caso de tentativa de estrangulamento.

Vigarello (1998), ao estudar mudanças na sensibilidade em relação à violência sexual nos últimos séculos, afirma que a violência sexual contra crianças e adolescentes é a “violência do nosso tempo”. Ao fazer essa afirmação, o autor está se referindo à sensibilidade em relação a esse tipo de violência, ou seja, não é que o número de casos tenha necessariamente crescido (o que é difícil de ser atestado), mas que nossa sensibilidade está voltada para ela.

Jenkins (1998), ao estudar casos de violência sexual publicados pela mídia americana desde o final do século XIX até o final do século XX, encontrou alguns casos exemplares que foram explorados pela mídia de forma exaustiva. O autor

utiliza o termo *pânico moral* para fazer referência ao noticiário desse tema pela imprensa americana, o que implica não apenas que há um medo mas também que esse medo é exagerado e direcionado ao objeto errado:

A preocupação com o abuso sexual fornece uma base para afirmações extravagantes por parte de profissionais, meios de comunicação e grupos de interesses variados, que argumentam que o problema é quantitativa e qualitativamente muito mais grave do que se poderia razoavelmente supor. Declarações que em momentos mais calmos seriam taxadas de hiperbólicas ou paranóicas de repente adquirem o estatuto de fato incontestável, enquanto os céticos são vistos como miseráveis em função de sua negação insensível. Acredita-se que legiões de demônios sexuais e predadores homicidas estão à espreita, que dezenas de milhares de crianças são sequestradas e mortas a cada ano, que cultos sinistros estão infiltrados em pré-escolas e jardins-da-infância em todo o país, que o incesto afeta um quarto ou até metade de todas as meninas, que a pornografia infantil é uma indústria que rende bilhões de dólares a vitima centenas de milhares de jovens americanos todos os anos. (JENKINS, 1998, p. 7).

Estamos em um momento em que há um *pânico moral* em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes o que não significa que esse tipo de violência não exista ou que sua ocorrência não seja grave. A violência sexual contra crianças e adolescentes existe e suas consequências são muito graves. Contudo, é preciso cuidado ao noticiar esses casos. Além de buscar a maior fidedignidade possível no relato do caso, é preciso também cuidado quando trata-se de reportagens que busquem esclarecer números, mecanismos de funcionamento, formas de envolvimento, perfis da vítima e do agressor, etc⁴².

Continuando a discussão a respeito da representação da violência sexual contra crianças e adolescentes na mídia impressa, citaremos duas pesquisas realizadas por Landini (2003 e 2006), as quais serão aqui citadas e resumidas brevemente.

42 Junia da Matta (2011) pesquisou a formação recebida por enfermeiros para lidar com vítimas de violência sexual. Sua conclusão, ao estudar tanto o currículo de um curso de graduação de uma universidade pública, quanto entrevistar os alunos, é que estes não recebem uma formação adequada e, portanto, não estão preparados para lidar com a questão em suas vidas profissionais. Temo que o mesmo possa ser dito a respeito de nossos jornalistas e profissionais de comunicação de forma geral. Seria importante que o tema específico da violência sexual, e obviamente temas mais amplos onde a problemática está inserida – violência e sexualidade – sejam mais tratados no cursos de graduação.

A pedofilia na mídia impressa (1994 – 1999)

A primeira dessas pesquisas – publicada com o título “Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa” (LANDINI, 2003) –, teve como objetivo mostrar como o termo pedofilia é entendido pela *Folha de S. Paulo*, o jornal de maior circulação no Brasil. Para tanto, utilizei a análise por oposição (BLANCHET; GOTMAN, 1992). Nesse sentido, procurei entender as características da pedofilia em oposição a outros termos designativos da violência sexual contra a criança: estupro, abuso sexual, pornografia e incesto. Foram analisados 384 textos jornalísticos – dos quais 114 referentes à pedofilia – publicados ao longo dos anos de 1994 a 1999.

Como definir a pedofilia? Existe um *ato* específico que a defina? A partir da leitura das matérias da *Folha de S. Paulo*, é possível dizer que não – na grande maioria das vezes, um caso de pedofilia é um caso de abuso sexual ou de pornografia infantil, chegando poucas vezes ao extremo de considerar um caso de estupro como pedofilia. Em outras palavras, o termo pedofilia, tal qual usado nas reportagens do jornal em questão, não encontra identificação em qualquer *tipo específico de ato*.

Dessa forma, permanece a questão: qual o sentido atribuído à pedofilia pela *Folha de S. Paulo*? O que faz com que esse termo seja utilizado em algumas reportagens mas não em outras?

Um primeiro ponto importante de ser salientado diz respeito às notícias de casos ocorridos no Brasil e em outros países, ou seja, à relação *nacional versus estrangeiro*. Enquanto as matérias sobre abuso e estupro referem-se majoritariamente a casos ocorridos no Brasil, as matérias sobre pedofilia dizem respeito majoritariamente a casos ocorridos em outros países. Da mesma forma que a pedofilia, os casos de pornografia infantil noticiados são, em sua maioria, ocorridos fora do Brasil.

Uma segunda diferenciação que pode ser traçada é que, nas matérias sobre pedofilia, é muito mais recorrente a idéia de rede, de uma organização pedófila. Os casos de abuso e de estupro, em contrapartida, são em sua maioria casos isolados, quer dizer, são crimes cometidos por pessoas isoladas.

Um terceiro ponto a ser ressaltado é a explicação dada para o crime. A justificativa apresentada, no caso da pedofilia, é a doença mental. Além da justificativa do crime, baseada na doença mental, uma outra característica do agressor – e esse constitui o quarto ponto que gostaria de ressaltar – pode ser entendida como uma especificidade da pedofilia: a classe social.

Em nenhum dos casos sobre pedofilia com maior número de reportagens publicadas temos pessoas que poderiam ser classificadas como de “classe baixa”. Já em relação ao estupro, é bastante recorrente a referência ao fato de o agressor pertencer às camadas econômicas mais baixas da sociedade. Também é característico que a narrativa do estupro esteja associada a outros tipos de violência – ou seja, ao contrário da pedofilia, na qual a explicação é encontrada na doença mental, no estupro é enfatizada a questão da violência.

Por fim, o quinto e último fator que pode ser entendido como característica das matérias sobre pedofilia é a não existência de uma relação de parentesco ou conhecimento por parte da vítima e do agressor. Um indicativo de que não existe essa relação de parentesco é a própria utilização do termo como sinônimo de pornografia infantil. Em grande parte desses casos, é utilizado um número grande de crianças na produção da pornografia.

Dessa forma, um perfil estereotipado de um pedófilo poderia ser traçado: o pedófilo é um estrangeiro, rico, pertencente a uma rede de pedofilia, que troca fotos de pornografia de crianças desconhecidas. Mas o que faria alguém com essas características, rico, provavelmente um europeu, tomar parte em algo sórdido como esse? A resposta é simples, ele é um doente mental, deve ter sofrido algum trauma na infância.

A importância em traçar esse perfil está em perceber alguns detalhes, algumas nuances na percepção da violência. A principal delas, a meu ver, é a percepção de que, independente da missão colocada pelo próprio jornal (FOLHA DE S. PAULO, 1992), de noticiar os fatos de forma imparcial, a narrativa da violência sexual é permeada por alguns conceitos como classe ou violência/doença. Como pudemos perceber, há uma separação bastante clara entre o crime cometido por uma pessoa de classe baixa e outra de classe média ou alta. No caso da pedofilia, atribuída a pessoas das classes mais abastadas, há ainda uma conexão com a doença mental.

Violência sexual contra crianças e adolescentes na mídia impressa no século XX

O objetivo desta pesquisa era resgatar o que foi publicado sobre violência sexual contra crianças e adolescentes por um jornal de grande circulação, *O Estado de S. Paulo*. A pesquisa abrangeu o século XX e cobre as diversas formas de violência sexual: incesto, crimes violentos cometidos por estranhos, cri-

mes contra a honra, lenocínio e prostituição, pornografia infantil e pedofilia. A partir dos arquivos do jornal em microfilme e em papel, foi organizado um banco de dados cobrindo todo o século XX. Para tanto, foi definida uma amostra - um ano a cada dez a respeito dos três primeiros quartos do século e, a partir do ano de 1980, foram pesquisados todos os anos, sem exceção. Como a mídia não segue rigidamente a conceituação legal, a classificação foi feita a partir dos valores implícitos na explicação ou justificativa do crime. Assim, ficaram definidos os seguintes grupos temáticos: incesto; crimes violentos cometidos por estranhos; crimes contra a honra; lenocínio e prostituição; pornografia infantil e pedofilia.

Ao longo do artigo em questão (LANDINI, 2006), o material é apresentado em dois blocos: o primeiro reporta ao início do século e o segundo ao final do período, procurando chamar a atenção para a forma como os crimes sexuais eram noticiados e para os sentimentos sociais presentes naqueles textos. Aqui, restringir-me-ei a resumir as principais transformações na forma/conteúdo como a violência sexual contra crianças e adolescentes é noticiada.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas diversas modalidades, é um assunto tratado pela mídia impressa pelo menos desde o início do século XX. Incesto, estupro e prostituição são, há um século, temas de diversas reportagens. Entretanto, a forma de tratar a questão e o enfoque do texto sofreram mudanças significativas – a forma como falava-se sobre a violência sexual nas décadas de 1910 e 1920, por exemplo, não é a mesma utilizada pelos jornalistas do final do século XX. Pontuo algumas dessas mudanças.

- É patente o crescimento no número de textos sobre violência sexual publicados pelo jornal. Até a década de 1980, esse número não chegava a 20 reportagens sobre o tema (com exceção de 1920, quando foram publicados 27 textos). A partir de 1980, esse número cresceu bastante, girando em torno de 40 por ano na década de 1990 e alcançando um pico de 71 reportagens em 1992⁴³.
- Houve um aumento nos tipos de violência sexual retratados. Ao longo do século, formas de violência não discutidas anteriormente entraram para o rol dos crimes noticiados recorrentemente pelo jornal, princi-

43 O número exato de textos encontrados por ser visualizado no artigo citado (LANDINI, 2006).

palmente a pornografia infantil e a pedofilia. Além destas, passou a haver também um maior detalhamento, por exemplo, da prostituição infantil. Se, no início e no meio do século, a imprensa limitava-se a denunciar alguns casos de lenocínio ou prostituição, no final do período, fala-se em várias modalidades relacionadas à exploração sexual comercial: leilões de virgindade, cárcere privado em bordéis, turismo internacional, turismo nacional, etc.

- Nota-se uma maior profundidade na análise dos casos. O espaço destinado aos textos sobre violência sexual tornou-se maior. Assim, o jornalista não se limita a “dar a notícia”, mas faz uma análise e entrevistava especialistas que contribuem com a leitura e entendimento das causas. Houve, também, continuidade no acompanhamento de vários casos, o que raramente acontecia no início do século. Nesse sentido, alguns casos são transformados em escândalos e sobre eles são publicadas notícias praticamente diárias.

- Linguagem utilizada: nos primeiros três quartos do século são mais comuns expressões como “homem de maus instintos”, “crime perverso”, “ato repugnante”, ou seja, palavras mais ligadas à moralidade, ao que era socialmente aceitável ou inaceitável. A partir da década de 1980, o noticiário sobre violência sexual passou a ser revestido pela linguagem científica e pelos dados quantitativos.

- Por fim, uma última diferença diz respeito à forma como a mídia transmite ao leitor a possível frequência com que a violência sexual ocorre. Se no início do século as reportagens publicadas eram exclusivamente sobre casos específicos, esporádicos, a introdução de textos gerais sobre a temática da violência sexual transmite a mensagem de que os crimes sexuais são eventos comuns, cotidianos, e que há uma sub-notificação de sua ocorrência.

Segundo Elizabeth Rondelli (1998), os meios de comunicação são construtores privilegiados de representações sociais sobre o crime, a violência e aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Portanto, a mídia não estabelece um retrato da realidade, mas, ao noticiar certos fatos e colocar ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros, estabelece um recorte desta mesma realidade.

Em relação ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, há um ponto positivo muito importante que deve ser ressaltado: é através da imprensa

escrita (e da mídia em geral) que grande parte das pessoas toma contato com essa problemática. Não fosse por meio da mídia de forma geral, muitos não saberiam sequer da existência desse sério problema social, a vitimização de crianças continuaria muito mais silenciosa.

Contudo, é preciso levar em consideração também que, a depender do recorte e da abordagem adotada, há conseqüências problemáticas se pensarmos tanto do ponto de vista da informação transmitida quanto de possíveis soluções.

Retomemos a pesquisa realizada por Leandro Andrade (2004). Segundo ele, a década de 1990 foi particularmente fértil na publicação de matérias sobre prostituição infanto-juvenil no Brasil. Como dito acima, o jornal denunciou o suposto número de meninas prostitutas em nosso país: em torno de 500 mil meninas, número esse que não tinha base em pesquisas empíricas. Além disso, outras informações ajudaram a compor um quadro cruel: a arregimentação para a prostituição estava ocorrendo com crianças cada vez mais novas; traçava-se a relação entre prostituição e crianças e adolescentes em situação de rua; as meninas eram escravizadas a fim de serem exploradas sexualmente; tortura por parte de agentes da lei; a família, desestruturada e desinformada, era responsabilizada pelo destino das filhas.

Ao pesquisar as reportagens publicadas pelo *O Estado de S. Paulo* durante do século XX, conforme resumido acima, Landini (2006) percebeu que a impressão transmitida pelo jornal analisado é que o Brasil estaria passando por um período de barbarização, de aumento desmesurado da violência. O que antes era visto como extra-ordinário, ocasional, no final do século XX passou a ser entendido como algo que ocorre regularmente e vitima grande parte das crianças e adolescentes brasileiros.

No caso da pesquisa sobre pedofilia no jornal *Folha de S. Paulo*, também citada acima (LANDINI, 2003), há uma conclusão também problemática em termos do conteúdo das reportagens: o enviesamento decorrente do uso incorreto e sem rigor do termo pedofilia, reiterando a visão de senso comum da existência de uma dualidade na explicação da própria violência, ou seja, a idéia da existência de uma violência produto da barbárie e da pobreza (o estupro), e uma violência produto de um “desvio psicológico” que ocorre nas classes mais altas (a pedofilia).

Se juntarmos essas três pesquisas, percebemos que o retrato passado pelos jornais é de um aumento desmesurado da violência, ocorrido no final do século XX. Para as classes mais baixas, a situação é bastante cruel: as famílias são desestruturadas, as meninas são arregimentadas para a prostituição e escravizadas, o

crime de estupro é recorrente. Para as classes mais altas, há que se preocupar com a questão da pedofilia.

Esse é um recorte que enfatiza não apenas a violência que circunda as classes mais baixas, mas que também dá ênfase à vitimização de crianças e adolescentes vítimas de adultos algozes. Ao fazer isso, uma realidade menos nítida é jogada no silêncio: casos de adolescentes que fazem programas sexuais esporadicamente, por exemplo, ou a violência sexual cometida por adolescentes. O protagonismo de crianças e adolescentes, tanto daqueles que se decidem por *scripts* sexuais não-hegemônicos, quanto o protagonismo no enfrentamento da violência sexual, também são jogados no silêncio.

Seria muito interessante se a mídia atuasse no sentido de informar os leitores sobre a problemática da violência sexual de forma mais responsável e menos enviesada. O sentido deve ser sempre o de desmentir preconceitos do senso comum. Também seria interessante que os meios de comunicação agissem no sentido de contribuir com uma discussão mais aprofundada. O sensacionalismo e o *pânico moral* em nada ajudam na busca de soluções concretas e factíveis.

Referências

- ADORNO, Sérgio. Violência, ficção e realidade. In: SOUZA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 181-188.
- ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: Educ: Fapesp, 2004.
- BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne. *L'Enquête et ses méthodes: l'entretien*. Paris: Éditions Nathan, 1992.
- BRASIL. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar Responsabilidade pela Exploração e Prostituição Infanto-Juvenil. *Síntese do Relatório Final e Cartilha de Informações / Presidente Deputada Marilu Guimarães*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995 apud ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: Educ: Fapesp, 2004.
- DA MATA, Júnia Aparecida Laia. *A avaliação da formação do enfermeiro: conhecimentos dos discentes da Graduação de Enfermagem sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2011. (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ENNEW, Judith. Exploitation of children in prostitution. In: WORLD CONGRESS III

AGAINST THE SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS, 3., 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.iiicongressomundial.net/congresso/arquivos/thematic_paper_prostitution_eng.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

FOLHA DE S. PAULO. *Novo manual da redação*. São Paulo, 1992.

GARDNER, Dan. *Risk: why we fear things we shouldn't – and put ourselves in greater danger*. Toronto: McClelland & Stewart, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: jan. 2012.

JENKINS, Philip. *Moral Panic – changing concepts of the child molester in Modern America*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S273-S282, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2012.

LANDINI, Tatiana Savoia. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 225-252, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 jan. 2012.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 10, p. 145-157, 1998.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jo

“Vinde a mim as criancinhas”: pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas

Jane Felipe

“Vinde a mim as criancinhas e não as impeçais porque delas é o reino dos céus”
(Marcos 10:14)

Ao iniciar a discussão sobre o conceito de pedofilização como prática social contemporânea, recorro, provocativamente, ao famoso texto bíblico em que Jesus salienta a importância do acolhimento e proteção que devemos ter em relação às crianças, para problematizar a interessante contradição entre os discursos e as políticas de proteção à infância, gestadas especialmente a partir do século XX no Brasil e a exibição reiterada e deliberada dos corpos infantis como objetos de desejo, de consumo e de exploração.

Apesar dos vários discursos de proteção às crianças, dentre os quais destaco o discurso religioso, o jurídico, o pedagógico, o médico, o psicológico, que ressaltam a importância e a responsabilidade dos adultos em promover as condições necessárias para um desenvolvimento físico, emocional e cognitivo saudável das crianças, na prática nem sempre tal proteção ocorre. Nos últimos anos tem havido um aumento considerável de denúncias e sucessivos escândalos amplamente divulgados na mídia sobre casos de maus tratos e violência/abuso sexual contra crianças. Pais, pastores, educadores, médicos, políticos, e vários outros sujeitos têm sido acusados de pedofilia e outros tipos de violência contra crianças. Obviamente que não se trata de um problema novo, mas com o *status* que as crianças adquiriram como sujeitos de direitos, em especial nas últimas décadas, algumas práticas passaram a ser vistas como extremamente violentas, devendo ser combatidas (BUJES, 2002; NUNES, 2009).

Nos limites deste texto, pretendo, então, problematizar algumas questões que envolvem infâncias e sexualidades na perspectiva do gênero, discutindo a pedofilização como prática social contemporânea, chamando atenção para o fato de que, apesar das conquistas legais, no que se refere à proteção de crianças e adolescentes, temos observado de forma crescente a visibilidade dos corpos infantis como objetos de consumo e de erotização, em tempos de espetacularização dos corpos e da sexualidade (WALKERDINE, 1999; FELIPE, 2006, 2011). Não se trata, porém, de disseminar aqui um pânico moral e uma representação de infância pura, ingênua

e desprovida de qualquer sexualidade, afinal, crianças também possuem uma erótica, que se manifesta de diferentes modos, seja nas brincadeiras de faz-de-conta, seja na exploração do próprio corpo ou na observação dos corpos de adultos e de outros colegas. Tais discussões que pretendo provocar ao longo deste breve artigo, têm sido gestadas a partir das pesquisas desenvolvidas no eixo temático *Infâncias, gênero e sexualidade*, na linha de pesquisa *Educação, sexualidade e gênero*, vinculada ao PPGEDU/UFRGS, ressaltando as expectativas históricas, políticas, sociais e culturais que recaem sobre as crianças e sua educação⁴⁴.

O que os sites de jogos ensinam sobre gênero e sexualidade

Pretendo discutir aqui alguns dos conteúdos destinados ao público infantil, especialmente através de sites de jogos, mostrando o que eles veiculam especialmente no que diz respeito às narrativas sobre relações de gênero e sexualidade (LOURO, 1997; GUIZZO, 2005; FELIPE, 2007b). Com o surgimento e acelerado avanço tecnológico das mídias eletrônicas, em particular a internet, adultos e crianças passaram a compartilhar cada vez mais das mesmas informações no universo virtual (KELLNER, 1995; BUCKINGHAM, 2002; DIONÍSIO, 2009). Como aponta Liliâne Madruga Prestes (2011), nos últimos anos tem havido uma crescente expansão da indústria midiática e a diversidade de conteúdos nela veiculados. Os *sites* classificados como “infantis” são repletos de jogos, chats, histórias e inúmeras outras atividades disponíveis “*on line*”, possuindo portas de acesso para páginas eróticas e a diversas salas de bate-papo sem qualquer impedimento. Basta clicar e a criança terá acesso a esse tipo de conteúdo. A divulgação de materiais de cunho erótico ou pornográfico é feita através dos próprios sites por meio de ícones (em geral desenhos ou palavras estrangeiras), muitos dos quais sem aviso ou qualquer restrição.

Ao pesquisar o site <http://www.clickjogosdememinhas.com.br/> foi possível observar que ele está dividido em pelo menos três categorias, a saber: jogos de embe-

44 As pesquisas aqui referidas foram/estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, na Linha de Pesquisa Gênero, sexualidade e Educação, mais especificamente no eixo temático Infâncias, Gênero e Sexualidade, coordenado por mim. Destaco aqui as dissertações e teses já defendidas e as em andamento, desenvolvidas por Adriane Câmara (2008), Alexandre Bello (2005), Bianca Guizzo (2011), Dinah Quesada (2011) e Liliâne Madruga (2011), bem como o trabalho de Cristiane Flores (Iniciação Científica). Tais trabalhos integram uma pesquisa maior intitulada *Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofiliação na contemporaneidade* (2009-2012).

lezamento, jogos de moda e jogos de habilidade. Em alguns desses jogos há vários personagens femininos famosos (Barbie, Xuxa, Bratz, Hello Kitty, Polly, Moranguinho, dentre outras). Outro aspecto no design no site é a cor branca com detalhes em rosa, tendo como adereço um laço. Também foram analisados os jogos classificados como jogos “de meninos” propostos no referido site. Os resultados apontam que, no caso de *sites* voltados para as meninas a ênfase recai sobre atividades voltadas ao culto e embelezamento do corpo, aos cuidados da casa e a busca do par perfeito. Já para os meninos, a maioria das atividades propostas compreende jogos de ação e velocidade, bem como jogos que estimulam o raciocínio lógico-matemático. Enquanto artefatos culturais, os sites (re) produzem uma visão extremamente binária, em que meninos e meninas, homens e mulheres seguem em mundos completamente separados. É possível observar nos jogos analisados uma linguagem sexista, estabelecendo padrões heteronormativos, na medida em que ensinam às meninas que elas devem desenvolver estratégias para conquistar os meninos. As estratégias de sedução estão associadas a um minucioso processo de embelezamento e à produção de um corpo erotizado, para a contemplação masculina.

Em reportagem veiculada pelo Estadão (02/08/11), foi colocado em discussão o problema dos jogos voltados para o público infantil, disponíveis em sites, pois aparentemente inocentes, eles trazem conteúdos com forte apelo sexual. Além disso, boa parte desses jogos colocam o sexo feminino em situações humilhantes, na medida em que o jogador ganha mais pontos se derrubar a mulher, sujando-a de tinta, fazendo com que ela escorregue em casca de banana ou ainda fazendo com que tire a roupa (ver por exemplo, o site Games2Win, onde há o jogo “enfermeiras impertinentes”, em que essas profissionais aparecem com roupas provocantes, mostrando os seios aos pacientes, bem como o jogo intitulado “babá safada”. Esse jogo termina quando a babá, que deveria cuidar de um bebê, fica só de calcinha e sutiã e beija o adolescente, irmão da criança a ser cuidada). A reportagem mostra ainda que uma menina de 6 anos chegou a estes conteúdos a partir de um site pesquisado como “jogos para meninas”.

É impressionante observar o quanto os sites já direcionam determinadas cores para as meninas e cores mais fortes, vibrantes, para os meninos. Os jogos para eles incluem muito movimento, velocidade, estratégia, raciocínio lógico-matemático, aventura, o mesmo não ocorrendo com os jogos voltados para as meninas, que reforçam padrões tradicionais de gênero.

“Espelho, espelho meu...”: os jogos de embelezamento

Os sites de jogos voltados para as meninas apregoam amplamente as práticas de embelezamento como naturais e desejáveis. Um exemplo desta modalidade é o jogo *Salão de beleza*. A jogadora deve embelezar as personagens, escolhendo entre as diferentes opções, a cor do cabelo, dos olhos, sombra, pele e maquiagem, além de decidir qual o adereço que deverá compor o visual. Ao finalizar a produção, a personagem pode estampar a capa de uma revista fictícia. Alguns jogos expõem um tempo para a realização da produção. Interessante observar o quanto tais práticas de embelezamento têm atingido cada vez mais cedo as meninas. Muitas delas começam a fazer dietas e a se preocupar excessivamente com os padrões de beleza vigentes, como aponta a pesquisa de Bianca Guizzo (2011). Ao desenvolver sua pesquisa em uma escola de educação infantil, ela observou o quanto as meninas têm essa preocupação, pois frequentemente chegavam à escola maquiadas, ou mesmo vestidas com roupas e sapatos muito semelhantes aos que as adolescentes e as mulheres costumavam usar. Quando algumas delas não iam maquiadas, a atividade principal nos momentos livres era justamente brincar de “Salão de Beleza” já que muitas traziam de casa batons, sombras e estojinhos de maquiagens. Denise Sant’Anna (2000) observa que no Brasil, desde o início do século passado, poderosos investimentos associados tanto à beleza, como à saúde foram postos em prática especialmente em se tratando de corpos femininos. Muitas vezes tais investimentos eram realizados com o objetivo de agradar o olhar masculino.

As crianças têm também a compreensão de que os padrões estabelecidos para as meninas são praticamente os mesmos para as gerações mais velhas. Apesar da pouca idade, elas costumam classificar quais são as professoras, as mães, as irmãs, tidas como bonitas ou feias. As representações articuladas ao “ser gorda” ou ao “ser magra” têm um peso importante para estabelecer o critério de beleza ou feiura. Aquelas que não estavam dentro dos padrões eram vítimas de deboches por parte dos demais colegas, recebendo apelidos depreciativos.

Associados aos jogos de embelezamento, os jogos de moda consistem basicamente em vestir (arrumar) a personagem e o que mais diferencia uns dos outros é a temática: inverno, verão, 15 anos, princesas, Barbie indiana, entre outros. Um exemplo de tal modalidade é o jogo intitulado *Colegiais líderes de torcida* (Fonte: *Colegiais Líderes de Torcida Jogos de Meninas*). Embora este hábito não seja comum nas escolas brasileiras, o referido jogo enfatiza na sua descrição, a necessidade de estar bem vestida para ser considerada bonita, simpática, agradável.

Renata, Priscila e Ana são as mais belas líderes de torcida da escola e hoje vai ter campeonato. Elas deverão estar bem vestidas para animar o pessoal e fazer com que ganhem. No final elas poderão ficar em primeiro, segundo ou terceiro lugar como as mais bonitas.

Trata-se, portanto, de uma representação muito difundida para o gênero feminino, onde moda e beleza são indissociáveis.

Entre hortaliças, folhagens e flores: Os jogos de habilidades

Tal categoria voltada para as meninas pode ser exemplificada com os seguintes jogos: *“meu lindo jardim”*, *“jogo do beijo”*, *“fazendo bolo de crianças”* e *“garçonete ou sorveteira”*.

No jogo *“meu lindo jardim”* a menina deverá cuidar de um *“lindo jardim*, plantando hortaliças, plantas, folhagens, flores e outros tipos de plantas no vaso. Basta selecionar o tipo de planta desejado colocando a semente no vaso, em seguida o adubo e depois a água”. As atividades propostas para as meninas são extremamente fáceis e as colocam no âmbito do doméstico e do estético, como se naturalmente as mulheres fossem mais habilidosas com tais atividades.

Já no *“jogo do beijo”* a moça deverá beijar o rapaz o máximo de vezes possível, sem que possam ser vistos. Ela também deve ajudá-lo a fazer atividades físicas para ficar com um corpo sarado! Neste jogo observamos uma tendência encontrada em jogos similares, em que é preciso driblar os adultos, premiando assim o comportamento de dissimulação das crianças (pois quanto mais ela dissimula, mais ela pontua no jogo), bem como a ideia de que cabe à mulher auxiliar o homem nas suas atividades mais triviais, cabendo-lhe apenas contemplá-lo (e auxiliá-lo) nas suas tarefas de lazer.

No *“fazendo bolo de crianças”* temos a seguinte descrição:

Faça um lindo bolo decorado para alegrar a festa do dia das crianças que terá na creche onde trabalha. As crianças dão trabalho, mas elas são tão lindas que vale recompensar com um delicioso bolo feito por você. Vá usando a sua imaginação e também os itens decorativos para fazer um lindo bolo decorado e saboroso.

Interessante observar que uma das opções para a decoração do bolo é a imagem de vários corações, associando o feminino ao romantismo (FELIPE, 2007a).

Tal associação está presente em inúmeros artefatos culturais, em especial nos livros infantis, onde os corações são colocados sempre ao lado das mulheres ou meninas, reforçando assim a ideia de que elas são naturalmente mais românticas, amorosas, compreensivas e todos os demais atributos daí advindos. Nas relações amorosas, por exemplo, é possível observar uma forte idealização não só do sentimento amoroso, como também da própria relação afetiva (caso o amor seja correspondido, resultando assim na concretude da relação). Tal idealização se expressa através da ideia de intensidade do sentimento amoroso, afinal tem-se a ilusão de que ninguém amará o outro do jeito que amamos. Também as ilusões de completude (o outro como metade de nós, como encaixe perfeito), de entrega (faz-se qualquer sacrifício por um grande amor) e de eternidade (em que se trabalha com a ilusão de que as relações amorosas devem durar para sempre) são características marcantes do amor romântico. É possível observar o quanto os livros infantis e as novelas são pródigos na divulgação de tais representações!

Dos quatro jogos examinados dentro da categoria habilidade, o jogo *“Garçonete ou sorveteira”* parece ser o único que requer rapidez de raciocínio e agilidade, pois a jogadora deve realizar todos os pedidos feitos no local (restaurante, sorveteria, entre outros) o mais rápido possível, para não perder a clientela. Os demais, dois deles, remetem ao âmbito doméstico (comprar um jardim e fazer um bolo) e um jogo transita pelo campo do erotismo associado à heterossexualidade.

Sobre a erotização dos corpos infantis

O avanço acelerado das tecnologias têm nos proporcionado muitos benefícios, exercendo sobre nós, adultos, jovens e crianças, um grande fascínio, na medida em que possibilita um amplo acesso à informação dos mais diferentes níveis e temas, além de entretenimento e novas modalidades de relacionamento. No entanto, tais avanços e suas múltiplas possibilidades têm gerado inúmeros debates e preocupação, em especial quando se trata do acesso das crianças à rede, merecendo, portanto, uma maior atenção por parte dos usuários, autoridades, governos, famílias e educadores/es. Estamos todos aprendendo a lidar com essas tecnologias e por isso mesmo, devemos considerar seriamente o que estamos querendo dizer quando criamos e divulgamos amplamente determinados artefatos culturais, contendo determinadas imagens, concepções de mundo, de corpo, de relacionamento, de ética, etc. Não se trata aqui de reafirmar um certo pânico moral, como comentei

anteriormente, mas problematizar quais são os limites e possibilidades quando se trata de crianças. Kellner (1995) e Walkerdine (1999) já nos apontavam o quanto precisamos estar atentos/as ao fato de que as imagens não são neutras, pois elas produzem significados e hierarquias, estabelecendo e reforçando relações de poder extremamente desiguais. Neste sentido, a cultura visual propõe uma discussão sobre os espaços de interação que se constituem entre aquilo que vemos, observamos e em que medida o que observamos nos afeta, nos constitui como sujeitos (MIRSOEFF, 2003; HERNÁNDEZ, 2007; CUNHA, 2010). Estudiosos/a da Cultura Visual mostram ainda que, nas sociedades ocidentais contemporâneas tem se dado grande relevância aos artefatos culturais que nos são apresentados diariamente e ao significado que os sujeitos dão a eles. As imagens não são inocentes, mas expressam as representações de uma sociedade ou de um determinado grupo, em determinado contexto histórico e social. Através dos artefatos culturais as crianças vão formando ideias e conceitos sobre o mundo a sua volta. Ao analisar os jogos para crianças disponibilizados nos sites, nos deparamos com uma excessiva exposição dos corpos e da sexualidade, incrementadas por uma indisfarçável desigualdade de gênero, onde as mulheres são visibilizadas de forma discriminatória. No Brasil, as propagandas, os programas de TV (novelas, humorísticos, etc), os sites de jogos infantis seguem reproduzindo concepções preconceitadas não só em relação às identidades de gênero, mas também em relação às identidades sexuais. Parece que a responsabilidade fica a cargo apenas das famílias, que devem conversar com seus filhos, alertando sobre determinados sites considerados inapropriados para a faixa etária. Ao colocar a responsabilidade dessa tarefa apenas no âmbito doméstico, cabendo geralmente à mãe a tarefa de conversar, despolitiza-se o tema, pois esta é uma discussão que as políticas públicas devem abraçar, além dos diversos segmentos da sociedade civil (imprensa, canais de TV, agências de publicidade, justiça, etc). Neste sentido, a escola tem um papel importante de promover a discussão crítica dos temas que envolvem tais questões (FELIPE, 2009). A formação docente, inicial e continuada, nos seus mais diferentes níveis de atuação, poderá contribuir de forma significativa para a ampliação deste debate.

Referências

- BUJES, Maria Isabel E. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BUCKINGHAM, David. *Crece em la era de los medios electrónicos – tras la muerte de la infancia*.

Madrid: Ediciones Morata, 2002.

CORAZZA, Sandra. *Infância & educação. Era uma vez... quer que conte outra vez?* Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. As infâncias nas tramas da cultura visual. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (Org.). *Cultura visual e infância: quando as imagens invadem a escola...* Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 131-161.

DIONÍSIO, Ana Carolina. O imaginário infantil e as mídias: um estudo das representações de gênero em websites de entretenimento para crianças. In: GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, Monica (Org.). *Práticas culturais e consumo de mídias entre crianças*. Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 2009. p. 99-116.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 201-223, 2006.

_____. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula et al. (Org.). *Corpo, gênero, sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007a. p. 31-45.

_____. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 1, p. 251-263, 2007b.

_____. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. In: XAVIER FILHA, Constantina. (Org.). *Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual*. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2009. v. 1, p. 45-55.

_____. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 53-65.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da Escola infantil. In: DINIZ, Rogério Junqueira. (Org.). *Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: Ministério da Educação; UNESCO, 2009. v. 1, p. 141-157.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 119-132, set./dez. 2003.

GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, Monica (Org.). *Práticas culturais e consumo de mídias entre crianças*. Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 2009.

GUIZZO, Bianca. *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. *Representações e práticas de embelezamento na educação infantil: uma abordagem na perspectiva de gênero*. 2011. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HERNÁNDEZ, Fernando. *Catadores da cultura visual*: proposta para uma nova narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KELLNER, Douglas. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Alienígenas na sala de aula*: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 106-129.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIRSOEFF, Nicholas. *Una introducción a la cultura visual*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2003.

NUNES, Maria do Rosário. *O corpo-produto de crianças e adolescentes na era dos direitos no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PRESTES, Liliane Madruga. *Infâncias, cibercultura e pedofilização*: o que se ensina e o que se aprende no ambiente virtual. Proposta de tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Descobrir o corpo: uma história sem fim. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 49-58, jul./dez. 2000.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 75-88, jul/dez. 1999.

Sites consultados

COLEGIAIS líderes de torcida. In: JOGUINHOS DE MENINA.COM. Disponível em: <<http://www.joguinhosdemenina.com/jogos-de-meninas/colegiais-lideres-torcida#ixzz1gvqhY92b>>. Acesso em: 27 set. 2011.

FAZENDO bolo de criança. In: JOGUINHOS DE MENINA.COM. Disponível em: <<http://www.joguinhosdemenina.com/jogos-de-meninas/fazendo-bolo-crianca>>. Acesso em: 27 set. 2011.

JOGOS eróticos seduzem crianças. 2 ago. 2011. In: ESTADÃO.COM.BR. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/jogos-eroticos-seduzem-criancas/>>. Acesso em: 26 set. 2011.

MEU lindo jardim. In: JOGUINHOS DE MENINA.COM. Disponível em: <<http://www.joguinhosdemenina.com/jogos-de-meninas/meu-lindo-jardim>>. Acesso em: 27 set. 2011.

REVISTA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=11183>>. Acesso em: 26 set. 2011.

As Fronteiras: lugares móveis, de deslocamento dos sujeitos diferenciados Rompendo os limites, buscando o não hegemônico

Lidia Maria Vianna Possas

O objetivo do texto é partir de situações do cotidiano, no caso da vida urbana de uma cidade do Oeste paulista envolvendo trajetórias femininas, reconhecendo a necessidade de desnaturalizar os papéis e as práticas sociais que acabam por reforçar os estereótipos que geram condições de exclusão. Através do faro do historiador em seu ofício, preocupo-me em retomar as fontes documentais jornalísticas, no caso jornais e revistas que circulavam em Bauru na 1ª metade do séc. XX, para desvelar as permanências que passam despercebidas e silenciadas .

No meu trabalho de pesquisa sobre as cidades paulistas e o avanço da modernidade no sertão, engendrada pela expansão cafeeira e a ferrovia procurei superar aquela visão do “progresso desencantado” (DIEHL, 2002) e demonstrar a pluralidade de protagonismos e as subjetividades assumidas ao observar os fragmentos de vidas, as minúcias de histórias de mulheres em uma determinada realidade concreta. E nesse caso a cidade foi (re) explorada⁴⁵.

Para tanto gostaria de iniciar com algumas reflexões sobre a ideia de *fronteira*, para compreender como as mulheres, em temporalidades em espaços diversos vivenciam movimentos de busca de si, de consciência do eu, ora silenciando ora agindo dando origem a deslocamentos pessoais, identitários para outras performances inimagináveis em determinada realidade.

Procuro seguir o rastro de Natalie Davis em sua obra *Nas Margens. Três mulheres do século XVII* (1997), na qual soube vislumbrar a existência de experiências reveladoras de vida e de transformações, observando três personalidades femininas na periferia dos centros políticos de uma Europa nos primórdios dos tempos modernos. A autora captou em um campo comum vidas distintas de mulheres de segmentos sociais variados que souberam reinventar as hierarquias e as normas estabelecidas, sendo capazes de ultrapassar os limites de modelos e dos padrões determinados. “Procurei ver as vantagens que tiveram por se situarem nas margens.” (1997, p. 13). Mesmo reconhecendo que elas herdaram as tradições de uma sociedade aristocrática, patriarcal que impunham funções e comportamentos delineados

45 Trata-se da pesquisa de doutorado sobre a inserção das mulheres no âmbito das ferrovias, no caso Estrada de Ferro Noroeste do Brasil/ NOB na cidade de Bauru (1910-1945). (POSSAS, 2000).

por projetos políticos externos à sua vontade, foi possível revelar com clareza o que estava em jogo para ambos os sexos. Estavam inseridas em relações de força no âmbito da sociedade europeia, no entanto foi no uso das funções, como a maternidade, o celibato como exigência religiosa e o trânsito preferencial na economia doméstica que elas se apropriaram dos substratos de poder possíveis, de saberes outros, para nas brechas conduzir com mediação e conciliação processos pelos quais transformaram, adicionaram e transmitiram possibilidades outras de existências.

Portanto penso ser possível uma reapropriação da ideia de *fronteira*⁴⁶ dilatando o significado semântico nela contido para diante da historicidade dada, observar as relações de gênero e a prática da *viuvez*, observando como as determinações sexistas vigentes conciliaram e vivenciaram as subjetividades de homens e mulheres em um exercício de trocas e de escolhas em um processo de construção das identidades.

Fundamento minhas reflexões no entendimento e na relevância do papel da cultura (BHABA, 1998)⁴⁷, pelo qual vejo ser possível dilatar o significado da palavra “fronteiras” para novas possibilidades de interpretação, relacionando diretamente aos sujeitos que absorvendo instancias do local e global, o individual e o nacional, da cultura e da natureza tecem novas relações, improvisam inserções e forçam protagonismos. Portanto as palavras e as ideias nelas contidas devem ser (re)colocadas a todo o momento em contraste permitindo (re)significar sentidos e observar aproximações de modo a romper com visões de homogeneidade e de imutabilidade dos papéis sociais. É como *viver nas fronteiras*, onde é possível engendrar constantes processos de construção diante da presença de experiências culturais difusas, híbridas dos sujeitos e onde torna-se possível conciliar para avançar tendo em vista as novas identidades que afloram, as singularidades que distinguem os indivíduos que convivem com diversas relações de autoridade, seja aquelas de sutis ingerências e inserções como as de monopólio pela força, pela violência (SAID, 1995)⁴⁸.

46 Na conjuntura contemporânea, as fronteiras entraram no debate devido a história das migrações, dos fluxos de pessoas que foi significativamente alterada diante dos propósitos, das condições do ambiente receptor como os desafios colocados. Daí denominar-se que vivemos na era da mobilidade. Ver PAPADEMETRIOU, 2004.

47 Trata-se de um olhar diaspórico que parte sempre da fronteira, como sendo este um lugar privilegiado, se levarmos em consideração as palavras de Homi Bhabha (1998, p. 24): “A fronteira é um lugar do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimular ao da articulação ambulante, ambivalente”, significando que quem vê a partir da fronteira pode reconhecer e aceitar melhor o novo.

48 O autor de *Cultura e imperialismo* analisa como um representante da cultura oriental como se dá o processo de construção da identidade, o “self fashioning”, a partir de um conjunto de experiências culturais difusas e de relações de autoridade vivenciadas no que ele chama dos limítrofe das fronteiras.

Reconheço também que a conjuntura atual incentiva retomar a ideia de fronteiras e migrações e mobilidade, aproveitando das efervescências suscitadas pela história do tempo presente e das novas reflexões constituintes de uma historiografia contemporânea preocupada em entender como o local da cultura produz novas relações políticas a partir dos enfrentamentos que a cada momento projetam perspectivas outras e rumos para as *colonizadas*⁴⁹ diante das resistências e dos movimentos democráticos que tiveram início a partir das conjunturas de descolonização (anos 70-80, do século XX) e que, no século XXI, ocupam o cenário e a pauta de decisões no plano internacional exigindo alternativas que aproximem culturas díspares. O ponto de vista do colonizador, seu protagonismo sempre foram privilegiados não só na formulação de alternativas políticas viáveis para as jovens nações como os critérios na definição das fronteiras. Assim, foram levados em consideração parâmetros e limites definidos por convenções de uma cultura política não autóctone, mais alienígena que excluiu as tradições populares, vista como permanência de um “tribalismo” que precisava ser superado por fórmulas modernizadoras. Desta maneira, a “descolonização” de regiões na África e na Ásia, por exemplo, colocaram em oposição o “novo” e o “arcaico”, a modernidade e a tradição local. Esta última representada pela religião, pela presença do mito, do irracional que como vozes dissonantes e de resistência foram, como ainda permanecem, sendo as razões de conflitos étnicos, raciais e de fronteiras que eclodem nos dias atuais.

Assim as fronteiras definidas e respeitadas como o estabelecimento de limites, de delimitação de zonas de conflito assumem outra dimensão diante das possibilidades de novas perspectivas de análise, onde o local e o global se imbricam, surgindo o que um novo feminismo denomina de “glocal”⁵⁰.

É nesse contexto e aproveitando os debates existentes sobre a crise dos para-

49 Como ponto de partida utilizo nesse caso as análises elaboradas frente os processos de colonização e descolonização dos séculos XIX e XX inseridos na trajetória do capitalismo associada às lutas nacionalistas e ideológicas que permearam as lutas pós-coloniais e a criação dos países africanos e asiáticos (CANEDO, 1985).

50 Na cidade de Seul foi realizado em 22/04/2009, um encontro de mulheres feministas de várias partes do mundo que adotaram a ideia de um ativismo “glocal”, neologismo nascido da contração entre global e local, para criar pontes entre cidadãs da América Latina, África e Ásia. Cerca de 30 ativistas dessas três regiões se reuniram em um painel intensivo de debates, seguido de um fórum público anunciando a criação da Rede de Ativismo Glocal (NGA) e a Escola de Feminismo. A rede começará com cinco pontos “glociais”, na China, Coréia do Sul, México e África do Sul. Jiyoung Lee An, da IPS- Agencia Inter Press Service em 23/04/2009. Disponível em: <<http://blogoleone.blogspot.com/2009/04/mulheres-nem-global-nem-local-glocal.html>>. Acesso em: jan. 2010.

digmas que pretendo direcionar minhas reflexões para observar como comportamentos femininos, de um passado próximo, engendraram mudanças, questionaram identidades impostas ao viverem e transgredirem justamente os limites, as zonas fronteiriças que lhes foram colocadas a viver pelos papéis tradicionais e normativos.

Como historiadora da cultura que questiona paradigmas e categorias universalistas invisto na perspectiva de um “olhar fronteiriço”, atento as sutis mudanças, as modificações na vida dos sujeitos, muitas vezes imperceptíveis por viverem justamente no “lugar de fronteira”, onde as possibilidades de outros discursos são minimizadas.

Nesse sentido, tomo como recomendação partir de uma abordagem de história que a todo momento reconstrói o vivido; que procura como tarefa de ofício do historiador rever constantemente os conceitos e as categorias de análise vivenciados em outras realidades e temporalidades com ênfase nas experiências cotidianas vividas pelos indivíduos de modo a contemplar as inúmeras possibilidades de reinvenção da vida a partir dos encontros e desencontros entre o “eu” e o “outro” que permitem ultrapassar a construção dos estereótipos que afetam homens e mulheres diante de processos múltiplos de estranhamento e de reinvenção de identidades.

Para tanto, me aproximo de Linda Hutcheon (1991), feminista canadense que se coloca incrédula diante dos costumes estéticos e sociais que dominam as relações entre os gêneros. Tanto os feminismos com o pós-modernismo trabalham para compreender os modos dominantes de representação, sendo que os feminismos pressionam o pós-modernismo a reconsiderar os desafios anti-metanarrativos para o universal humanista, em termos de gênero.

Persistir na existência de visão linear do processo histórico que carrega tudo e todos em uma mesma direção para a construção de um novo milênio em um concerto global é manter a “razão indolente”, como criticou Boaventura de Souza Santos, é sustentar as formas acomodadas de pensamento⁵¹. Reconheço como o autor, ser impossível criar uma “teoria geral” que dê conta da diversidade do mundo. Nesse momento, comungo de suas reflexões aceitando que é necessário buscar processos de “tradução” entre diferentes sistemas e culturas que busquem a construção de outro mundo possível, sabendo entender e conciliar diferentes

51 O sociólogo Boaventura Souza Santos (2003), tem enfatizado a necessidade de uma mudança de olhar dos intelectuais, que ainda reproduzem modelos conceituais atrelados aos lugares do discurso originados no hemisfério norte. As formas de pensar, os conceitos e as categorias elaborados em outros tempos e com perspectivas lineares de desenvolvimento para as sociedades, típicas dos iluministas do século XIX, ainda permanecem. Daí a sua crítica a tudo isso, que chamou de “racionalidade indolente” e propondo que novos lugares sejam contemplados na produção de conhecimento.

lutas de oprimidos, sejam dos trabalhadores, sejam de questões de gênero, étnicas ou religiosas tendo em vista a emancipação social concreta.

E foi justamente relacionando essas leituras e suas contribuições críticas que tomei como objeto o estado civil de viuvez enfatizando a riqueza das experiências cotidianas vividas por mulheres que em experiências distintas esboçaram descobertas de si, de acomodações em diferentes grupos sociais e culturais e das relações de gênero.

Ao me debruçar sobre o estudo das *urbes* do oeste paulista, em uma região conhecida por “boca do sertão”, a “última fronteira para a civilização”, evidenciei certas as especificidades através da “história dos lugares” e da construção das relações de gênero⁵². E em uma releitura, mais recente me detive em mulheres na condição de viuvez⁵³, no início do século XX, e de como eram alvo de discursos normativos e disciplinadores que reforçavam as ideias de “desamparo”, de “abandono”, de solidão⁵⁴ e de recolhimento ao privado.

Esse meu interesse foi aguçado também diante do silêncio que o tema assumia na escrita da história, apesar de identificá-la como uma prática social, um estado civil decorrente da morte de um dos cônjuges. Mas sem se deter a um estudo mais aprofundado visando captar a historicidade, os significados e as possibilidades de mudanças comportamentais vivenciadas.

Essa escolha, aproximação e interesse de análise estão certamente relacionadas também ao me encontrar vivenciando concretamente a situação de uma viuvez recente, tendo que enfrentar situações e representações que julgava superadas diante do processo de modernização e da garantia de direitos e de acesso das mulheres às distintas instâncias do público e da revisão das funções no espaço privado. Além disso, essa atitude veio confirmar uma crítica sobre a discussão entre os historiadores: como as subjetividades interferem na produção do conhecimento científico.

Tomar a viuvez como objeto de pesquisa me permitiu realizar uma

52 Desde o doutorado (1999) venho analisando essas especificidades da inserção feminina no espaço público e nas cidades recém fundadas do Oeste Paulista. Ver Possas (2000). Posteriormente ampliei o foco para a região noroeste, resultando em um artigo intitulado “Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re) leitura do cotidiano”. *Esboços* (UFSC), v. 17, p. 57-73, 2007. Mais recentemente elaborei *As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar*, 2008b.

53 Nesse caso, o conceito de “viuvez” é entendido a partir da morte de um dos cônjuges em uniões consolidadas pela instituição do casamento jurídico, principalmente e não provocada por situações de desaparecimento, como pode-se observar durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1983).

54 O trabalho recente de Peixoto (1997) reinveste na “viuvez como sinônimo de solidão” na sociedade atual.

ampla revisão historiográfica, que é silenciosa diante desse tema, e, assim, “desnaturalizar” um estado civil carregado de estigmas e estereótipos presentes nos ditos populares, como “a viúva é barco sem leme”, “viúva honrada, porta fechada”, “dor de viúva dura pouco” e a mais comum, a “viúva alegre”, que permanecem no imaginário social como arcabouços de um capital simbólico de difícil alteração.

Na documentação rastreada sobre as cidades paulistas, identifiquei casos instigantes de viúvas que mereciam ter outro tratamento analítico, de modo a captar a dinâmica da construção das relações de gênero e de como cada uma delas foi capaz de provocar deslocamentos para novas subjetividades. Mesmo vivendo em diferentes temporalidades no processo de modernização com as Frentes Pioneiras⁵⁵, que avançaram ao sertão inóspito pressionadas pela economia cafeeira e as ferrovias, elas se distinguiram.

Identifiquei, no período analisado, de 1910 a 1945, distintas situações de viuvez, principalmente a feminina: ora a mulher ocupando o lugar do esposo à frente dos negócios e das fazendas, com significativa mudança de funções e representações tanto no âmbito familiar como no espaço público; ora permanecendo como a “desamparada”, sendo, até mesmo, alvo de práticas de proteção que as incluíram no proselitismo de partidos políticos em eleições locais, muitas vezes conturbados por atos de violência nos quais ocorriam mortes e suicídios captados nos jornais da região⁵⁶.

Em uma perspectiva atenta ahistoricidade dos processos e experiências vivenciadas concretamente tomei a tarefa de perceber as tensões e os conflitos existentes que me possibilitaram debater e reformular o conceito de “enviuvamento”, associado a formas de **“empoderamento” feminino e de “gênero” bem com as diferenciações de representações simbólicas construídas.**

Com isso foi possível rever as representações da viuvez feminina superando as construções definidas pelo discurso jurídico, papéis sociais decorrentes das regras e trivialidades do luto e dos estereótipos carregados de ironia e humor.

55 Essa denominação refere-se ao processo de expansão e povoamento para o oeste do Estado Paulista, no período de 1880-1914, devido à implementação da economia agro-exportadora cafeeira. Ver Possas (2008b), *Analisando os processos de construção das fronteiras Oeste Paulista com a ocupação dos sertões, fundando cidades e (re) fazendo a história do lugar.*

56 Ver uma outra análise no artigo “Mulheres e viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis”, no qual analisei fragmentos de jornais de Bauri (1910 e 1934). (POSSAS, 2008a). Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST7/Lidia_M_V_Possas_07.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

Fragmentos documentais do jornal *Comércio de Bauru* (1915)⁵⁷ e da revista *Ouro Verde* (1934)⁵⁸ possibilitaram observar o cotidiano de uma cidade localizada nas franjas do Oeste Paulista. Como Davis (1997), tomei a condição de casos de “viuvez súbita” vivenciada por duas mulheres em distintas temporalidades e conjunturas da sociedade republicana brasileira na primeira metade do século XX, procurando perceber a partir daquelas fontes as “performance” assumidas por cada uma bem como o uso do seu *novo* estado civil diante dos significados sociais existentes .

E a imprensa local com seu faro jornalístico seletivo e interpretativo do real, desempenhou papel importante na construção da história e do cotidiano desta regionalidade noroestina onde a ferrovia – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, NOB, criada em 1906. Colaborou para fazer parte dos espetáculos de signos e emblemas montados pelas elites oligárquicas que tudo justificavam em nome do progresso. O trabalho com jornais é extremamente rico pela possibilidade de observar as tramas do cotidiano, as multiplicidades de sujeitos bem com as temporalidades que se chocam evidenciando os conflitos que do privado se publicizam .

O primeiro caso de viuvez foi motivada por uma causalidade trágica devido ao suicídio do cônjuge: “Suicidou-se ontem por volta das 10 horas com dois tiros de revolver no ouvido, o Sr. João Dalla Rú, proprietário da fábrica de cerveja Aurora, no Largo da Aparecida: o suicida deixa viúva a exma. sra. D. Maria Dalla Rú e cinco filhos menores.” (O COMERCIO DE BAURU, 28 mar. 1915, n. 7, p. 2).

O Sr. Dalla Rú era um desses pequenos comerciantes que motivado pela possibilidade de enriquecimento viera residir com a família em Bauru, cidade em franco processo de urbanização devido à penetração do café da presença das ferrovias. Diante do crescimento econômico e populacional da região resolveu investir no ramo de bebidas e para tanto tomou empréstimos a um agiota local para instalar uma pequena fábrica de cerveja, a primeira da cidade. Tem-se a impressão que os negócios não foram tão bem, pois o suicídio teria como explicação a sua difícil situação financeira, hipótese reforçada principalmente pelos dados publicados no jornal *O Comércio de Bauru*, onde se lê a seguinte notícia:

57 Esse Jornal circulou na cidade de Bauru e Região na primeira década do sec. XX e sua linha editorial investia nos princípios republicanos conservadores da oligarquia cafeeira (POSSAS, 1993).

58 A revista *Ouro Verde* foi lançada em junho de 1931, pelo agrimensor da NOB, Dr. Luiz Soares de Gouveia Horta que também era membro da Ação Integralista Brasileira / AIB tendo ampla penetração nos núcleos da AIB da região e circulou até meados dos anos 60.

Subscrição para o enterro do finado João Della Ru

Despesas com Enterro - "João Della Rú"

Empresa Funerária	100\$000
diversas despesas	9\$000
entregue a viúva	28\$000
angariado por Luiz Ferrari	60\$000
Fortunato Resta	77\$000
Total:	137\$000

A família do extinto agradece a todos que coadjuvaram. (O COMERCIO DE BAURU, 11 jul. 1915, p. 3).

Notícias relacionadas ao suicídio de João Della Ru não desapareceram das páginas da imprensa local. Dias depois da subscrição e agradecimentos público da família aos benfeitores, na pessoa de Luis Ferrari, deparamos com a publicação do bilhete elaborado pelo suicida à sua viúva, onde expunha a justificativa do seu ato:

Querida Maria, eu vejo que não estou bem nesta terra, quero morrer. Sinto deixar-te, porém é necessário. Quando a gente morre não dá mais peso na terra. A vida não é nada neste mundo.

As nossas filhas são grandes e boas, elas te ajudaram.

O Orlando te dará de comer até que venhas reunir-te comigo.

Peço-te perdão, desculpem-me, mas este passo que dou é necessário. Tu sabes qual é o motivo M.S. Finalmente te saúdo e desculpa-me se te fiz mal neste mundo.

Se o morrer é bonito como dizem verás daqui a pouco.

Beija a todas as filhas, saúda vovó e Bepi [...]

Teu João (O COMÉRCIO DE BAURU, 18 jul. 1915, p. 3).

A divulgação de um documento de natureza privada e pessoal assumindo um caráter de assunto público gera "o estranhamento" que se desdobra em outros questionamentos, uma vez que a iniciativa de publicação do bilhete partiu da própria viúva, mulher agora só, com as filhas, e em situação financeira difícil, dependendo do auxílio de outras pessoas. Que motivos sustentariam sua conduta? Deveriam existir mais não foram explicitados naquele momento, somente, quando dias depois a viúva Dalla Rú envia à redação do jornal bauruense uma outra solicitação:

Sinto muito ter de voltar a pedir-vos mais uma vez hospitalidade das colunas do vosso conceituado Jornal, mas a defesa da honra da minha infeliz família o exige.

Com a carta que mandei publicar nesta mesma seção no número de domingo p/p. julguei que o público ficasse ciente da nossa inocência, mas pelo contrário, chegou ao meu conhecimento notícias que as iniciais M.S. foi motivo para mover os mal intencionados a trazerem suposição que tem corrido a tornar mais crítica a minha situação e de uma família desolada.

Estando mais do que convencida de que o meu saudoso esposo na sua última carta que me dirigiu antes de por termo a sua existência a qual tiveste a bondade de publicar, com as iniciais M.S. quis aludir do seu desapiedado perseguidor Manoel Sandim o que venho por meio deste fazer público [...] (O COMERCIO DE BAURU, 1 ago. 1915, p. 3).

Toda sorte de suspeitas, incluindo a de “adultério”, deve ter motivado esse comportamento da viúva, que apesar de estar envolvida por sentimentos de luto enfrentou a exposição pública para justificar a atitude do seu marido e principalmente como uma forma de defesa. Sai do seu anonimato para resguardar à família e as filhas. Ela não admitiu ser alvo de dúvidas quanto à sua conduta moral. Ao tirar à vida o cônjuge a colocou em situação de “inquirições” por parte da sociedade bauruense.

A viuvez não é apenas um “estado de ser” representado pela situação de perda do cônjuge, mais na realidade esboça, principalmente para as mulheres questionamentos exigindo explicações e vivências de comportamentos herdados e muitos vezes estereotipados.

A morte de Dalla Rú foi motivada por questões de negócios mal sucedidos e agiotagem que acabou por fazê-lo perder a cervejaria. O personagem MS era Manoel Sandim, vulto com reconhecida atuação na sociedade bauruense, conforme observado pelo memorialista local:

[...] um verdadeiro eclético procurando sempre um sistema melhor, um ramo diferente, dos quais pudesse apurar maior renda. Assim é que instalou e manteve pequenas indústrias tais como: fábrica de estofados, colchões de capim, travesseiros e alguns móveis e proprietário de uma panificadora; adquiriu imóveis na cidade e um terreno à margem do rio Bauru descobrindo aí uma mina d’água potável que não demorou a explorar com a denominação de “Água de Santa Lila”. (PAIVA, 1977, p. 238-239).

Manoel Sandim representou um desses migrantes que tiveram sucesso com investimentos na região e também por práticas de agiotagem. Logo depois do suicídio de seu devedor, segundo Paiva, foi possível vê-lo como um empresário expressivo: “montou e fabricou a primeira cerveja e refrigerante no chamado sertão paulista, cuja fábrica denominava-se “Cervejaria Aurora”, ou seja, aquela cervejaria concebida pelo João Dalla Rú, que agora passou para um outro dono.

O outro caso que ganhou as páginas da imprensa local foi o da viúva de Nicola Rosica, considerado “o primeiro mártir do integralismo”, assassinado em um comício público em 3 de outubro de 1934, no centro da cidade de Bauru⁵⁹. O fato ganhou grande repercussão nacional devido a conjuntura de redemocratização do país após a homologação da Constituição de 1934, que projetava as primeiras eleições após o conturbado período da revolução de 30 e de 1932, em São Paulo.

A *viúva de Nicola Rosica*, um servente da Estrada de Ferro da Noroeste, com parcos rendimentos mensais, conforme se observa em sua folha de serviço, foi transformada de um dia para outro, em uma vítima do “avanço dos comunistas no país”. Mulher só e com dois filhos passou a representar aquela viuvez feminina típica do “desamparo”, e sua imagem sempre de preto acompanhada pelos filhos foi veiculada na imprensa local como propaganda contra os comunistas, com os seguintes dizeres: “Viúva e filhos de Nicola Rosica, primeiro mártir do movimento Integralista”. Como viúva de um mártir da AIB (Ação Integralista Brasileira) ocupou por algum tempo as páginas de revistas integralistas, como a *Ouro Verde*. Esse episódio ficou no imaginário coletivo da cidade como o “o trágico 3 de outubro de 1934, após o tiroteio ocorrido em uma das ruas mais movimentadas de Bauru.

Nesse caso a *viuvez* foi transformada em discurso e instrumento político de uma agremiação partidária, sendo que a mulher, a viúva Rosica em momento algum falou, ou ouvimos a sua voz. Ela era representada como uma mulher de luto, figura silenciosa acompanhada dos filhos e tendo a promessa pública de Plínio Salgado que seria sustentada pela AIB, o que de fato não correu.

Produto de suicídio e assassinato, o estado da viuvez feminina foi reapropriado e utilizado com desdobramentos distintos no âmbito do público. As “viúvas”

59 Nicola Rosica foi vítima de um tiro, durante uma passeata dos integralistas na cidade, tendo a participação de Plínio Salgado e correligionários de várias cidades vizinhas. O estudo desse episódio foi trabalho em minha dissertação de mestrado (POSSAS, 1993), a partir da análise de distintas fontes (inquéritos policial, jornais e revistas, boatos e relatos de memórias) procurando recuperar as versões desse acontecimento que durante muitos anos foi comemorado na cidade de Bauru.

romperam o privado ganhando publicização: uma defendendo a sua integridade moral e a outra, arrastada pela conjuntura política dos anos 30, passou a ser utilizada politicamente, transformado em ato simbólico tendo em vista modos e hierarquias que acabam por reforçar as diferenças de gênero. Desta maneira a insinuação de adultério da primeira e a condição de fragilidade, dependência e de vítima da segunda levaram essas mulheres a comportamentos distintos: Maria Dalla Rú de rebeldia e de resistência enquanto a “viúva de Nicola Rosica, que não era identificada nem pelo seu nome, expressando a submissão de uma condição civil.

Em ambos os casos a *viuvez*, principalmente feminina deu-se no âmbito urbano nos possibilitando observar mulheres que reconsideraram suas funções domésticas e deslocaram-se para outros espaços jamais vivenciados, embora também ressaltamos as permanências.

Em minha atual pesquisa, que tem como foco a “*viuvez compulsória*” originária nos *anos de chumbo* das ditaduras militares latino-americanas, mais precisamente no Brasil e na Argentina, no período de repressão entre as décadas de 70-80. Naquele cenário, então novo, dos nos 70, nas cidades brasileiras observo que existem questões por desvelar, as quais listo a seguir: Por que o estado da *viuvez* não foi contemplado nas imagens simbólicas das lutas das mulheres contra a ditadura, como observamos na presença e na ação das mães, avós, irmãs e filhas? O “**familismo**” e o “**maternalismo**” foram os critérios e fundamentos de legitimidade da palavra pública, mais especificamente no caso da Argentina pós-ditatorial, conforme ressalta Jelin (2001)⁶⁰. Tanto os militares como o movimento de direitos humanos fizeram uso da **matriz familiar** como o *locus* dos seus discursos de legitimação e de confrontação política, sendo que as definições familísticas tradicionais dominaram em grande parte as organizações de direitos humanos da época.

A pesquisa em processo caminha com os levantamentos ainda em fase preliminar descortinando situações ímpares de mulheres em deslocamentos de si e novas identidades frente às situações adversas que os regimes autoritários tanto no Brasil, como na Argentina criaram. Para tanto retomei os jornais brasileiros de maior circulação, na cidade de São Paulo, como a Folha e o Estado de São Paulo no período de 60 à 80. No entanto estou atenta às notícias que circulam desde 2001, nos referidos jornais, devido as constantes solicitações de viúvas por indenizações.

⁶⁰ Jelin (2001) em seu trabalho com as mulheres da Praça de Maio, durante a ditadura na Argentina evidenciou o quanto as viúvas tiveram intensa participação, sem no entanto assumir a liderança de nenhum dos movimentos como das *Madres, Hermanas e Abuelas*.

As viúvas brasileiras, muitas delas sem ter um passado de militância, organizaram-se em grupos, em movimentos por direitos e cidadania. Representam na atualidade o que denominamos de “novos movimentos sociais” (GOHN, 2010, p. 15) que tiveram início nos anos 80 e que vem assumindo uma nova força social e política como atores na sociedade civil. Esses movimentos sociais estão retornando à cena política e à mídia, cada um com suas demandas e projetos de interesse coletivo. Articulam ações de resistência à exclusão e lutam, em redes de diferentes tipos e utilizam as novas tecnologias de informação. Observo que desde 2002 um número considerável de viúvas buscam a justa indenização junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos⁶¹ que evidencia o quanto enfrentam o contraditório papel e a representação da condição de “viuvez”.

Referências

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, DF, 2007.
- CANEDO, Letícia B. *A descolonização da Ásia e África*. São Paulo: UNICAMP: Atual, 1985.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória identidade e representações*. Bauru: EDUSC, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.

61 Casos e narrativas de mulheres viúvas que iniciaram reivindicações para reabrir os processos visando readquirir os direitos como esposas de seus maridos desaparecidos O tratamento dado a viúvas geralmente é obscurecido por expressões generalizadoras.

O COMÉRCIO DE BAURU. Bauru: [s.n.], 1915.

PAIVA, Carlos Fernandes de. *Complemento às narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a Fundação de Bauru*. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1977. p. 238-239.

PAPADEMETRIOU, Demetrios. In: CONGRESSO IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: DIVERSIDADE, CIDADANIA E INTEGRAÇÃO, 1., 18-19 dez. 2003, Lisboa. *Boletim Informativo*. Lisboa: Migration Policy Institute (MPI): Fundação Luso/ América, 2004. Disponível em: <http://www.acidi.gov.pt/_cf/5281>. Acesso em: 20 jan. 2011.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 148-158, 1997. Dossiê Gênero e Velhice.

POSSAS, Lidia M. Vianna. *O trágico Três de Outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru: EDUSC, 1993.

_____. *Mulheres, trens e trilhos. Modernidade no sertão paulista*. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado (1932-1938). In: GOMES, Angela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1, p. 277-277.

_____. Revendo a história das cidades paulistas: a inserção feminina e a (re) leitura do cotidiano. *Esboços (UFSC)*, Florianópolis, v. 17, p. 57-73, 2007.

_____. Mulheres e viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. In: FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25-28 ago. 2008, Florianópolis. 2008a. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST7/Lidia_M_V_Possas_07.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

_____. As fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar. In: SETUBAL, Maria Alice (Org.). *Terras paulistas: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008b. v. 1, p. 10-186.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

DESAFIOS

Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?⁶²

Leandro Colling

Introdução

Em uma revisão de estudos sobre comunicação e a diversidade sexual e de gênero, identificamos (COLLING et al., [201-]) que muitas pessoas que pesquisam nessa área recorrem aos conhecidos referenciais teóricos dos estudos da comunicação e/ou do jornalismo para produzir os seus trabalhos. Especificamente nas análises sobre a imprensa, algumas utilizam o que se convencionou chamar de “teoria de jornalismo”, a exemplo das reflexões oriundas das pesquisas sobre *agenda-setting* (estabelecimento da agenda, agendamento) e *framing*(enquadramento). Várias também utilizam as diversas vertentes da análise do discurso, semiótica, estudos culturais e pós-coloniais. A maioria ainda usa pouco os estudos específicos sobre

62 Este texto tentará sintetizar algumas das minhas reflexões realizadas no minicurso *Mídia, construção e representação das identidades sexuais e de gênero* que ministrei no I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: olhares plurais para o cotidiano. Essas reflexões são oriundas de meu próprio percurso como pesquisador do campo da comunicação. Iniciei minhas pesquisas (trabalho de conclusão de curso e mestrado) analisando as coberturas da imprensa em períodos eleitorais através de estudos fortemente influenciados pelo funcionalismo americano. No doutorado, fiz um trabalho sobre o “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições no Brasil pós-ditadura, em especial sobre a cobertura da imprensa nos pleitos nacionais. Somente a partir da conclusão da minha dissertação passei a estudar as relações entre comunicação, sexualidades e gêneros, quando encontrei, via Stuart Hall, indicações sobre os estudos *queer*. Comecei então a estudar a obra de Judith Butler, suas principais influências, em especial Foucault, e demais estudos *queer*, a exemplo dos realizados por Beatriz Preciado e Jack Halberstam. De funcionalista passei para pós-estruturalista. Este texto também é fruto dessa mudança. Agradeço a Matheus Santos e aos organizadores desta coletânea pelas dicas a este texto.

sexualidades e gêneros em suas pesquisas e, quando o fazem, recorrem a um conjunto pequeno de títulos⁶³.

Neste trabalho, defenderei que é fundamental que essas análises sobre a imprensa em particular e a mídia em geral contemplem mais as variadas contribuições dos estudos sobre as sexualidades e os gêneros. Caso isso não ocorra, correm o risco de apenas elogiar textos que dão margem para muitas críticas.

Para evidenciar isso, explicarei brevemente o que é *agenda-setting* e *framing* e depois acionarei algumas reflexões centrais dos estudos *queer*. A título de exemplo, analisarei uma parte de uma das edições do programa *Conexão Repórter*, apresentado por Roberto Cabrini, que tratou sobre a violência sofrida pelos homossexuais. O programa foi ao ar no canal SBT no dia 13 de abril de 2011. Ao final, esboço algumas linhas gerais que poderiam nortear a cobertura da imprensa e o trabalho da mídia em geral nos temas relativos à diversidade sexual e de gênero.

O programa de televisão em questão tem a explícita intenção de ser pró-homossexuais. O repórter conseguiu encontrar um grupo que persegue e odeia homossexuais em São Paulo, denuncia o que considera uma onda de violência registrada naquela cidade, conta a história de gays e a difícil aceitação das suas orientações sexuais no ambiente familiar, entrevista pais, mães e irmãos que choram e contam o quão preconceituosos já foram. Pretendo demonstrar que, se analisássemos esse programa apenas através das reflexões dos estudos do agendamento e enquadramento (ou de qualquer vertente das chamadas teorias da comunicação e do jornalismo) dificilmente conseguiríamos perceber que, em alguns aspectos, tanto os homofóbicos quanto os defensores dos gays pensam da mesma forma. Por conta disso e de outras questões, teríamos dificuldades de desconstruir falas que contribuem para a perpetuação dos preconceitos em nossa sociedade.

63 Para realizar o trabalho, pessoas que integram o Cus consultaram os anais de alguns eventos - edições do Fazendo Gênero e dos quatro primeiros congressos da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (Abeh), da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e dos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Foram lidos e comentados 77 textos para a elaboração do artigo, a ser publicado em 2012 em um dossiê na revista *Gênero*.

Agendamento e enquadramento

Os primeiros estudos do *agenda-setting* datam do início da década de 1970⁶⁴. Fortemente influenciados pelo funcionalismo americano, inicialmente, os pesquisadores, em especial McCombs e Shaw (1972)⁶⁵, desejavam descobrir qual era o poder de agendamento da imprensa na população. A pergunta era simples: a imprensa tem o poder de agendar as nossas conversas, as nossas preocupações particulares e públicas? Para tentar encontrar essas respostas, os pesquisadores acompanhavam o conteúdo dos principais veículos da imprensa e entrevistavam, por longos períodos, o público consumidor das mensagens.

Os pesquisadores concluíram que vários assuntos que estavam nos meios de comunicação também faziam parte do repertório das pessoas que recebiam as mensagens. No entanto, alguns temas faziam parte das conversas pessoais e não estavam na mídia e vice-versa. Esse dado permitiu relativizar o poder de agendamento da imprensa sobre o público. As pesquisas continuaram com o desenvolvimento de metodologias e abordagens, o que permitiu que também descobrissem como o público agenda a mídia, em especial os segmentos mais organizados da sociedade (COLLING, 2001).

Na esteira desses estudos, surgem as pesquisas sobre o enquadramento. Se os trabalhos do agendamento estavam mais preocupados em saber sobre como e quais temas passam a fazer parte da agenda da sociedade, as pesquisas sobre o *framing* estavam mais interessadas no conteúdo desses temas, ou seja, o que se diz sobre eles (COLLING, 2001). Entman (1989), por exemplo, queria saber como a imprensa definia o problema em questão, quais eram as causas, as pessoas envolvidas, a quem era dado o poder de resolver e quais eram as soluções apontadas pelos jornalistas em seus textos.

No Brasil, Porto (2007) aprimorou os estudos e criou quatro tipos de enquadramento mais encontrados nas análises: *restrito*, quando a imprensa oferece apenas um enquadramento para o tema; *plural fechado*, quando existe mais de um enquadramento, mas eles são dispostos de forma hierarquizada; *plural aberto*, quando

64 Grande parte das considerações a seguir sobre *agenda-setting* e *framing* foram retiradas de outro texto meu, no qual é possível encontrar mais detalhes sobre a história, variedade e relações entre esses estudos. Ver Colling (2001), disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/301/232>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

65 McCombs (2006) sistematiza um conjunto maior de pesquisas e já os relaciona com o enquadramento.

existe mais de um enquadramento, sem hierarquias; e *episódico*, quando o texto apenas registra o ocorrido e não apresenta interpretação.

Essas categorias foram criadas a partir de análise da cobertura da imprensa em períodos eleitorais, mas a pretensão é de que poderiam ser utilizadas para qualquer mensagem jornalística. As categorias podem ser criticadas de várias formas e aqui vou citar apenas duas. Em primeiro lugar, apesar de Porto dizer que o enquadramento pretende criticar o paradigma da objetividade jornalística, ao defender que a mídia deveria sempre produzir um enquadramento plural aberto, ele próprio cai novamente em um dos pilares do paradigma pretensamente criticado, que alega que os jornalistas não devem assumir em seus textos “um dos lados da história”. A pergunta que faço é: no caso de uma reportagem sobre homofobia, então, os homofóbicos devem ter o mesmo espaço e voz que os não-homofóbicos?

A pessoa que usar apenas os estudos do agendamento para analisar a cobertura da imprensa brasileira sobre as questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) possivelmente concluirá que o tema, ao longo dos últimos anos, passou a fazer parte, como mais frequência, de reportagens, notícias e entrevistas, que o movimento LGBT conseguiu pautar a temática na mídia (ou seja, ingressou na agenda midiática) e que esse tema, por tabela, também passou a fazer parte das conversas das pessoas e debates públicos e de algumas, ainda incipientes, políticas públicas. Se a análise contar também com influências dos estudos do enquadramento, o objetivo será o de estudar o conteúdo dessas mensagens e, muito possivelmente, a conclusão dirá que o enquadramento é restrito (com apenas uma interpretação) e/ou plural fechado (com duas interpretações, sendo uma delas priorizada). Se a voz for concedida apenas aos LGBTs⁶⁶, é provável que o enquadramento será considerado restrito e, portanto, criticado? Se for plural fechado, é sinal de que o jornalista deveria contemplar mais as vozes contrárias aos LGBTs? É só isso o que podemos dizer sobre essas coberturas? O que elas nos dizem sobre as sexualidades e os gêneros? Como as próprias pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans conceituam e explicam as causas da homofobia, lesbofobia ou transfobia? As explicações dessas pessoas se diferenciam das produzidas por seus opositores? Em que medida?

66 Usarei no corpo do texto a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), tal como adotada e explicada pelo movimento social. No entanto, prefiro a sigla LGBTTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos) porque contempla uma variedade maior dentro da diversidade sexual. Sempre que essas siglas forem usadas, em nenhum momento entendo que LGBTTTTI ou LGBT constituem um grupo homogêneo. Inclusive dentro de cada segmento da sigla existe uma grande e rica diversidade.

Colaborações dos estudos queer

Para encontrar essas respostas, consideramos que é fundamental o acionamento de vários estudos sobre as sexualidades e os gêneros. Esses trabalhos também são muito diversos e priorizaremos aqui algumas das reflexões oriundas dos chamados estudos *queer*⁶⁷, ainda pouco lidos no Brasil e, no entanto, bastante criticados. Esses estudos, ao contrário do que dizem algumas pessoas, nasceram de uma conjunção entre o que alguns consideram como ativismo político (movimento social) e a academia⁶⁸. Para criticar o governo conservador de Ronald Reagan, que fazia vista grossa para a crescente disseminação do vírus HIV nos Estados Unidos, o grupo ACT UP (*Aids coalition to unleash power*), em maio de 1987, organiza uma série de protestos e intervenções públicas que tinham o propósito de chocar a sociedade americana e, com isso, denunciar o descaso do governo. Portadores do HIV, em estágio terminal, por exemplo, foram levados para as esquinas e para a Bolsa de Valores de Nova Iorque. Um dos objetivos era o protestar contra o alto preço do AZT, na época um dos principais remédios para combater os efeitos do HIV. Como explica Saez (2007 [2005], p. 68-69), o conteúdo ideológico do grupo

e suas manifestações de ação direta nas ruas rompiam com a linha respeitosa e assimilacionista de muitos grupos de direitos civis tradicionais, que advogavam por uma integração na ordem social normalizada, negociando cotas de poder; pelo contrário, ACT UP introduz a raiva, a denúncia direta e explícita, as ações ilegais (roubos em supermercados para financiar medicamentos ou conseguir comida para os enfermos, por exemplo), boicotes em atos públicos, intervenções em igrejas e ministérios, ou seja, desafia a ordem social e política com um discurso radical.⁶⁹

O impacto foi grande e Reagan não podia mais dizer que ninguém estava morrendo vítima da Aids. Saez (2007, p. 68) ainda destaca outro aspecto que considero importante nessas ações. Ao contrário do que apregoam algumas pessoas que criticam

67 Muitas pessoas preferem chamar esses estudos de Teoria *queer*. Eu mesmo, muitas vezes, também uso essa expressão. No entanto, sempre uso sabendo de sua precariedade, pois entendo que os estudos *queer* ainda não possuem lastro suficiente para conformarem uma nova teoria. Para evitar essa confusão, aqui prefiro usar a expressão estudos *queer*.

68 Na minha compreensão, a academia também faz parte do movimento social. A diferença é que, por vezes, realiza outras formas de ativismo.

69 Todas as traduções realizadas nesse texto forma feitas por mim.

os estudos *queer*, o ativismo e sua posterior sistematização conceitual e teórica não defendem ou produzem divisões nos movimentos sociais. O ACP UP, destaca Saez, foi capaz de aglutinar diversas pessoas, como gays, lésbicas, transexuais, negras, latinas, prostitutas, pobres, drogadas, pois todas percebiam que a má gestão do governo as atingia transversalmente. Uma das críticas centrais que os estudos *queer* realizam sobre as políticas identitárias/afirmativas é exatamente o fato dela ter produzido, intencionalmente ou não, a divisão entre as pessoas injuriadas e oprimidas, cada uma em sua caixinha e grupo lutando contra o preconceito e, muitas vezes, contra si.⁷⁰

Em abril de 1990, surgiu outro grupo, o *Queer Nation*, que meses depois faria uma polêmica intervenção na Parada do Orgulho Gay de Nova Iorque. Ativistas empunhavam cartazes com dizeres “Ódio aos heterossexuais”. Na verdade, esse grupo externalizava o seu descontentamento com o próprio rumo do movimento gay da época que, na busca de aceitação, defendia que LGBTs se comportassem como os heterossexuais, em geral usando o argumento de que ser homossexual é normal ou até mesmo alegando que nascemos héteros ou homossexuais. Como explica Penedo (2008, p. 48), o *Queer Nation*

utilizava táticas como invasão de bares e centros comerciais frequentados por heterossexuais, representações de beijos massivos em determinados espaços públicos. Desta forma, *Queer Nation* demonstrava que a naturalização de um espaço heterossexual dependia necessariamente da invisibilidade dos gays.

A mercantilização da cultura gay também passa a ser criticada pelas pessoas que se identificavam como *queer*, que não se enquadravam dentro desse público gay consumidor que compra a sua aceitação através do consumo de bens. O que os *queer* denunciavam é que não existe apenas uma forma de viver as homossexualidades, as bissexualidades, as travestilidades e também as heterossexualidades. Assim como não existem apenas dois gêneros (o masculino e o feminino), mas que uma considerável parcela das pessoas prefere ficar nos trânsitos e/ou nas margens. Ao burilar as análises, os estudos posteriores vão defender que todos nós somos influenciados pelos outros, ou seja, ninguém é 100% homem, mulher, homo ou heterossexual.

70 Sobre as limitações das políticas identitárias, sugiro a leitura de Gamson (2002) e Colling (2011a). Sobre a experiência de um grupo equatoriano que consegue aglutinar diversos grupos de pessoas discriminadas, ver Colling (2010).

Em 1993, surge o movimento intersexo⁷¹, que considera como mutilações as ditas cirurgias de “correção” realizadas em bebês ou crianças que nascem com características dos dois sexos (PINO, 2007). Com isso, a própria divisão entre pessoas do sexo masculino ou feminino pode ser questionada. Se os binarismos em relação aos gêneros já estavam sendo explodidos, o movimento intersexo e as reflexões acadêmicas sobre o tema viriam a fazer o mesmo em relação aos “sexos biológicos”.

Na década de 1980, o feminismo também atravessou uma de suas crises. Na categoria mulher, usada por boa parte das feministas, as lésbicas, em especial as mais masculinizadas, as travestis, as transexuais, em geral as mais pobres e negras, não entravam (e em boa medida ainda não entram). Essas tensões nos movimentos LGBT e feminista ocorrem simultaneamente fora e dentro das universidades. Algumas pessoas, inclusive, eram tanto militantes (no sentido “tradicional”) quanto da academia e, como era de se esperar, começaram a sistematizar as suas análises e reflexões sobre esse momento. São esses estudos que Teresa De Laurentis, em 1990 irá chamar, pela primeira vez, de teoria *queer* (MISKOLCI, 2009, p. 151).⁷²

Alguns críticos dos estudos *queer* no Brasil questionam porque as pessoas continuam usando a palavra *queer* para nomear esses trabalhos. Não temos em Língua Portuguesa uma palavra que dê conta do significado da palavra *queer*. *Queer* é uma conhecida forma de insultar homossexuais, algo como viado, sapatão, boiola etc. Os *queer* desejavam re-significar e positivar esse insulto. “Sou mesmo viado e daí? Quero ser viado, dou meu cu, e daí? Qual é o problema? Se você goza através de uma parte do seu corpo, por que eu não posso gozar com outra? Quem deve dizer como eu devo gozar? Como chegamos a essas determinações?” Questões e provocações como essas povoam os estudos *queer*.

No entanto, a palavra *queer*, além do insulto, também “pode ser traduzido

71 Segundo Pino, “intersex é um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos”. Ainda segundo a autora, “é muito comum à associação do intersex com o hermafrodita, pessoa que possui os dois sexos. Segundo Mauro Cabral, ativista intersex e pesquisador da temática, essa associação presente em nosso imaginário cultural é oriunda das artes e da mitologia, mas não condiz com a realidade do corpo intersex”. Pino informa que a primeira organização política de ativismo intersexo é a ISNA (Intersex Society America), que “foi fundada em 1993 por pessoas que sofreram as cirurgias quando crianças. O objetivo geral dessa associação é “acabar com a vergonhosa, segregante e não desejada cirurgia genital”, lutando para que as cirurgias sejam feitas apenas quando os pacientes puderem decidir por eles mesmos.” (PINO, 2007, p. 153).

72 Um bom texto com breves informações sobre o surgimento dos estudos *queer* e várias reflexões sobre as influências teóricas e principais conceitos é o de Miskolci (2009). O livro de Louro (2004) também oferece uma boa introdução ao tema.

por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38). É essa outra variedade de significados que a palavra viado, por exemplo, não contempla. Por isso, várias pessoas de diversos países e línguas continuam usando a palavra *queer* em seus textos.

E quais são as contribuições dos estudos *queer* para os estudos das sexualidades e dos gêneros? Antes de enfrentar essa pergunta, é preciso destacar que os estudos *queer* não constituem um bloco homogêneo. Na atualidade, é crescente o questionamento entre as pessoas que utilizam as reflexões *queer* em seus estudos, a exemplo dos trabalhos de Preciado (2008) e Halberstam (2008) com críticas às reflexões sobre a performatividade de gênero realizadas por Butler, considerada uma das primeiras e principais teóricas *queer*. Apesar disso, existem alguns argumentos que parecem ser aceitos pela maioria. Vou acionar cinco deles a seguir, em especial oriundos de algumas das considerações de Butler (2002, 2003, 2008):

1) Existem mais do que dois gêneros e os dois mais conhecidos não são puros, pois um é influenciado por características do outro, o que gera uma variedade de combinações. Não existem mais do que dois gêneros porque existem pessoas que explicitamente preferem ficar no trânsito entre os gêneros, como travestis e transexuais. Ou seja, existem tantos gêneros quanto nossa criatividade tiver condições de produzir;

2) Sexo/biologia/natureza, entendido aqui como a materialidade dos corpos, não determina o gênero da pessoa. Várias pessoas nascem com determinadas características corporais e não se identificam com o gênero que a sociedade exige para aquele corpo. Ou seja, não existe nenhuma garantia de que alguém com sexo masculino ou feminino será do gênero que a maioria entende como compatível com aquele sexo. O que existe é uma norma hegemônica que obriga, a todo custo e através de muita violência, que exista uma coerência entre a materialidade do corpo e o gênero. Por exemplo, muitas feministas, ainda hoje, mesmo usando o conceito de gênero, trabalham dentro de uma perspectiva reducionista e excludente, pois não aceitam que alguém com pênis possa ser identificado ou se identificar como uma mulher⁷³;

3) Corpo também é construído culturalmente. Não existe corpo antes da linguagem. Esse argumento gerou um debate entre Butler e as pessoas influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, autora da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler desconstrói essa frase ao defender, entre outras coisas,

73 Sobre a defesa de um feminismo com pênis, ler Bento (2011).

que ela pressupõe que exista um momento em que o corpo de um homem ou de uma mulher não tenha sido homem ou mulher. O argumento é de que as normas das sexualidades e dos gêneros incidem sobre nós desde o momento em que as pessoas identificam qual é o nosso “sexo biológico”. Na atualidade, isso ocorre, muitas vezes, através da ultrassonografia, quando o bebê ainda está na barriga da mãe. A partir desse momento, diz Butler, passam a incidir todas as normas sobre o indefeso feto ainda em formação. Familiares escolhem os nomes e as roupas supostamente compatíveis com a genitália da criança e, obviamente, todos partem do pressuposto de que ela é ou será heterossexual. Portanto, já nascemos homens ou mulheres, com gênero e orientação sexual, tudo realizado de forma compulsória, sem direito à livre escolha. Desde sempre o corpo é preenchido de discurso, que carrega todas as normas que incidem sobre nós.⁷⁴

4) Além de exigir uma linha coerente entre o órgão sexual e o gênero, as normas também exigem que as pessoas desejem uma pessoa do sexo e do gênero oposto e ainda pratiquem sexo com ela. Isso permite Butler dizer que a sociedade exige uma linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. No entanto, além de muitas pessoas terem determinado órgão sexual e não se identificarem com o gênero atribuído a ele, determinadas pessoas desejam e não praticam ou praticam e não desejam o sexo com os seus parceiros e parceiras. E não estou me referindo apenas aos homossexuais, mas também aqueles que se identificam como heterossexuais. Os garotos de programa, por exemplo, que se identificam como heterossexuais, muitas vezes praticam sexo com pessoas do mesmo sexo e não o desejam. É comum eles dizerem que desejam o dinheiro do cliente e não o sexo com o cliente. Outro exemplo: quantos homens e mulheres transam com pessoas do mesmo sexo sem desejarem, mas por uma imposição social? E outra pergunta, mais complexa, realizada por Butler (2003): o sexo entre um homem e uma mulher heterossexual é necessariamente um sexo heterossexual? Nem sempre, porque não sabemos o que o homem ou a mulher projeta e fantasia no outro ou na outra. Quantos homens se apaixonam por mulheres masculinizadas e projetam e fantasiam nela os seus desejos homoeróticos? E as mulheres que penetram, com ou sem próteses, os seus homens? Que sexo é esse? Heterossexual? Homossexual? Bissexual? Essas três categorias não dão conta da variedade de práticas sexuais existentes no mundo. Enfim, essas e outras consi-

74 Muitas vezes esse argumento é criticado sob a alegação de que então tudo é discurso e que assim Butler desconsiderou a materialidade dos corpos. Considero que muitas dessas críticas Butler respondeu em *Cuerpos que importan*. Pretendo escrever sobre esse debate em outro texto.

derações nos permitem dizer que existe uma norma hegemônica que exige a linha coerente entre sexo – gênero – desejo – prática sexual, mas inúmeras pessoas não seguem essa imposição. Quanto mais a pessoa fugir dessa linha, mais violência ela sofre, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer com que ela “entre nos trilhos”. Essa linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade⁷⁵. Se quisermos combater a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero, é fundamental desconstruir essa linha coerente;

5) Críticas à categoria mulher. Como eu já antecipei acima, os estudos *queer* fazem várias críticas à categoria mulher criada e consolidada pelas pessoas, sejam elas acadêmicas ou não. Nessa categoria, muitas vezes, só entram as pessoas que possuem vagina. Outras características do que é ser “uma mulher de verdade” também acabam sendo priorizadas, como o tal instinto materno, adorar ser mãe, ser monogâmica, casada, heterossexual, entre outras.

Análise

Como esse conjunto de reflexões pode ser produtivo para analisar textos jornalísticos sobre sexualidades e gêneros? O jornalista Roberto Cabrini, do programa *Conexão repórter*⁷⁶, que será utilizado aqui apenas como exemplo, conseguiu entrevistar um grupo de homens, auto-intitulados “os carecas”, que assumiram explicitamente seu ódio para com os homossexuais. O programa começa e reprisa várias vezes cenas de muita violência contra homossexuais, que teriam sido filmadas em “um evento gay em São Paulo”. Um grupo ataca alguns gays e a multidão assiste, sem reagir.

A primeira frase do programa partiu de um dos carecas. Ele diz: “Essa raça é uma raça do demônio. Deus criou o homem e a mulher e não o homossexual”.

75 Ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória mas, pelo menos, na maioria dos países ocidentais, ela não é mais considerada um crime ou doença. Esse foi o período em que a obrigação em ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero, de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (SPARGO, 2004, p. 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (PINO, 2007, p. 160).

76 A parte 1 do programa pode ser assistida no site <<http://www.youtube.com/watch?v=pPgWZh48SVk>>.

Logo em seguida, Leão Lobo, apresentador de programas de televisão, apontado como “uma voz que reage”, diz: “Porque eu não concordo com alguma coisa, porque eu não gosto de alguém, eu vou sair aí matando e dando porrada?”. O careca volta a ter voz e diz: “Eu não sou homofóbico porque eu não tenho medo de viado. Eu sou contra homossexual”.

Leão, que está em um estúdio assistindo a entrevista realizada por Cabrini, diz: “Homofobia pra mim é uma doença mesmo”. Em seguida, o jornalista mostra alguns trechos com familiares de e homossexuais, que contam como foi difícil aceitar a homossexualidade dos filhos. O programa também fez um “teste da tolerância”. Dois atores foram às ruas de São Paulo, em locais de grande circulação de pessoas. Eles representavam dois namorados, trocavam carícias e recebiam vários insultos. Uma jaca chegou a ser arremessada contra eles. “Vira homem rapaz”, “Tem que tomar umas madeiradas, umas facadas assim”. “Eu mandava matar esses viados tudinho”. Essas são algumas das frases proferidas pelos passantes e veiculadas pelo programa.

As cenas de violência voltam ao ar, junto com outro espancamento, que teria ocorrido em uma estação de metrô, após uma parada gay, e resultado na morte da vítima. As conhecidas cenas da violência sofrida por gays na Avenida Paulista também foram exibidas. Cabrini pergunta: “De onde vem tanto ódio? Quem são esses grupos de radicais que propagam tamanha agressão aos homossexuais?”. Logo depois o programa começa a exibir com mais detalhes a entrevista com “os carecas”, que teria sido realizada no Centro de Santo André, cidade que compõe o complexo chamado de ABC Paulista. Um grupo de sete homens, cinco deles encapuzados, relatam todo o seu ódio aos homossexuais.

Um deles diz que os homossexuais “acabam com a família, com os valores e eles estão começando acabar com a raça humana”. Cabrini pergunta o que eles acham dos ataques contra os homossexuais. Um integrante diz: “Eu acho que isso é a sociedade se rebelando contra e os caras estão colocando em cima de skinheads”. Novas cenas de violência e de pessoas dançando nas paradas gays e Cabrini pergunta: “Mas o que os homossexuais pensam de ataques como esse? “Violência é o que eles fazem com as pessoas, agridem e matam”, diz Leão Lobo. Cabrini é quem fala a seguir: “Entre eles, os homossexuais, existem alguns dos brasileiros mais talentosos, mais inteligentes do país”. “Sou, sou viado”, diz Leão Lobo.

“Leão Lobo sempre se destacou no mundo das comunicações. E assiste atentamente ao material (a entrevista com os carecas)”, diz Cabrini. Lobo fala, balançando a cabeça ao ouvir as frases dos carecas: “Aí não dá, olha o nível deles. Nenhuma

coisa a ver com outra. Eu não pedi para ser homossexual. Eu nasci homossexual, eu não sei explicar o porquê”. A voz volta para os carecas, que dizem que os homossexuais são pederastas, drogados, que nas suas baladas só rola droga e que os gays espalham doenças. “Quem disse que a Aids é uma doença de homossexuais? Está mais de provado e comprovado que não”, diz Leão Lobo. Volta para a entrevista e Cabrini pergunta aos carecas: “Não é uma questão de livre escolha?” “É uma coisa que vai contra a natureza, contra Deus, contra a família, contra tudo. Tá errado, eu não apoio essa merda aí não”, diz um dos carecas.

Leão retruca: “É outra desinformação deles, outra bobagem. Eu, por exemplo, sou um pai homossexual e criei uma filha linda hétero maravilhosa”. Cabrini pergunta por que dos sete apenas dois estão mostrando a cara na entrevista (os dois rostos não foram exibidos programa). Um deles diz que trabalha com público e por isso não quer ser reconhecido. Leão diz: “Se esconde a cara é porque tem vergonha, tem medo, talvez por ser aquele que agride, talvez porque é aquele que é (homossexual)”. O programa prossegue com os carecas dizendo que eles não pregam a violência contra os gays, que combatem os homossexuais “por ideologia” (logo depois se contradizem explicitamente em mais esse ponto).

Leão Lobo relata casos de violência que ele mesmo sofreu e Cabrini pergunta aos carecas o que eles fariam se um dia tiverem um filho homossexual. “Educação vem de casa, homossexualismo⁷⁷ não é escolha. Ninguém nasce gay, é escolha. Sou 100% seguro que meu filho não vai ser homossexual, ele vai ter uma educação digna”. “Se você me perguntar por que eu sou homossexual, com certeza não foi pela criação”, retruca Leão Lobo.

Cabrini volta a perguntar aos carecas: “você estão dispostos a quê por essa causa”? “Matar e morrer”, dizem eles que, minutos antes, disseram não pregar a violência. Leão diz: “Eles claramente disseram matar ou morrer. Nós, ao contrário, é viver e ser feliz. Esse é o nosso lema”. E assim termina a primeira parte do programa, com cenas de gays fantasiados, dançando em uma parada LGBT.

O material relatado acima já é rico o suficiente para servir de exemplo para a proposta deste texto. Se fossemos identificar o enquadramento produzido pelo programa, seguindo os passos de Entman (1989), deveríamos verificar como o problema foi definido, quais as causas, pessoas envolvidas, a quem é dado o poder de resolver e quais são as soluções apresentadas. Apenas analisando o trecho acima descrito, o pro-

77 Transcrevo aqui a expressão usada pelo entrevistado. Não temos utilizado mais o termo homossexualismo, e sim homossexualidade, uma vez que o sufixo “ismo” denota doença.

blema da violência contra os homossexuais é definido de várias formas, mas podemos destacar duas delas que estão presentes tanto no discurso dos homofóbicos quanto no representante dos homossexuais: a natureza ou quem teria criado os seres humanos, a exemplo de Deus, e a educação (ou a falta dela) produzida pela família. Os carecas dizem que Deus criou o homem e a mulher, ou Adão e Eva, como diz um deles, e Leão Lobo diz que nasceu assim, gay. Ou seja, ambos acionam, no fundo, o mesmo argumento para explicar a origem das orientações sexuais.

Outra problematização que pode ser realizada é sobre como Leão Lobo considera e conceitua a homofobia. Para ele, trata-se de uma doença. Borrillo (2001), estudioso do assunto, chegou a outra conclusão.

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles e daquelas de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel pré-determinado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas. (BORRILLO, 2001, p. 36).

Pensar a homofobia como uma doença, no sentido médico, inclusive pode ser um argumento contrário para o projeto que pretende criminalizar a homofobia no Brasil. Se as pessoas são doentes, caberia ao Estado oferecer a sua cura e não uma punição⁷⁸.

Os carecas dizem que, caso tenham uma “educação digna”, os seus filhos jamais serão homossexuais. Para eles, os pais e mães devem dar essa educação e os gays ameaçariam a família. Leão Lobo também aciona a família e a criação de uma filha para argumentar como ele foi um bom pai que criou uma menina “heterossexual maravilhosa”. Ou seja, os “dois lados” da reportagem reificam a natureza (às vezes expressa na figura de Deus) e a família nuclear burguesa, que será ainda

78 Apesar de avançar no conceito de homofobia, o livro de Borrillo deixa margens para críticas, pois trabalha muito com os binarismos e, às vezes, ainda que pense a homossexualidade e a heterossexualidade enquanto construções culturais, recorre ao discurso da naturalidade dos corpos, quando fala, por exemplo, de “atributos masculinos naturais” (BORRILLO, 2001, p. 28). Para ele, qualquer gênero e orientação sexual são construções, mas os “atributos corporais” parecem sempre ser naturais. Para quem pensa assim, como diz Butler, o corpo em algum momento estaria livre do discurso, da cultura.

mais acionada nas demais partes do programa que aqui não são analisadas. Em nenhum momento, esses paradigmas (natureza, educação da família), que são os grandes responsáveis pela heterossexualidade compulsória e pela heteronormatividade⁷⁹, são postos em questão e desconstruídos, seja pelos homofóbicos, seja por aqueles que estão lutando pelo fim da homofobia.

Nesse trecho descrito acima é possível verificar as causas da violência cometida contra os homossexuais. Para os carecas, os gays são um risco à família, contrários às leis de Deus, são drogados, espalham doenças e não receberam uma “educação digna”. [Ouse já, apresentação os “homossexuais como culpados (por suas escolhas) e vítimas (por sua educação), isentando as normas sociais de qualquer responsabilidade sobre a constituição das subjetividades]. Para Leão Lobo, os homofóbicos são violentos porque, talvez, sejam homossexuais que não aceitam e revelam os seus desejos por pessoas do mesmo sexo. A fala de Lobo é recorrente e muito frágil, pois dificilmente uma análise tão superficial de uma entrevista poderá nos permitir fazer tal suposição. O apresentador parece recorrer à ideia de transferência desenvolvida por Freud (transfiro e vejo no outro aquilo que não desejo e vejo em mim), bastante banalizada em nossa sociedade e usada de forma rasa, sem nenhum cuidado, tempo e recursos suficientes para tal chegar a tal conclusão ou mesmo suposição.

Nenhuma das causas apontadas, sejam elas dos carecas ou de Leão Lobo, assinalam o fato de que a sociedade criou apenas um modo muito específico e limitado de vivência das sexualidades e de expressão dos gêneros. A obrigatoriedade de que todas pessoas sejam heterossexuais e que vivam dentro do modelo heteros-

79 Heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, ainda que muito relacionadas, não são expressões que podem ser usadas como sinônimas. Conforme explica Miskolci, a heterossexualidade foi muito mais compulsória no período em que a homossexualidade era considerada crime ou doença (em alguns países ainda o é e, conforme lembra Bento (2011), a patologização da transexualidade ainda colabora nesse sentido). No entanto, esse foi o período em que a obrigação em ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória do que nos dias atuais. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. "Heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...], é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. (MISKOLCI, 2009, p. 156). Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero, de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (SPARGO, 2004, p. 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo”. (PINO, 2007, p. 160).

sexual hegemônico permaneceu inabalável. Talvez nem os carecas seguem à risca esse modelo. Bastaria perguntar se eles hoje vivem dentro de uma família nuclear burguesa, se os seus pais são separados, se foram criados pelas avós ou coisa do tipo, configurações familiares que sempre foram e continuam sendo muito recorrentes nas classes populares.

As pessoas envolvidas neste trecho do programa são os próprios homofóbicos, os gays e seus familiares. Nos demais blocos, integrantes da polícia também foram ouvidos. Para resolver o problema, o programa sugere que os pais conversem e acolham os/as filhos/as, que ofereçam uma “educação digna” para eles e elas e que a polícia prenda os agressores. Pelas categorias criadas por Porto, poderíamos dizer que o enquadramento produzido pelo programa foi plural (aberto se analisarmos apenas o primeiro bloco e fechado se analisarmos todo o programa). E assim retomo a pergunta já feita anteriormente: então, esse é um programa que deve ser festejado como um exemplo para as futuras coberturas sobre o tema?

Pelo exposto acima, espero ter deixado evidente que, apesar de ser elogiável por ter colocado um tema tão importante em sua agenda, o enquadramento produzido, ou seja, a forma como o problema foi apresentado, não desconstruiu os argumentos que são motores da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, e em alguns momentos, ajudou a justificar a própria homofobia e a construir e perpetuar a ideia da homossexualidade como uma imoralidade. Por quê?

Para combater a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero existente é preciso evidenciar que não existe sexualidade normal, natural ou que seja um designo de Deus ou coisa do tipo. Os estudos *queer* apontam, como detalhei acima, que a própria heterossexualidade não é fruto apenas da natureza, mas é uma imposição sobre todas as pessoas, imposição essa que inicia, muitas vezes, antes de nosso próprio nascimento. E esse é um argumento que pode ser fartamente comprovado através de pesquisas empíricas. Senão vejamos: se a heterossexualidade fosse um dado exclusivo da natureza, por que seria tão necessário vigiar os corpos e comportamentos de nossas crianças para que todas sejam heterossexuais?

Nossa educação, seja ela familiar ou no ambiente escolar, é toda orientada para a produção de pessoas heterossexuais, para que corpos com vagina sejam mulheres e corpos com pênis sejam homens. Mulheres e homens heterossexuais, é sempre bom frisar, dentro de um *script* muito específico e reduzido. Ao menor sinal de que a criança não segue o roteiro pré-definido, a violência começa a incidir sobre ela. Se a heterossexualidade é algo natural, por que essa violência verbal e física é necessária? Ou seja, precisamos desconstruir essa “verdade” sobre a sexua-

lidade que, de tão arraigada em nossas mentes, já foi naturalizada pelas pessoas. Nesse aspecto, tanto os homofóbicos do programa quanto o homossexual que defende os gays usam o mesmo argumento.

Para finalizar

Sempre que falo sobre esse assunto, nos debates, a primeira pergunta do público é: e qual seria a cobertura ideal? Eu sempre respondo: não pretendo (e creio que as demais pessoas ligadas aos estudos *queer* também pensam o mesmo) criar uma “receita de bolo”. Se fizéssemos isso estaríamos repetindo o mesmo problema de nossos opositores, que sempre desejam que todos sigam as mesmas normas. No entanto, algumas linhas gerais podem ser apontadas para que tenhamos uma cobertura jornalística e uma mídia em geral que trabalhe em prol do respeito à diversidade sexual e de gênero. A partir do exposto aqui, podemos defender que um conteúdo com essas pretensões deve:

1) Quebrar a hierarquia entre as identidades de gênero e as práticas sexuais. Sempre que hierarquizarmos alguma identidade ou prática, estaremos gerando opressões, desrespeito, exclusões. Obviamente, ao contrário do que dizem algumas pessoas, isso não quer dizer que estamos defendendo práticas sexuais não consentidas por envolvidos nos atos, a exemplo de estupros, abusos sexuais em bebês etc. Criticar as normas e leis não significa dizer ou defender que a sociedade pode ou deve viver sem normas e leis. O que propomos é evidenciar como essas normas e leis foram construídas, como outras sociedades, atuais ou anteriores, possuíam ou possuem outras condutas e legislações e, sobretudo, revelar o quanto determinadas normas e leis, da forma como são utilizadas, produzem novas discriminações e sofrimentos. E isso inclui a possibilidade de conceituar e problematizar inclusive o que se considera hoje como pedofilia, tema pouco discutido e quase sempre reduzido aos seus aspectos jurídicos;

2) Problematizar sempre a construção das identidades: nenhuma é original, natural ou normal. Isso não quer dizer, como apregoam algumas pessoas, que somos doentes anormais. Isso quer dizer que, mesmo antes de nascermos, um conjunto de normas passaram a incidir sobre todas as pessoas e nós somos resultado dessas operações. Ou seja, fundamentalmente nós somos resultado da nossa cultura, é ela quem lê, elabora e reelabora constantemente as nossas identidades, queiramos ou não. Por isso, se hoje temos uma cultura homofóbica, machista, misógina, racista,

adultocêntrica, urbana, amanhã podemos ter uma cultura que respeite, festeje e aprende com as diferenças;

3) Fim dos binarismos. Somos educados para pensar o mundo de forma dicotômica e isso também se traduz no pensamento sobre os gêneros e as sexualidades. Neste esquema, as pessoas são divididas em boas ou más, pobres ou ricas, brancas ou negras, homens ou mulheres, hetero ou homossexuais. Ainda que, para as políticas afirmativas, essas dicotomias ainda sejam necessárias, elas precisam ser cada vez mais problematizadas e jamais serem percebidas efetivamente como “reais”. Culturalmente, somos bem misturados, felizmente. Somos bons e más, nos identificamos e trazemos em nós elementos e práticas tanto de brancos, homens, heterossexuais quanto de negros/as, mulheres e homossexuais. Quando falo isso, muitas vezes, os homens heterossexuais dizem: “Professor, o senhor está me chamado de viado? Eu não tenho nada dos gays, eu sou macho!”.

Eu respondo com dois exemplos: primeiro, você só pode dizer que é heterossexual e macho porque existem os homossexuais e as fêmeas. Você se diferencia pelo e com o diferente, então, o diferente é parte constitutiva de você. Segundo, quando as pessoas falam em relações homosociais ou homoafetivas, sempre ligam essas relações como exclusivas dos homossexuais. Mentira. Todos os heterossexuais possuem relações sociais e afetivas com pessoas do mesmo sexo, sejam familiares ou amigos. Portanto, veja que você é diferente, mas também igual aos homossexuais em determinados aspectos.

4) Respeito a quem deseja ficar na margem. A norma hegemônica sempre empurra todos para o centro, que representaria a respeitabilidade, a decência, a saúde, a higiene, o ideal de vida etc. Com isso, desrespeita quem deseja habitar as margens, quem não aspira esse centro como seu projeto de vida. Os seguidores da norma, inclusive, muitas vezes justificam a violência sofrida por quem está nas margens com frases como: “também, veja só, ele pediu para ser violentado, agredido. Quem manda ser assim?”. Esse tipo de comentário, muito comum, carrega o desejo de que todos sejam iguais quando as evidências nos mostram que somos diferentes;

5) Politização do abjeto. Butler diz que a norma hegemônica que impera no campo das sexualidades e dos gêneros criou gêneros inteligíveis, aqueles que seguem a linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. Quem não segue a linha, entra em zonas de abjeção. Os abjetos são pessoas que não gozam do estatuto de humanos e, por isso, podem ser violentadas. Não choramos essas mortes, nos diz ela. Abjeto “não se restringe de modo algum a sexo e a heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161).

Mesmo resistindo a dar exemplos de corpos abjetos, com o argumento de que a definição pode se esgotar nos exemplos que oferece, Butler diz que, na imprensa alemã, os turcos não têm uma história familiar ou psicológica complexa. O mesmo não ocorreria com os alemães que cometem crimes. Ao lembrar desse trecho, costumo citar a nossa imprensa brasileira. Quando uma pessoa é assassinada ou é vítima de algum outro tipo de violência e é branca, classe média alta, heterossexual, em geral, a imprensa noticia e acompanha o caso, com direito a sucessivas manchetes ou chamadas de primeira página. As dezenas de mortes que são registradas nos subúrbios das grandes cidades a cada final de semana quase sempre merecem apenas uma nota ou pequena notícia no interior dos jornais impressos. Quando um ou mais gays de classe média alta são espancados na Avenida Paulista, toda a imprensa cobre o assunto e se mostra sensibilizada com o aumento da violência. Quando travestis são assassinadas brutalmente não vemos a mesma sensibilização e espaço na mídia. Ou seja, algumas pessoas não podem ser violentadas e outras, abjetas, podem. Por isso, é necessária a politização do abjeto, o que passa pela humanização de todas as pessoas, no sentido de revelar que temos histórias de vidas complexas, sofremos e merecemos ser felizes.

6) Por fim, a constante problematização da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, que também é possível pelo acionamento dos itens anteriores, mas não só. Termino esse texto com um trecho de um artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, no dia 17 de maio de 2011, Dia Mundial de Combate à Homofobia, que rendeu muita polêmica na internet. Defendi que o movimento social deveria não apenas afirmar as identidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, mas também deveria interpelar mais os heterossexuais

que vivem numa zona de conforto em relação às suas identidades sexuais e de gêneros (aliás, bem diversas entre si). Para boa parte dos heterossexuais, apenas LGBTTs têm uma sexualidade construída e problemática, e o que eles/as dizem não tem nada a ver com as suas vidas. É a inversão dessa lógica que falta fazermos para chamar os heterossexuais para o debate, para que eles percebam que não são tão normais quanto dizem ser. Ou seja: para combater a homofobia, precisamos denunciar o quanto a heterossexualidade não é uma entre as possíveis orientações sexuais que uma pessoa pode ter. Ela é a única orientação que todos devem ter. E nós não temos possibilidade de escolha, pois a heterossexualidade é compulsória. (COLLING, 2011b, p. 3).

Referências

- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011. p. 79-110.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002. p. 55-81.
- _____. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados: In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr. 2001.
- _____. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? In: FAZENDO GÊNERO 9. DIÁSPORAS, DIVERSIDADES E DESLOCAMENTOS, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. Disponível em: <www.cult.ufba.br/cus>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- _____. (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011a.
- _____. Desnaturalização da heterossexualidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. 3, 17 maio 2011b. Disponível em: <http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:folha-de-spaulo-publica-artigo-de-presidente-da-abeh&catid=39:noticias>. 10 jan. 2012.
- COLLING, Leandro et al. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não-normativos no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, [201-] No prelo.
- ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens – media and the decay or american politics*. New York: Oxford University Press, 1989.
- GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária Editorial, 2002. p. 141-172.
- HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Barcelona & Madrid: Egales, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- McCOMBS, Maxwell. *Estableciendo la agenda. El impacto de los médios em la opinión pública y em el nonocimiento*. Barcelona: Paidós, 2006.
- McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, Chicago, v. 36, n. 2, p. 176-187, Summer 1972.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da norma-

- lização. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=i so>. 10 jan. 2012.
- PENEDO, Susana López. *El labirinto queer. La identidad em tempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.
- PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007.
- PORTO, Mauro. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PRECIDADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa, 2008.
- PRINS, Baukje, MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>>. 10 jan. 2012.
- SÁEZ, Javier. El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría queer. De la crisis del sida a Foucault. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (Org.). *Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. 2. ed. Madrid: Editorial Egales, 2007. p. 67-76.
- SPARGO, Tamsin. *Foucault y la teoría queer*. Barcelona: Gedisa, 2004.

Transmissão, fluxos e desejos: pensando sexualidades juvenis, mídia e aids

Tiago Duque

Entre cores, sons, cheiros, linguagens, personagens, construções e trânsitos, a cidade tece suas redes. Nossos corpos, mensagens e valores circulam pelos edifícios, equipamentos, instituições e avenidas. Não tenham a menor dúvida: somos 40 milhões de pessoas vivendo com HIV/Aids, e todos os demais habitantes do mundo convivendo com HIV/Aids⁸⁰.

O que se lê acima é parte de um material educativo de prevenção às DST/aids⁸¹ criado, produzido e divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde de Campinas/SP. Esta e outras produções midiáticas⁸² do referido órgão público foram utilizadas como objetos de análise no mini-curso “Sexualidade Juvenis e Mídia” durante o I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia – Olhares plurais para o cotidiano, realizado na UNESP – Bauru, nos dias 06 e 07 de outubro de 2011⁸³.

Neste texto seguirei uma reflexão a respeito de parte do conteúdo abordado no referido mini-curso, cujo objetivo foi discutir potencialidades e limites dos processos de criação e construção de ações de prevenção às DST/aids através da

80 Texto presente no cartão (10cmX31cm) de apresentação do projeto “Fluxus: informação, arte e saúde”. Este projeto reuniu os seguintes artistas plásticos: Vânia Mignone, Coletivos de Graffiti, Sylvia Furegatti, Ateliê Aberto, Cecília Stellini, Fábio Bittencourt, Mirs e Fabiane Pianowski. Eles foram convidados a abordar a aids através de diferentes linguagens. As obras foram expostas em lugares com grande afluência de pessoas.

81 Uso a sigla “aids” em minúscula conforme Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009), que, por sua vez, seguiram as orientações de Euclides Ayres de Castilho (1997, citado em SILVA, Cristina Luci C. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – a atuação das organizações não-governamentais na luta contra a Aids*. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999). Ele argumenta que nomes de doenças são substantivos comuns, grafados com minúscula. Além disso, aqui o uso em minúsculas se deve a uma perspectiva crítica com relação ao pânico sexual criado em torno da aids. Como não há uma uniformidade na forma de grafar a referida palavra, nas citações reproduzidas ao longo deste texto respeito a forma escolhida por cada autor ou instituição.

82 Vídeos documentários, fotos, revistas de bolso, cartões postais, panfletos, marcadores de livros, munhequeiras, bandanas, camisetas, proteção/apoio para base de copos (bolachas) e sopt para rádio formaram parte do conjunto de materiais educativos produzidos pela secretaria de saúde de Campinas/SP, em parcerias com diferentes perfis de jovens e adolescentes, envolvendo a temática de prevenção às DST/aids.

83 Quarenta e cinco estudantes e/ou pesquisadores participaram deste Mini-curso.

produção midiática junto a diferentes juventudes. Com enfoque na sexualidade e tomando mais o desejo e menos as identidades sexuais como agenciadoras dos processos de comunicação, o desafio apresentado foi como resolver o dilema de se tornar inteligível quando se trata de comunicação em saúde sem necessariamente reproduzir os padrões e normatizações de gênero e sexualidade que contribuem para a vulnerabilidade às DST/aids.

A despeito da crítica em relação a toda perseguição erótica que muitos desejos dissidentes têm sido alvo e de toda incorporação de controles e normatizações que parte das experiências criativas da sexualidade vem assumindo em prol de “práticas mais saudáveis”, há no discurso preventivo um dado de realidade que, se por um lado não poder ser supervalorizado, por outro não deve ser subestimado: cresce a epidemia entre adolescentes e jovens, especialmente os tidos epidemiologicamente classificados como HSH (Homens que fazem Sexo com Homens). “Todos os anos, no Brasil, são notificados cerca de 3.500 novos casos de AIDS entre adolescentes e jovens de 12 a 24 anos (DATASUS/MS)” (UNAIDS, 2009, p. 24).

Tomar a experiência destes adolescentes e jovens via uma supervalorização destes números dificulta trazermos para o centro das reflexões outros dados igualmente relevantes no que tange a realidade destas experiências, como os novos processos de categorização identitárias que estes têm assumidos em seus processos de auto-identificação. Processos estes que estão, muitas vezes, para além da categoria médica “Homem que faz Sexo com Homem”, ainda que ela tenha sido cada vez mais tomada como identitária e não exclusivamente epidemiológica⁸⁴.

A problematização da identidade é fundamental neste aspecto porque nos ajuda pensar nos limites e potencialidades dos enfoques identitários, principalmente se tomados de forma generalizante e em termos de identidades sexuais fixas, essencializadas e a-históricas. Esse caminho pode dificultar a comunicação e o próprio enfrentamento da epidemia da aids.

Por isso, nesta análise pretendo fugir de uma espécie de resquício de essencialismo dos estudos de identidade, isto é, uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais, como se as identidades fossem fruto de experiências

84 Em várias atividades do movimento social tido como LGBT e junto a usuários de serviços de saúde voltados a prevenção às DST/aids tenho escutado “Eu sou HSH”, ou “Eu não sou HSH”. Em salas de bate-papo de sites da internet onde há procura para sexo ou amizade entre homens também tem sido comum seus freqüentadores se auto-referirem como HSH, inclusive em seus “apelidos” de identificação para entrar nas salas, normalmente associados à sua prática sexual ou local de onde teclam, por exemplo, “HSH ATIVO” ou “Centro HSH já”.

longínquas e a-históricas. Assim, o conceito de experiência é fundamental, mesmo porque o direcionamento prático que criou, produziu e divulgou esses materiais em Campinas foi o de atentar-se mais para as experiências e menos para as identidades anunciadas. Neste sentido, Avtar Brah afirma que, ao contrário da “idéia de um ‘sujeito da experiência’, já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a experiência é o lugar da formação do sujeito” (2006, p. 360).

Nesse sentido, Néstor Perlongher, em contextos paulistanos das experiências de prostituição masculina de final dos anos 1980, observou que os usos das categorias identitárias, muitas vezes binárias e essencializadoras, revelavam os funcionamentos desejantes no campo social. Ele afirmou que “Não são os indivíduos – e essa afirmação é dura – os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e suas representações.” (PERLONGHER, 1987b, p. 279-280), mas, são as linhas de fuga que atravessam o *socius*, que arrastam os indivíduos e os envolvem.

Por isso, via a problematização da identidade, pensando os “funcionamentos desejantes no campo social”, o referido mini-curso procurou contribuir para a reflexão dos contextos de criação, produção e divulgação de materiais educativos em relação às DST/aids entre diferentes juventudes⁸⁵.

Da transmissão

As pesquisas no Brasil têm demonstrando que se conhecem as formas de transmissão do vírus HIV e se sabe que o uso da camisinha é a melhor forma de preveni-lo, afinal, a média nacional de entrevistados/as que diz conhecer esta informação fica pouco abaixo de 96,6%. Quando se trata de juventudes (jovens de 15 a 24 anos), segundo o declarado, o uso do preservativo na primeira relação sexual varia de quase 70% no Sul do País a 52% no Nordeste (BRASIL, 2011).

Até mesmo aqueles grupos que são incentivados pelo discurso religioso a não usarem preservativos, seja como método contraceptivo ou para prevenção às DST/aids, demonstram concordar com o uso da camisinha. Foi o que apontou a pesquisa encomendada pela Organização Não Governamental e feminista Católi-

85 Durante os debates realizados no mini-curso, foi possível avaliar que para os/as participantes esta abordagem foi importante por deslocar os olhares, por enfrentar paradigmas e apontar para novas possibilidades de análise e criação de materiais educativos em relação às DST/aids.

cas Pelos Direito de Decidir⁸⁶ ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Segundo seus dados, 96% dos/as jovens entrevistados/as concordam com o uso de tal insumo, sendo que 88% também avaliam que não deixam de ser bons católicos por fazer uso dele (IBOPE, 2007)⁸⁷.

Por outro lado, julga-se que temos avançado pouco no que se refere a novas tecnologias de transmissão das informações a respeito da doença e também das informações que facilitam o acesso, não somente a insumos de prevenção às DST/aids, mas também a espaços especializados de atendimento e tratamento destas doenças. A realidade é ainda mais grave quando se foca exclusivamente os setores governamentais. A percepção da existência deste julgamento se deu a partir da participação deste pesquisador em várias atividades nacionais de temáticas relacionadas à prevenção às DST/aids⁸⁸.

Por isso, além da realidade da transmissão do vírus HIV via os dados epidemiológicos referentes à vulnerabilidade de diferentes grupos diante desta epidemia, em especial às juventudes, pautarem o enfoque dado a cada um dos materiais educativos levados ao mini-curso, a necessidade de transmissão de informação de forma criativa e inovadora sobre prevenção às DST/aids a estes grupos (e por estes grupos) também definiram a criação, produção e divulgação destes materiais na cidade de Campinas.

A questão da vulnerabilidade à infecção/transmissão é central no direcionamento dos processos de comunicação em relação à prevenção às DST/aids. O uso do conceito de vulnerabilidade aponta para a tentativa de pensar este tema para além da responsabilização pessoal, apontando para dimensões mais sociais como a questão da realidade sócio-econômica e cultural que dificulta ou impede os acessos à informação, aos insumos e aos serviços de saúde pública (AYRES, 1996).

86 Disponível em: <<http://catolicasonline.org.br/institucional/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

87 Segundo dados fornecidos por Católicas pelo Direito de Decidir, entre novembro de 2006 a janeiro de 2007, o IBOPE ouviu a opinião de 1.989 jovens brasileiros, dentre os quais 1.268 católicos, residentes em 315 municípios. Nos registros recentes do Instituto não foi localizada outra pesquisa de opinião que tivesse ouvido maior número de jovens.

88 Uma destas atividades foi o I Workshop Nacional Sobre Novas Tecnologias em Prevenção das DST/HIV/Aids, realizado em Salvador entre os dias 26 e 28 de maio de 2010. A prefeitura de Campinas, através da Secretaria de Saúde, foi a única cidade a inscrever projeto em co-autoria com a sociedade civil organizada (neste caso, com o Identidade – Grupo de Luta Pela Diversidade Sexual), sendo todos os outros inscritos de responsabilidade exclusiva de organizações da sociedade civil. O projeto inscrito nesta ocasião foi o de prevenção às DST/Aids com setores da juventude católica da cidade de Campinas. O Workshop foi organizado pelo GLICH – Grupo Liberdade Igualdade e Cidadania Homossexual de Faria de Santana – BA, com diferentes apoiadores. Segundo os seus organizadores, de forma geral, o número de trabalhos inscritos ficou abaixo das expectativas.

Por exemplo, em um dos materiais analisados lê-se:

O que torna as mulheres vulneráveis à infecção pelo HIV é a falta da percepção de que podem se infectar, a crença de que o casamento ou o amor protegem, a violência nas relações conjugais ou íntimas, a dificuldade de acesso à informação e aos direitos de cidadania⁸⁹.

Porém, mesmo com enfoque menos estigmatizante,

O que parece ficar implícito é que as populações consideradas como tendo “maior vulnerabilidade” pelo sistema oficial de saúde são aqueles que em outros tempos foram chamados de degenerados, invertidos, desviantes, entre outros termos que patologizaram comportamentos, hoje encapsulados sob o conceito de “diversidade”. Uma diversidade que, por vezes, parece trabalhar não com a pluralidade, mas na tentativa de homogeneizá-la. Ou ainda, manter cada “tribo” devidamente isolada, monitorada, individualizada, o que permite um sofisticado controle dos corpos e dos comportamentos. (PELÚCIO, 2007, p. 181).

Neste contexto, considerando-se as críticas como a de Larissa Pelúcio e de outros pesquisadores⁹⁰, esses materiais midiáticos eram criados, produzidos e divulgados sob a responsabilidade do Núcleo de Educação e Comunicação Social (NECS) do Programa Municipal DST / Aids de Campinas, composto por uma equipe com diferentes profissionais: auxiliar administrativa, artista plástico, atriz, jornalista, sexóloga, enfermeira e psicóloga. Eu, enquanto sociólogo, também compunha a equipe. Portanto este artigo foi produzido em um contexto de conhecimento situado, isto é, em que o autor/pesquisador está diretamente envolvido com o campo/objeto de pesquisa, assumindo assim, não somente uma não-neutralidade,

89 Cartão com fotos de diferentes mulheres(17,5cmX10,5cm,colorido). Segundo as informações do cartão, as modelos são Bianca, Elenita, Sarah, Francisca, Carmem, Dionísia, Sandra, Tatiana, Ivanei e Cleusa.

90 Em um encontro junto aos profissionais do Programa Municipal de DST / Aids de Campinas, Pelúcio pode expor esta e outras críticas fundamentadas em sua pesquisa junto a travestis de São Paulo e São Carlos (PELÚCIO, 2007). Richard Miskolci e Jorge Leite Junior também participaram de encontros junto a estes profissionais, onde puderam auxiliar a equipe do Programa Municipal DST / Aids em suas reflexões críticas a respeito das identidade, desejos e políticas públicas na área da saúde.

mas também uma postura política/metodológica altamente implicada na análise produzida.

O NECS operava⁹¹ com a utilização da comunicação social como ferramenta para a educação entre pares⁹², ou seja, um processo contínuo de troca de informações e capacitação de usuários, trabalhadores e gestores do Sistema Único de Saúde. Desta forma, desenvolvia projetos em parceria com a sociedade civil organizada e também com alguns seguimentos do mercado, especialmente o GLS⁹³.

Esta diversidade de profissionais e o envolvimento de diferentes setores da sociedade corroboram a afirmação de que a emergência da aids coloca em movimento uma diversidade de articulações que não ficam restritas apenas ao plano na informação médica. “Torna-se necessário, sobretudo, atender às repercussões sociais e sexuais desse constrangedor problema, que diz respeito às relações dos corpos e seus afetos.” (PERLONGHER, 1987a, p. 12).

A principal característica de parte dos/as profissionais do NECS era o histórico de atuação em outros projetos e atividades, inclusive pessoais/não-institucionais junto à própria população que iria ser o “alvo⁹⁴” das ações.

91 Após pouco mais de sete anos de existência, o NECS deixou de existir no segundo semestre de 2010, devido a um “novo projeto” implementado a partir da substituição de diferentes coordenadoras do Programa Municipal DST/Aids de Campinas. Com a decisão da extinção deste núcleo, a maior parte dos/das profissionais optou por iniciar novos trabalhos em outras áreas da Secretaria Municipal de Saúde, deixando assim o enfoque prioritário à prevenção às DST/aids. A despeito de todas as parcerias firmadas com diferentes grupos organizados, inclusive muitos caracterizados como sendo de movimentos sociais, não houve resistência a sua extinção.

92 A “educação entre pares” é uma metodologia que utiliza como “agentes de prevenção” usuários do sistema de saúde. São diferentes grupos que passam por formação, muitas vezes continuada, e podem ou não receber “ajuda de custo” para atuar em campo na prevenção às DST/aids. Para mais informações sobre o contexto da educação entre pares ver o vídeo documentário produzido pelo Programa Municipal de DST/Aids de Campinas com o movimento de travestis e transexuais da cidade intitulado “Se me deixam sonhar” (2007, colorido, 40min).

93 Atividades de prevenção às DST/Aids foram desenvolvidas com várias boates e bares voltados para o público de Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) da cidade de Campinas. Elas foram executadas principalmente pelos/as seus/suas funcionários/as e artista, envolvendo decoração, imagem, figurino e, em alguns casos, convidados/as conhecidos nacionalmente por este público. O foco destas atividades era o incentivo ao uso do gel lubrificante a base de água e o preservativo em todas as relações sexuais.

94 “Alvo” tem sido a forma recorrente de se referir àqueles/as a quem a informação deve ser dirigida. As críticas a esta terminologia tem sido frequentes em diversos espaços de prevenção às DST/aids porque ela pode nos oferecer a idéia de que existe um lugar estático e bem definido para onde as ações devem ser focadas, quando na verdade o “lugar”, a “direção”, o “sentido”, a “dimensão” do que se produz com o objetivo de fazer com que as pessoas tenham acesso a determinadas informações e, na pretensão do discurso preventivo, mudem de atitude é mais amplo, nebuloso e dinâmico do que a imagem/noção de um “alvo”.

Este histórico dos profissionais facilitou o rápido vínculo pessoal e institucional com grupos sociais que, em um primeiro momento, não necessariamente tinham a identificação com o discurso preventivo ou interesse em, a partir de suas realidades cotidianas, contribuir para a criação, produção e divulgação dos materiais educativos institucionais da Prefeitura Municipal de Campinas.

No caso das juventudes, o envolvimento pautou-se pelo esforço em se fugir de concepções biologicistas e legalistas a respeito dessas experiências, por exemplo, não defendendo a existência de certas características divulgadas como “próprias da idade” por questões hormonais⁹⁵, e tampouco criando mecanismos etários de exclusão para a participação nas atividades, como ter ou não mais de 18 anos. Além disso, procurou-se reconhecer e valorizar as experiências artísticas destes grupos, especialmente o que se entendia como arte urbana. Tudo em prol da produção e transmissão da informação a respeito da prevenção às DST/aids.

Por isso, durante a campanha municipal contra a pichação, enquanto parte do setor público apoiava a idéia de um dos vereadores da cidade em proibir a venda de spray de tinta para menores de 18 anos em Campinas⁹⁶, profissionais do NECS criavam uma campanha em parceria com jovens abaixo e acima dos 18 anos, tanto os/as envolvidos/as com o Movimento Hip Hop, como aqueles/as envolvidos/as com a pichação. Estes/as eram vistos/as como criminosos/as (ou criminosos/as em potencial) por parte da referida campanha municipal contra a pichação e como artistas urbanos/as pelos/as profissionais da secretaria de saúde envolvidos/as

95 Para Beatriz Preciado (2008) não é estranho que a invenção do hormônio tenha se dado no contexto da criação da imprensa, do transporte rápido, da comunicação em larga distância, da organização da cidade moderna e suas redes racionais, isto é, do domínio da comunicação, da viagem, do intercâmbio, da conexão e da influência. Para ela, a teoria hormonal formulada entre os anos de 1860 e 1905 (mesmo período em que o rádio e a telegrafia foram inventados, e em que a imprensa e a difusão postal foram popularizados) faz parte do pensar o corpo como um sistema de comunicação. “A endocrinologia resultara desta modelação do corpo de acordo com uma teoria da difusão e tratamento da informação em um mundo que se torna progressivamente global.” (PRECIADO, 2008, p. 121). Ao apontar para os aspectos dados pela biomedicina aos hormônios que os caracterizam com a capacidade de “atuar a distância”, de ser emitido de um lugar e influenciar no funcionamento de outro lugar distante do corpo, o pensa como “teletransmissor”. Ela afirma que “o dispositivo de subjetivação que podemos reconstruir a partir da teoria hormonal de início do século XX é um conjunto de redes institucionais e técnicas em que se produzem artefatos vivos que, dentro de um determinado contexto cultural, adquirem reconhecimento político.” (PRECIADO, 2008, p. 122).

96 O autor da lei (12.300/2005) que proíbe a venda de tinta spray para menores de 18 anos em Campinas é o vereador Artur Orsi (PSDB). Mais informações em:

<<http://www.camaracampinas.sp.gov.br/noticias/cee-da-pichacao-vai-gerar-projeto>>. Acesso em: 15 out. 2012.

na criação do material. Ele traz impresso em papel adesivo fotos dos muros grafitados por jovens “para disseminar informações de prevenção sobre as DST/aids e fortalecer a parceria com o Movimento Hip Hop⁹⁷”.

Dos fluxos

As atividades de criação, produção e divulgação dos materiais eram executadas sempre por uma dupla ou trio de profissionais do NECS, formados/as a partir da afinidade, mas também do que se pretendia com cada material. Havia projetos em que quase toda a equipe participava, em diferentes momentos de seu processo de execução. De modo que os membros transitavam através de um fluxo que ora se priorizava o conhecimento técnico, ora enfocava os vínculos que determinados/as profissionais já possuíam com os membros do grupo a quem se destinaria o material. Em outros momentos, se priorizava a participação de um/a profissional que tivesse o olhar distanciado do grupo com quem se estava trabalhando, sem vínculo e sem conhecimento prévio sobre a realidade dos/as envolvidos/as, de maneira que podíamos obter novos olhares e perspectivas sobre o que se estava criando, produzindo ou divulgando.

Além do fluxo de profissionais nas atividades, os materiais já produzidos também circulavam, em certos contextos, independentemente dos grupos envolvidos na sua criação e produção. A circulação dos materiais passou a ser proposital quando a equipe começou a perceber que, em espaços onde estes diferentes grupos se encontravam, os materiais eram automaticamente trocados, desejados por diferentes perfis de pessoas. Como no caso em que, durante a Parada do Orgulho LGBT, as mulheres sindicalizadas no setor do trabalho doméstico tiveram acesso a camisetas destinadas à campanha de prevenção às DST/aids, criadas e produzidas junto a jovens gays; e no caso em que mulheres lésbicas, em uma praça frequentada por diferentes juventudes, solicitaram o material criado e produzido com e para gays jovens que continha a imagem do modelo eleito como primeiro Mr. Gay Brasil.

Assim, o colorido das camisetas pensados para a Parada do Orgulho LGBT encantou as trabalhadoras domésticas que resolveram, literalmente, vestir a ca-

97 Retirado de um cartão do projeto Fluxus (12cmX27cm, colorido) com a imagem de um muro grafitado nos dias 17 e 18 de maio de 2008, na rua Prof. Luis Rosa, 22. Artistas: Hemps/Lost/Beka.

misa da campanha de prevenção às DST/aids que em um primeiro momento, por questões epidemiológicas, se voltara aos gays, bissexuais e travestis, mas que depois se tornou também marca da alegria vivenciada em outros contextos, como o destas mulheres em seus encontros sindicais. O que foi pensando para fluir entre os diferentes grupos de homens jovens gays, criou um trânsito particular entre mulheres lésbicas que demonstraram interesse em ter a imagem do Mr. Gay Brasil 2007 em sua bolsa ou carteira, afinal, elas o acharam “lindo demais”. Algumas chegaram a dizer que sentiam “certo desejo” pelo modelo.

A boa recepção de grupos que não participaram da criação, produção e divulgação inicial de determinados materiais (por não terem sido identificados como o grupo a quem se destinaria aquelas informações) levou a equipe a pensar nas limitações que a crença em uma espécie de identidade que justificasse o fluxo de distribuição dos materiais produzidos poderia trazer. Em outras palavras, se há fluxos de significados de identificação e aceitação para além dos pares que os produziram, focar a produção em recortes epidemiológicos, quase que identitários, seria um aspecto limitador para a produção midiática em relação ao tema da prevenção às DST/aids?

A produção midiática criada, produzida e divulgada a partir das atividades desenvolvidas pelo NECS e seus/suas parceiros/as não era fundamentada em uma única linha teórica. Havia espaços na equipe para diferentes abordagens e perspectivas. Uma delas me parece rentável para a reflexão que desenvolvo aqui e, em especial, para pensar o questionamento apresentado acima.

O filósofo francês Gilles Deleuze era citado, em determinados contextos, por parte dos/as profissionais envolvidos/as para se pensar na formação do sujeito em uma perspectiva de descentralidade e não unilateralidade. Assim, alguns/algumas profissionais da equipe compreendiam os/as envolvidos/as nas atividades a partir das linhas que os compunham, ou que ele/elas compunham, que eles/elas tomavam emprestado ou que eles/elas criavam. Segundo Deleuze, “somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, pacotes de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos etc. Não há mono-fluxo.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 119).

Nesse sentido, o que continha cada um dos materiais não poderia ser visto como sendo exclusividade de um grupo de sujeitos, ou de um perfil identitário como se existisse de fato um sujeito com desejo ou certa identidade como destino daquilo que se produzia. Afinal, em se tratando de desejo, ele “nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares,

microformações, que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc.” (DELEUZE; GUATARRI, 1996, p. 93). Em outras palavras, “O desejo é o sistema dos signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes em um campo social.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 94-95).

Portanto, respondendo ao questionamento feito anteriormente, a ideia de um sujeito (ou de um grupo de sujeitos) com uma identidade parece limitada para pensarmos o destino, a direção, o “alvo” do que se produz em termos de mídia voltada à prevenção às DST/aids. Aí está o fundamento para a reflexão de que as direções do desejo, seus fluxos no campo social, possam ser mais produtivas para pensarmos comunicação em saúde do que a crença em uma identidade estabelecida via as classificações e os apontamentos epidemiológicos sobre contextos de vulnerabilidades de determinados sujeitos.

Porém, a própria organização do Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) em torno da aids, em especial os gays e as travestis, favoreceu e favorece o discurso preventivo identitário.

Um exemplo dessa interação é a produção do Movimento LGBT e o do Ministério da Saúde, através do então Programa Nacional de DST/Aids, do *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Neste documento há uma agenda afirmativa para Gays separada das de outros HSH, e outra agenda afirmativa para Travestis, considerando que “o reconhecimento das identidades sociais é fator fundamental para a efetividade das estratégias de prevenção ao HIV e DST.” (BRASIL, 2008, p. 16).

No entanto, há seguimentos do movimento social que tem feito fortes críticas a esta forma tradicional de pensar e executar política pública. No caso campineiro, o Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual⁹⁸ e o E-Jovem – Gays, Lésbicas e Aliados⁹⁹ se posicionaram oficialmente, junto com o Programa Municipal DST/Aids e o Centro de Referência LGBT, contrários a proposta separatista do referido Plano Nacional citado acima, quando este esteve sob consulta pública, mas não obtiveram resposta. A defesa era para que se pautasse a política mais nas práticas sexuais e menos nas identidades sexuais, o que implicava em manter os Gays dentro da categoria “Homens que fazem Sexo com Homens”¹⁰⁰.

98 Disponível em: <<http://www.identidade.org.br/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

99 Disponível em: <<http://www.e-jovem.com/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

100 Para maiores informações sobre esta proposta e os contextos reprodutores e criadores de estigmas em que se tem justificado a separação entre Gays e HSH no âmbito da implementação do referido plano, ler Duque e Pelúcio (2010).

Estes posicionamentos mais críticos também estão presentes no contexto acadêmico. Sérgio Carrara é um dos exemplos, considerando a sua afirmação de que “se o imperativo da visibilidade no nível das políticas públicas fortalece certas identidades ou grupos, também os expõem a um controle mais minucioso por parte de diferentes instâncias do poder estatal”. Em outras palavras,

Há que discutir, finalmente, os perigos da reificação das identidades sexuais e de gênero em jogo neste contexto e de seu possível impacto sobre políticas e direitos que, por serem “especiais”, podem acabar sendo mais excludentes que inclusivos. (2010, p. 144).

Dos desejos

Há uma ressalva a ser feita na perspectiva de Deleuze sobre o desejo. Segundo ele, não há eclosão nenhuma de desejo, em qualquer lugar que seja, que não questione as estruturas estabelecidas. Para ele o desejo é revolucionário porque quer sempre mais conexões e agenciamentos (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 94-95). Porém, como sabemos hoje, o desejo não é necessariamente revolucionário. Por exemplo, se o referido cartão com a imagem do Mr. Gay fez sucesso entre as jovens lésbicas, por outro lado deixou a desejar entre alguns jovens gays que, em uma atividade com a presença do próprio modelo do cartão, o avaliou como sendo “feminino demais”, como alguém que “parece muito gay”. Um paradoxo bastante frequente entre homens que mantém relações afetivas e/ou sexuais com outros homens, desde que o parceiro “não aparente ser gays”, ou seja, se comporte socialmente como se não fosse gay.

O desejo que os guia está na masculinidade-padrão corporificada na imagem de um homem plenamente ajustado à ordem heteronormativa. Curioso paradoxo em que o desejo é homoerótico, mas se dirige ao homem “heterossexual”, ou seja, aos valores e às práticas historicamente construídos como típicos daquele que mantém a dominação masculina e a recusa das relações amorosas ou sexuais entre homens. (MISKOLCI, 2009, p. 187).¹⁰¹

101 Ver também o texto de Miskolci nesta coletânea.

Partindo desta ressalva podemos tomar os desejos (e não as identidades) como inspiração para a produção midiática envolvendo diferentes juventudes no que se refere à prevenção às DST/aids.

Parte das críticas que esta proposta de olharmos mais para os “fluxos desejantes” e menos para as identidades tem sofrido vem da concepção de que identidades são mais inteligíveis do que desejos, ou que se agrega e se torna compreensível mais pela identidade do que via o desejo, ou ainda, que não é possível construir políticas públicas sem identidades fixas e generalizadas, que estas seriam estrategicamente necessárias porque os desejos são mais fluidos e instáveis do que o que temos tomado como identidades¹⁰².

Mas, este lugar seguro, essa fixidez estratégica, a dimensão agregadora de identificação das identidades inteligíveis não é fruto dos mesmos processos normativos que nos faz conceituar o desejo com características inversas a estas? De uma forma ou de outra, corriqueiramente o que se chama, por exemplo, de identidade “gay”, “lésbica” e “bissexual” não é reiterado sempre fixando e identificando os desejos por este, aquele ou ambos os sexos?¹⁰³ Ou então, a proposta é fixar os desejos, torná-los tão supostamente compreensíveis e aglutinadores como temos tentado fazer com as identidades?

Evidentemente, o que se propõe neste texto não é fixar o desejo, transformá-lo em identidade ou concebê-lo de forma estrategicamente generalizante. Ao invés disso, se faz necessário tomar a identidade nos termos de Brahm, que a classifica como não sendo nem fixa, tampouco singular.

Ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Mas no curso desse fluxo as identidades assumem padrões específicos, como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas. (BRAHM, 2006, p. 371).

102 Estas críticas têm sido recorrentes, tanto em espaços governamentais, como nos de movimentos sociais. No universo acadêmico também surgem em contextos em que há pesquisadores/as com vínculos com parte do Movimento LGBT.

103 Apesar de no Manual de Comunicação LGBT voltado para os “profissionais da mídia” não constar a definição de “gay”, nele temos exemplos de o quanto se busca fixar os desejos para manter a crença na inteligibilidade das identidades. Tal documento é de realização da Associação Brasileira Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, com financiamento do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS. Nele lê-se que “Lésbica” é a “mulher que é atraída afetivamente e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero” (p. 14) e que “Bissexual” “é a pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gêneros” (p. 11). O manual está disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Acreditar que estes padrões específicos são potencialmente produtores para a formação de políticas públicas é o grande fator limitador do nosso tempo. Hoje, cada vez mais, o caleidoscópio não para. Estes padrões formam-se e se reinventam de diversas formas, cada vez mais rápidos e dinâmicos, contextuais e fluidos, são relampejos de experiências dinâmicas e reiteraões contextuais que não devem ser fixadas.

Além disso, estes padrões (pensados nestes termos) trazem contornos – e nisso a identidade é como o desejo – nem sempre inteligíveis, nomeáveis ou classificáveis segundo as categorias até então inventadas. Como afirmou Pelúcio,

Nos dias que correm, o clima de liberdades individuais e políticas, somadas à organização da sociedade civil, às facilidades tecnológicas de comunicação e difusão de idéias, tem corroborado francamente para que as vivências fora da norma possam ser experimentadas e visibilizadas. Experimentações que possibilitam diferentes percepções sobre si e sobre os outros, criando novas subjetividades que demandam nomeações igualmente novas. (PELÚCIO, 2011, p. 124).

Estas experimentações também são comumente abertas a novos agenciamentos e fluxos, nem sempre assumidos, visíveis, reconhecidos ou de fácil compreensão. Por isso, às vezes, o desafio é não encapsular novas experiências através de nomeações (via a fórmula das políticas da identidade) para pensarmos as campanhas de prevenção e a comunicação em saúde, especialmente em DST/aids; pelo contrário, é necessário valorizar os “fluxos desejantes”, sem necessariamente abandonar a questão da identidade, mas buscando problematizá-la via esta noção de desejo.

Outro aspecto desafiador nestes processos junto às diferentes juventudes foi não tomar o desejo como a grande ameaça ao que se queria enfrentar: a epidemia de aids.

Um dos exemplos foi a criação de um “zine”¹⁰⁴ junto a jovens, especialmente abaixo dos 18 anos, assignados como do sexo masculino, mas “não heterossexuais”, ou “não exclusivamente heterossexuais”, ou ainda, “que tem o habito

104 Material educativo publicado em dois volumes, com formato de livreto (zine), intitulado “Nem te conto” (10,5cm X15cm, colorido). Foi produzido junto aos seguintes jovens: volume I (2007) - Alisson, Bruna, Caique, Chesler, Felipe, Guto, Juliano, Murilo e Renata; volume II (2008) - Alisson, Bruna, Chesler, Guto, Felipe, Juliano, Leandro, Priscila e Renato. Para conhecer os processos de criação, produção e divulgação deste material assistir ao vídeo documentário “Nem te conto” (2008, colorido, 17min.), produzido pelo Programa Municipal DST/Aids de Campinas.

de se montar¹⁰⁵". O convite a eles/elas foi feito inicialmente via as instituições da rede de proteção das crianças e adolescentes de Campinas¹⁰⁶. A valorização da prática, da experiência, e não necessariamente o agenciamento via uma identidade, era a estratégia central da equipe para se utilizar dos desejos em detrimento a uma classificação identitária, por isso, os termos como "gays", "bissexuais" e "travestis" foram evitados na carta convite.

Mas, como afirmou Gayle Rubin, a lei é implacável ao criar uma fronteira entre a "inocência" da infância e a sexualidade "adulta". Em vez de reconhecer a sexualidade dos jovens e tentar dar-lhe suporte, nossa cultura nega e pune o interesse e a atividade erótica de qualquer pessoa que não atingiu a maioridade. "O volume de disposições legais destinadas a proteger os jovens de um exercício prematuro da sexualidade é espantoso." (RUBIN, 2003, p. 43). Por isso, nenhum encaminhamento para as oficinas de criação, produção e divulgação do "zine" foi feito pela rede oficial de proteção das crianças e adolescentes, pelo contrário, as relações informais e pessoais dos membros da equipe é que construíram o encaminhamento e garantiram a adesão às atividades, arregimentando um pequeno grupo de jovens (a maior parte com menos de 18 anos) considerados pela equipe como tendo o perfil do público a quem o "zine" se destinaria.

Buscando fugir da negação e da proibição da atividade erótica na adolescência, fundamentados na realidade prática de contato e envolvimento com esta população, procuramos criar, produzir e posteriormente divulgar um material que levasse em consideração a dimensão erótica da informação. Que, de alguma forma, no resultado final da tentativa de transmitir informação, o desejo estivesse envolvido e valorizasse o material, garantindo o seu fluxo. Para isso, tanto o tamanho do "zine" (para caber facilmente no bolso e não ficar a vista de quem pudesse tentar reprimir o acesso a tais informações por considerá-las não apropriadas), quanto as suas imagens (foi utilizado parte de folders de boates gays, imagens de revistas classificadas como pornográficas que estes adolescentes tinham acesso e foram trazidas para a oficina) e parte do conteúdo da informação (letras de músi-

105 *Montar* é um termo êmico entre travestis e drags, que corresponde ao ato de vestir roupas tidas como de mulher, para se tornar, segundo diferentes lógicas destes grupos, feminina.

106 Fazem parte desta rede as instituições cadastradas junto ao setor público (Secretaria Municipal de Cidadania, Inclusão e Assistência Social) que atuam com diferentes juventudes, assim como grupos ligados ao movimento social voltado aos direitos das crianças e dos adolescentes.

cas e discursos/jargões de drag queens e até o Bajubá¹⁰⁷) foram estrategicamente associados ao discurso preventivo às DST/aids.

Considerando a adesão a este material de outros jovens que não participaram das atividades de criação, produção e divulgação, inclusive daqueles que não necessariamente se classificam como “não heterossexuais”, como os/as do Movimento Hip Hop, a erotização da informação revelou uma estratégia bastante produtiva para a transmissão de informação em saúde.

Porém, a infecção pelo vírus HIV de um adolescente que teve acesso ao material e ajudou na sua divulgação, mostrou os limites da informação, mesmo aquela veiculada por meios mais “sedutores”. Então, apostando nesta dimensão erótica associada ao discurso preventivo, a equipe do NECS reconhecia que o desejo pode ser potencializado para além das identidades previamente definidas, mas que ele também tem seus próprios fluxos de agenciamentos que não vão estar sempre em conexão com os objetivos e orientações do que se entende como sendo “sexo mais seguro”.

Já no final da década de 1980, Perlongher se referia a esta realidade da epidemia de aids a partir deste contexto campineiro escrevendo:

A defasagem entre as prevenções sexuais promovidas e as práticas homossexuais concretas não é retórica. Assim, em Campinas, a equipe médica da AIDS sentia, no próprio campo, essa inadequação: “O que você recomenda não tem nada a ver com o sexo que eu faço”, queixavam-se os homossexuais populares no ambulatório. (1987a, p. 57).

Para ele, em relação à aids, a questão é de pensarmos em um instável compromisso entre risco e gozo, sujeito ao vaivém do desejo¹⁰⁸. E, mais do que viver es-

107 O Bajubá é um conjunto de termos e expressões formados a partir dos espaços das religiões de matriz africana. Originariamente utilizado por travestis brasileiras em diferentes contextos, agora tem sido transmitido e usado por diferentes sujeitos em vários ambientes voltadas para a diversidade sexual, como boates, bares, Organizações Não Governamentais, encontros nacionais ou regionais de militantes. Ele também já é empregado em programas humorísticos e usado por diversos personagens em novelas brasileiras.

108 Kane Race (2007), em outro período e contexto, chega a propor uma análise sobre a “erotização do risco” na população gay, mas que podemos ampliar analiticamente para outras realidades. Segundo ele, é importante tomar o risco erotizado como o maior elemento desafiador dos processos normais de subjetivação que ocorrem no entroncamento discursivo entre risco e intimidade. Race reflete a respeito das práticas sexuais sem preservativos (chamadas de “barebacking”) afirmando que existe nestas práticas uma “segurança negociada”. Nestes contextos, há consciência do risco, mas também do prazer, daí os parceiros negociarem práticas que buscam maximizar o prazer da intimidade.

tas experiências do desejo com culpa e peso na consciência, é preciso vivê-las com alegria. Segundo ele, “Seria paradoxal que o medo da morte nos fizesse perder o gosto da vida”. Como escreveu Perlongher,

A vida não se mede apenas como quer a intuição médica, em termos de prolongação da sobrevida (ou da agonia), mas também em intensidade do gozo. A dimensão do desejo não deveria ser negligenciada, se é que se trata de salvar vidas. (1987a, p. 92).

Assim, em todos os materiais produzidos, especialmente em se tratando de juventudes, reconhecia-se que o que se transmitia era altamente normativo: a insistência no uso da camisinha, o incentivo a adesão ao teste do HIV, a classificação das formas mais seguras de se fazer sexo, os esforços em fazer com que as pessoas vivendo com HIV-aids aderissem aos medicamentos. Reconhecia-se também que o material produzia certos comportamentos igualmente normalizados. O diferencial estava justamente na valorização do desejo. Ao reconhecê-lo e trabalhar com ele, considerávamos também seu potencial subversivo, capaz de escapar a controles e normatizações.

Considerações finais

Se os “fluxos desejantes” envolvem, mas não fixam identidades; se estes fluxos em parte reproduzem normas e convenções (que podem contribuir para a vulnerabilidade em relação às DST/aids) e sendo os diferentes jovens, assim como os/as profissionais do NECS, sujeitos envolvidos por estes fluxos, como pensar as implicações disso no que de midiático foi analisado neste mini-curso?

Como já foi questionado no início deste texto, é possível se tornar inteligível e atingir o objetivo a que se pretendia estes materiais sem reproduzir estas normas e convenções? Considerando o que já foi exposto, ainda que se buscasse tal neutralidade, ela jamais seria atingida devido aos/às envolvidos/as na criação e produção do material ser atravessados/as/formados/as destas próprias normas e convenções. Por outro lado, sabemos que a transmissão de informações, os fluxos dos materiais e os desejos que os envolvem tomam dimensões de agenciamentos nunca totalmente controláveis, a ponto de seu significado subverter práticas mais conservadoras e/ou identitárias.

Outro exemplo, além dos que já foram citados ao longo do texto, é o de um adesivo criado e produzido junto a um grupo de homens jovens e adultos que se classificavam como sendo heterossexuais. Neste adesivo produzido em três cores (vermelho, branco e preto) lê-se a frase de uma das campanhas do Ministério da Saúde voltada a homens: “bom de cama é quem usa camisinha¹⁰⁹”. Ela está associada à imagem de uma pessoa sobre a outra. Estão cobertas em cima de uma cama de casal mostrando apenas as pernas e os pés, sendo que a pessoa que está embaixo (desenhada na cor preta), está com as pernas abertas usando sapatos de saltos altos de frente para a outra sobre ela, que está descalça (desenhada na cor branca). O adesivo fez muito sucesso entre homens na cidade de Campinas, tendo que ser re-produzido em grandes quantidades mais de uma vez.

As críticas feitas a este material (muitas vindas de parte dos/das próprios/as integrantes da equipe do NECS) eram as de que a imagem reforçava certa postura em que a mulher parecia submissa ao homem durante o ato sexual, que havia subentendido um componente racial no material passível de críticas se visto pelo olhar da hipersexualização das mulheres negras e de que as marcas de gênero (os sapatos de salto alto) poderiam ser desnecessárias para a transmissão da informação, abrindo assim possibilidades de o material não ser tão marcadamente heterocentrado.

Por outro lado, a escuta diante dos homens que a criaram e aprovaram a imagem (assim como de parte dos/as profissionais do NECS) era a de que o adesivo trazia uma temporalidade excitante, porque às vezes o sexo é feito às pressas, “sem tempo de tirar o salto”, porque a situação assim o pede, como em casos de fazê-lo às escondidas devido a estar em um contexto de proibição ou controle. Outros/as disseram que a possível postura de submissão pode revelar certo preconceito, porque “nem sempre quem está embaixo é quem está dominado na relação”. Além disso, “não necessariamente a pessoa que calça os sapatos pode ser uma mulher”, como nos lembrou um jovem durante uma oficina de criação de outros materiais educativos.

Assim, a questão não é se vamos ou não reproduzir normas e convenções de gênero e sexualidade em materiais midiáticos voltados a prevenção às DST/aids, porque, sim, iremos. Mas, o fundamental é problematizarmos o que produzimos, não para fugir das reiteraões normativas e convencionais, mas para reconhecermos e apostarmos nos seus escapes, em seus fluxos fora do controle, não facilmen-

109 Em 2008 o Ministério da saúde, buscando focar jovens de ambos os sexos na campanha de prevenção durante os dias do carnaval, produziu cartazes com este slogan. Mais informações em: <<http://sistemas.aids.gov.br/feminizacao/index.php?q=carnaval-2008-bom-de-cama-%C3%A9-quem-usa-caminsinha>>. Acesso em: 15 out. 2012.

te identificáveis, ainda que comumente inteligíveis. Esta inteligibilidade, a recepção classificada como sendo “boa” por quem criou e produziu o material, é que precisa ser valorizada, ainda que não responda às nossas expectativas identitárias. Problematizar esse aspecto me parece mais importante do que a reivindicação por mais criatividade na transmissão das informações sobre prevenção às DST/aids, que, como problematizei aqui, não irá conseguir controlar por completo os fluxos dos desejos.

Referências

AYRES, José Ricardo Carvalho Mesquita. O jovem que buscamos e o encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação de ações preventivas do abuso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: TOZZI, D. et al. (Org.). *Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e às DST/AIDS*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 15-24. (Série Idéias, 29).

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Programa Nacional de DST e Aids. *Plano nacional de enfrentamento da epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. *Pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas relacionada às DST e Aids da população brasileira de 15 a 64 anos de idade, 2008 (PCAP-2008)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2009/40352/pcap_2008_f_pdf_13227.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, Natal, v. 4, n. 5, p. 131-147, jan./jun. 2010.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2007.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

_____.; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 3, p. 83-115.

DUQUE, Tiago; PELÚCIO, Larissa. Homossexualidades, estigmas e o discurso preventi-

vo às DST/aids no Brasil ou como os gays deixaram de ser homens que fazem sexo com homens. In: GRUPO DE TRABALHO: HOMOSSEXUALIDADES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: PRÁTICAS, SABERES E EXPERIÊNCIAS, SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis.

IBOPE. *Pesquisa de opinião pública sobre pensamento da juventude católica sobre sexualidade e reprodução*. Brasil, 2006/2007. p. 46.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado - notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1º sem. 2009.

_____. ; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 255-267, 1º sem. 2007.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

_____. “É o que tem pra hoje” – os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: UFBA, 2011. p 111-136.

_____.; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, v. 1, p. 104-124, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O que é Aids?* São Paulo: Brasiliense, 1987a.

_____. *O negócio do michê – prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. España: Espasa Calpe, 2008.

RACE, Kane. Engaging in a culture of barebacking: gay men and the risk of H.I.V. prevention. In: MOFFAT, K. Hannah; O’MALLEY, P. (Ed.). *Gendered risks*. London: Glasshouse Press, 2007.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SILVA, Cristina Luci C. *Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – a atuação das organizações não-governamentais na luta contra a Aids*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

UNAIDS. *A ONU e a resposta à Aids no Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.unaids.org.br/biblioteca/Folder%20A%20ONU%20e%20a%20Resposta%20E0%20aids%20no%20Brasil%20AA%20Edi%20E7%20E3o%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

“Sin Tetas No Hay Paraíso”?: Hacia una ética corporal transLatina

Marcia Ochoa

Dedicada a Farita Jiménez, Marielita, amiga, artista e intérprete, quien dijo: “Mi figura es la figura con la que yo me he presentado [...] La leyenda mía es así.”

QEPD

Este trabajo se inspira en una telenovela colombiana que se transmitió en el canal CARACOL entre septiembre y octubre del 2006, con el título *Sin Tetas No Hay Paraíso*. Yo la encontré en las calles de Caracas en el 2007, en esa época era uno de los DVDs quemados más cotizados que vendían los buhoneros¹¹⁰ en uno de los bulevares más movidos de Caracas. También se comentaba mucho en los medios y entre mis amigos venezolanos, quienes me lo presentaron – comprado fresquecito de la calle – con mucho orgullo.

Pero la primera vez que me dí cuenta de su alcance global fue cuando, en ese mismo viaje, en el Oriente de la costa caribeña venezolana, en el pueblo de Carúpano, mis compañeros y yo nos encontramos con una camioneta de último modelo con la frase “SIN TETAS NO HAY PARAISO – SUIZA”, escrita en jabón sobre la ventana de atrás. Un grupo de transformistas se habían fugado del invierno europeo para visitar de nuevo a Venezuela. Con ellas, Miss Luciérnagas 2003, reina vitalicia de un certamen de belleza que había ganado antes de montarse las tetas y buscar su fortuna en otras partes. Se bajó – una pierna largota después de otra – de la camioneta acompañada por sus amigas y una antropóloga alemana (!) (vease VOGEL, 2009). Se habían apropiado del nombre de la telenovela como lema de su retorno triunfal.

Sin Tetas No Hay Paraíso fue un éxito instantáneo en el 2006, ganando el 63% del público televidente durante sus 23 episodios que se transmitieron en el mercado nacional colombiano, después en Venezuela, Ecuador, México, Puerto Rico, Uruguay, Argentina, Perú, España, hasta Bulgaria y Grecia. En el 2007 Telecinco adapta el guión para un público español, y la versión de Telemundo empieza en el 2008. También se escuchaban murmullos de una adaptación para el público an-

110 Camelôs (Nota dos editores)

gloparlante norteamericano – á la Betty La Fea/Ugly Betty – pero aún no se ha visto nada (WALSH, 2007). Es un ejemplo temprano de las “narconovelas,” o las telenovelas que tratan el tema del narcotráfico.

La telenovela gira en torno de la vida de Catalina, una adolescente que vive en un barrio humilde en Pereira, estado Risaralda en el “Eje Cafetero” – la zona del cultivo del café en Colombia. Yésica, una compañera de estudio quien se apoda, sutilmente, “La Diabla” la anima a hacerse “pre-pago” con ella, o sea a participar en una forma de trabajo sexual con los narcotraficantes de la zona. Catalina, anhelando una vida lujosa, se reúne con las chicas del barrio a pasar un fin de semana con los narcotraficantes. Lamentablemente no interesa por el tamaño de sus senos “limoncitos.” Los traquetos no la llaman al servicio y le mandan a decir que se “engorde” un poquito primero antes de regresar. Catalina, humillada, entonces entra en busca del eje central del trama – los implantes mamarios que le van a facilitar entrada en el trabajo sexual “pre-pago” y, se supone, una vida de riqueza, diversión y facilidad. Como ya se imaginan, todo termina en fracaso. Consigue los implantes, claro, pero también la violencia, traición, envidia, la potencia sexual, se corrompe y pierde todo. La telenovela se basa en una novela de Gustavo Bolívar, parte de la tradición colombiana de testimonios desde las márgenes de la sociedad. Ambos textos levan el lema “basada en la vida real,” aunque han sido objeto de mucha polémica en Colombia por la representación tan estereotipada de la gente del Eje Cafetero y el moralismo sensacionalista en cuanto al narcotráfico y el trabajo sexual.

Fue precisamente por el hecho de ser representado como una telenovela “basada en la vida real” que surgió la idea de analizar el texto por medio de un estudio de recepción entre mujeres transgénero (masculinas a femeninas) de origen latinoamericano que se encontraban en San Francisco – se han puesto el nombre “transLatinas” entre ellas. Desde el 2005 he colaborado como supervisora de un programa de derechos humanos y prevención del VIH/ AIDS en La Misión, el barrio Latino¹¹¹ de San Francisco. Este programa, El/La Para TransLatinas, fue coordinado por Alexandra Byerly, una activista transLatina de la Ciudad de México que ha vivido en los EEUU más de 20 años. En El/La, Alexandra facilitó un Club de Cinema para transLatinas, dónde se reunían las integrantes del programa a ver pe-

111 Se utiliza la palabra “Latina” o “Latino” cuando se refiere a gente y poblaciones de origen latinoamericano residentes en EEUU. Otras palabras también se utilizan, pero esta es la que predomina en el entorno de San Francisco.

lículas relevantes y discutir temas de interés. En el principio del 2008, el tema que había programado era “Historias de la Vida Real.” Decidimos incluir el estudio de recepción en este ciclo.

Los estudios de recepción son parte de una propuesta de los Estudios Culturales tanto británicos como norteamericanos – funcionan como una respuesta al comportamentalismo que ha marcado la comunicología norteamericano y el determinismo tanto de la mirada del feminismo psicoanalítico hacia el cine (la *Screen Theory* de Mary Ann Doane y Laura Mulvey entre otras, vease *The sexual subject*, 1992) como la hipótesis del Imperialismo Mediático que Adorno propone en la *Industria Cultural* (ANG, 1995). Stuart Hall propone los estudios de recepción en su artículo “Encoding/Decoding” (Codificando/Descodificando, [1992]2001), aunque los estudios culturales y la comunicación habían utilizado algo parecido a sus metodologías antes de esta publicación. En este artículo, Hall responde a lo que considera un modelo de estudios de comunicación demasiado “linear” – el modelo “emisor-mensaje-receptor” que supone que emisor “A” trasmite mensaje “B” a receptor “C”. El modelo que Hall propone se centra en la producción del *discurso* mediante tanto la participación de los productores como la de los consumidores de los medios. Para entrar al nivel de discurso, un “evento” tiene que ser codificado dentro de las estructuras del significado que actualmente existen para reconocer y transmitir el evento como discurso. Estas estructuras existen dentro de los dispositivos del conocimiento (*frameworks of knowledge*), las relaciones de producción, y las infraestructuras técnicas. Éstas producen las condiciones de legibilidad del evento como parte del discurso, y que están disponibles para descodificarse desde una multitud de posibles subjetividades. Lo importante de este modelo es que evita la universalización del proceso de mediación, y exige una mirada infraestructural que toma en cuenta la economía política de tanto la producción como la recepción de textos mediáticos. Siguiendo a Hall, muchos investigadores han abierto campo para entender la recepción de textos tan diversos como el noticiero y la serie *Dallas*, siempre enfocándose en la experiencia de los espectadores y tomando en cuenta las *condiciones* de recepción. Por ejemplo, PurnimaMankekar estudió la recepción de las televisoras satelitales cuando se abrió el mercado mediático de la India en los 90s – lo hizo en las salas de las familias en su estudio, observando el consumo de medios como práctica cotidiana.

Los estudios de recepción típicamente reúnen un público de espectadores en distintos contextos y aplican una metodología etnográfica mezclada con entrevistas y discusiones en grupo. Jacqueline Bobo (1995) intervino en el imaginario del

“espectador” genérico cuando reunió grupos de mujeres afroamericanas para ver y responder a la película *The Color Purple*, basada en la novela de Alice Walker. Estas espectadoras insistían en la marcada diferencia en sus experiencias de ver la película con otras mujeres negras. En *Black Women as Cultural Readers*, propone que los contextos de recepción son tan importantes como los mismos textos en la experiencia de la recepción. Estos grupos los denomina “comunidades de interpretación.” Siguiendo a Bobo, quise proponer un público de espectadoras transLatinas para *Sin Tetas No Hay Paraíso*, y esta decisión implicó un abordaje muy particular.

Primero, es importante notar que para crear un grupo de espectadores hay que existir un contexto social dentro del cual el grupo se puede reunir. En otros estudios mencionados, este contexto social se encuentra dentro de redes sociales, de amigos o familiares. La propuesta de El/La Para TransLatinas es de crear un espacio dónde las transLatinas se pueden reunir a gusto y con un ambiente libre de discriminación para reconocer y realizar sus sueños. El Cine Club Trans es parte de esta propuesta en que reconoce el deseo de participar en actividades culturales y opinar. En un contexto en el cual son tratadas como posibles vectores de infección, “clientes” de los servicios sociales, criminales o indocumentadas por la policía, o proveedoras de servicios sexuales para los que andan buscando – esta es una intervención. El trabajo necesario para que existiera una “comunidad interpretativa” en El/La es el trasfondo de este estudio. Se nota en las grabaciones de las discusiones – facilitadas por la coordinadora del programa – el placer que toman las integrantes del grupo en escandalizarse, entrar en polémicas y opinar sobre el trama en progreso.

Para hacer un estudio de recepción primero hay que reunir un grupo y entender las bases de ese contexto social. Hay que presentar el texto mediático – en este caso programamos dos sesiones semanales, por un mes, para ver y responder a la telenovela entera – 23 episodios sobre ocho DVDs. Las sesiones duraban tres horas, dos para ver los episodios del disco del día y una más de discusión. Desarrollamos un protocolo para el estudio que incluía preguntas sobre el desarrollo del melodrama, los protagonistas y lo que había pasado en los episodios del día. Alexandra sirvió de facilitadora y yo participé en dos ocasiones. Contamos con seis espectadoras que se comprometieron a ver la novela entera – eran transLatinas provenientes de México, Guatemala, El Salvador y Cuba. En el transcurso del estudio entraban y salían otras integrantes del grupo. Es importante notar que – según entiendo – los estudios mediáticos no se han llevado a cabo mucho con espectadores/as trans, y mucho menos con espectadores/as trans originarias e América Latina.

Los métodos que predominan en el estudio de mujeres trans en América Latina son etnográficos o epidemiológicos, basados en la cuestión de ser trans, o en el comportamiento sexual y el riesgo del VIH. En este estudio, propuse diversificar las políticas de conocimiento en el estudio de las experiencias de mujeres trans latinoamericanas. La idea era que este grupo de espectadores, quienes habían también enfrentado el deseo o la presión social de buscar implantes mamarios, que también habían sido participantes en economías subterráneas, tendrían algo interesante que decir sobre la telenovela, y este fue el caso. Ahora, revisaré unos temas que salieron en las discusiones. Luego elaboraré el concepto de una ética corporal transLatina, basado en unos abordajes a la corporalidad que me han servido en este trabajo, y finalmente hablaré un poco de ampliar el concepto Barberiano de “las mediaciones” para entender no sólo los textos mediáticos y las prácticas de recepción, pero también las manifestaciones corporales, lo que Elizabeth Povinelli llama la “carnalidad” (*carnality*).

Temas

Aunque surgieron muchos temas de interés en las ocho horas de discusiones, aquí destaco unos comentarios relacionados a la cuestión de la ética corporal. Por un principio las participantes criticaron mucho lo que vieron como la “ambición” de Catalina. Esto se contrastaba con su inocencia, su ignorancia o el amor verdadero. La ambición se narra como el fuente de su fracaso – por querer lograr sus metas muy rápido:

Bueno lo que veo de Catalina es que es una muchacha dispuesta a hacer su cambio pero fue muy rápido con la inocencia que tuvo. Por la inocencia que tuvo fue muy rápido. No tuvo la gordura de esperar. Vale tener más calma. No ser tan desesperado. Por eso le pasó lo que le pasó porque fue muy desesperada por la ambición del dinero y el cambio. Tenía que esperar un poco más. Ser más calmada.

También se criticaba por no utilizar bien sus recursos:

A mí lo que no me gustó de la novela es que ella ya teniendo los dólares en la mano los deja ir. No los retuvo. Entonces ni dólares, ni implantes, ni nada, ni narcotraficante, ni nada. No, no, no. Mami, te estoy dando

tres mil dólares. Piensa que tres mil dólares a cambiarlos tienen que ser más, no van a ser menos. Como ella no quiere estar en todo... se queda sin nada. [¿Por qué crees que eso sucede?] Eso sucede porque ella es una persona que está ambicionando algo que pa' tenerlo tiene que tener un poco más de calma.

Una participante relaciona la ambición de Catalina con las experiencias de sus amigas manejando sus propias transformaciones. Luego convierte esta observación en un llamado a sus compañeras:

[...] hay que ver las experiencias de otras personas para ver si se puede hacer el tratamiento o no. Cualquier tratamiento no solamente de las tetas si no que todos esos tratamientos que hacemos. Chicas si no sabemos que nos están poniendo si un aceite de carro o un aceite de ese de cocina de los que ya no sirven. Tenemos que ver eso. Necesitamos que nos den una charla – por eso estamos en el grupo acá para que nos unamos y podemos decir, “okay.” Nos está dando una orientación – eso es lo que tenemos que hacer – preguntarle a la persona que tiene más experiencia [...]

La telenovela abrió muchas oportunidades de dialogar sobre estos temas en el grupo. Ahora retomo la propuesta de la “ética corporal transLatina.”

Hacia Una Ética Corporal TransLatina

En mi trabajo en Venezuela, identifiqué una “lógica” corporal transformista, distinta a la narración del “cambio de sexo” que predomina en los discursos medicalizados. Las transformistas participan muy selectivamente en tratamiento médico, más que todo ellas mismas manejan sus proyectos corporales. Y la lógica que utilizan es muy parecida a la lógica de las *misses*: “sacar el cuerpo.” Es decir, dejar lucir la femineidad inherente. Para las transformistas¹¹², la femineidad ya está en sus cuerpos, no hay que ajustar el cuerpo para conformarse con su género. Su tarea es dejarlo salir. En el trabajo que he hecho con transLatinas en San Francisco, veo que

112 Las transformistas en Venezuela son personas asignadas sexo masculino que viven las 24 horas del día como mujeres. Tienen alguna semejanza a las travestís brasileras.

la lógica corporal no es la misma. En sus respuestas a la telenovela, las participantes han elaborado una ética transLatina – esta ética es foucauldiana, se trata de “la inquietud de sí” – el cultivo del ser, un proyecto disciplinario. Foucault considera estos proyectos en la filosofía griega de los primeros dos siglos A.D.:

La cuestión de la elección entre retiro y actividad se planteaba ciertamente de manera recurrente. Pero los términos en los que se planteaba y la solución que tan a menudo se daba muestran bien que no se trataba pura y simplemente de traducir en una moral del repliegue una decadencia general de la actividad política. Se trataba de elaborar una ética que permitiese constituirse a uno mismo como sujeto moral en relación con esas actividades sociales, cívicas y políticas, en las diferentes formas que podrían tomar y cualquiera que fuese la distancia a que se mantuviese uno de ellas. (FOUCAULT, 1995, p. 92).

Las respuestas a la telenovela indican una ética en el sentido común – o sea una serie de expectativas de comportamiento. También indican una ética foucauldiana – o sea un intento a conformar la mentalidad con la práctica.

Una de las participantes articula un proyecto de cultivar (y cuidar) de sí en la prostitución cuando habla de la “suciedad” de la protagonista. Yo le pregunto:

Marcia: Por una parte parece que están diciendo que la prostitución es sucia en sí como acto, no? Y tú dices que la traición está ensuciando. Porque ha perdido su sentimiento, no necesariamente por la prostitución pero por avaricia.

Participante: Por avaricia, por el robo. No juzgo la prostitución. Porque la prostitución bien llevada da resultados. Protegiéndose. Luchando por un fin como poner una casa, mantener a sus hijos, poner a sus hijos en una escuela paga y así todo florece. Si la persona se decide hacer el trabajo de la prostitución que se decida pero bien hecho. Protégete.

La participante utiliza un discurso higiénico para distinguir entre los aspectos malos del trabajo sexual y lo que se puede manejar. Es este proyecto de manejarse, de “llevarse bien” y de tener metas económicas relacionadas con la responsabilidad familiar que me interesa. Otro participante, un “gay boy” que es parte de la

comunidad de mujeres trans en El/La, relaciona el estado físico con una transformación de las cualidades internas:

Yo creo que [Catalina] también a ponerse las tetas no le cambió nada. Ella siguió siendo la misma mujer. La misma mujer vacía. La misma mujer tonta. Ella no sabe aprovechar este cambio. A mí me da que pensar esto, lo que uno es, por más se cambie la estética va a seguir siendo igual. Uno tiene que cambiar adentro primero. Yo pienso que está muy bien que se ponga las tetas pero también tiene que tener un poco de seso [cerebro]. Eso es lo que le falta a esa mujer.

Aquí el participante liga el estado interno con la transformación externa. Si no se transforma a profundidad, los cambios cosméticos no se le valen. El tema de la transformación corporal muchas veces se propone como un proceso de “realización” en este grupo. Otra participante refleja este tema:

Yo por mi parte quiero mis pechos no para agradecerles a otras personas sino para realizarme más yo. Porque si yo me miro en el espejo y me veo mis pechos y me digo “Soy un poco más mujer. Que ya soy mujer.” Eso me va a dar un poquito más de autoestima así a mí misma de verme realizada como yo quiero realizarme.

Es éste proyecto de realizarse que define la ética corporal que se maneja en este grupo. Esta ética está ligada con la inquietud de sí – lo que se traduce al inglés como “thecare of theself” – tiene sus límites: el estado interno tiene que ser congruente con el estado externo. Hay que manejarse – sin ser demasiado ambiciosa – para realizarse.

Conclusión: Las Mediaciones

En *De los medios a las mediaciones* el comunicólogo Jesús Martín Barbero propone las mediaciones como manera de entender las relaciones entre los medios y la cultura, por medio de las nociones psicológicas de *identificación* y *proyección*. Las mediaciones son unos comportamientos que producen la relación entre lo que se considera la “fantasía” y lo que se considera la “vida real”:

Porque si una mitología “funciona” es porque da respuesta a interrogantes y vacíos no llenados, a una demanda colectiva latente, a miedos y esperanzas que ni el racionalismo en el orden de los saberes ni el progreso en el de los haberes han logrado arrancar o satisfacer. La impotencia política y el anonimato social en que se consumen la mayoría de los hombres reclama, exige ese suplemento-complemento, es decir, una ración mayor de imaginario cotidiano para poder vivir. He aquí [...] la verdadera *mediación*, la función del medio, que cumple día a día la cultura de masa: la comunicación de lo real con lo imaginario. (MARTÍN BARBERO, 1987, p. 65-66).

Yo llegué a ver las mediaciones no dentro del binarismo de fantasía y realidad, sino como un abordaje a la ideología y los discursos que se preocupa por las maneras que éstas se *materializan*. Yo utilizo el concepto de las mediaciones tratando de armonizarlo con los distintos sentidos de las palabras “medio:” algo en el medio, o se entre dos cosas, un medio artístico, un mediador en una disputa. En inglés la palabra “medium” también se utiliza para referirse a una persona que interviene en el mundo espiritual – tengo entendido que es el caso también en el portugués. En este sentido, “medio” tiene muchas aplicaciones, pero la función básica sigue siendo: la comunicación entre un estado y otro. Las mediaciones me han ayudado a estudiar la recepción fuera del acto de consumir textos mediáticos. Así pude usar para entender la femineidad venezolana como materialización del discurso. Mientras Martín Barbero propone las mediaciones en la producción y consumo de textos mediáticos (como la telenovela), yo las propongo como las manifestaciones materiales de las relaciones sociales – incluyendo el paisaje urbano, por ejemplo, y la morfología de los cuerpos. En muchos sentidos, se parece a la distinción de Elizabeth Povinelli entre la corporalidad y la carnalidad: “la diferencia entre la carne como maniobra jurídica y política y la carne como la materialización física de estas maniobras”. (2006, p. 7).

Las mediaciones de Martín Barbero abarcan temas del melodrama, la temporalidad, y los arquetipos. Desde esta mirada se ha indagado a profundidad la serialización de la telenovela y su estructura narrativa. Aquí propuse un estudio de recepción de la telenovela que va más allá del texto y nos da una oportunidad de entender cómo las espectadoras relacionan sus propias preocupaciones con el trama. Así se revela un poco de la ética corporal transLatina. En colaboración con El/La, espero seguir este camino de investigación hacia la participación social y la

ciudadanía, destacando la integridad de los valores que se articulan por medio de este tipo de discusiones. Cierro con las estimaciones de una de las participantes en cuanto al realismo de *Sin Tetas No Hay Paraíso*:

Yo remonto la telenovela en la vida real [...] me concentro en la vida real porque en la vida suceden cosas así y peor que eso. Yo me remonto que eso fue cosa de la vida real. En la vida real sucede mucho de eso [...] Es muerte, destrucción si uno no tiene facilidad de hacer cambios en su vida.

Más allá del melodrama, esta novela ha sido también una oportunidad de abrir espacio de diálogo en *El/La* sobre el trabajo sexual y la transformación del cuerpo. Y si bien es cierto que para alguna gente la vida es todo un melodrama, también es cierto que en algún momento dado, tenemos que buscar las condiciones para realizarnos todos y todas.

Referencias

- ADORNO, Theodor W.; BERNSTEIN, J. M. *The culture industry: selected essays on mass culture*. London: Routledge, 2001.
- ANG, Ien. *Living room wars: rethinking media audiences for a postmodern world*. London: Routledge, 1995.
- BOBO, Jacqueline. *Black women as cultural readers*. New York: Columbia University Press, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad 3: la inquietud de sí*. México: Siglo XXI Editores, 1995.
- HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: DURHAM, Meenakshi Gigi; DOUGLAS, M. Kellner (Ed.). *Media and cultural studies: keywords*. Malden: Blackwell, [1992] 2001. p. 176-197.
- MANKEKAR, Purnima. *Screening culture, viewing politics: an ethnography of television, womanhood, and nation in postcolonial India*. Durham: Duke University Press, 1999.
- MARTÍN BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. México: Ediciones G. Gili, 1987.
- POVINELLI, Elizabeth A. *The empire of love: toward a theory of intimacy, genealogy, and carnality*. Durham: Duke University Press, 2006.
- QUIROGA, Diana; RESTREPO, Luis Alberto; PUERTA, María Adelaida; ERCOLE, Patricia; BELTRAN, Sandra; RINCÓN, Nicolás; ANDRES, Toro; MORENO BOLÍVAR, Gustavo. *Sin*

tetas no hay paraiso. Colombia: CARACOL Television. *The sexual subject: a screen reader in sexuality*. London: Routledge, 1992.

VOGEL, Katrin. The mother, the daughter, and the cow: venezuelan transformistas migration to Europe. *Mobilities*, London, v. 4, n. 3, p. 367–387, 2009.

WALSH, Spencer K. 2007. True or false? 'Without breasts there is no paradise': comment on NBC's news show. *Plastic Surgical Nursing*, Beverly, v. 3, n. 27, p. 121-123.

Atos de coragem. Territórios e tensões entre travestis, imprensa e polícia numa cidade do interior de São Paulo.

Thiago Teixeira Sabatine

Luís Antônio Francisco de Souza

Bóris Ribeiro de Magalhães

Nas margens da Rodovia Federal BR-153, no trecho do perímetro urbano, o comércio proporciona aos moradores, transeuntes e motoristas profissionais, momentos de folga para as refeições, banhos, cuidados com os veículos e, às vezes, uma prosa com os conhecidos e desconhecidos de estrada.

Em um dos cruzamentos da rodovia, há um Posto de Combustível, que serve de referência às interações de travestis. Rosa, uma travesti de 40 anos de idade oferece serviços sexuais há aproximadamente 10 anos neste local. Com outras travestis domina o mercado do sexo da região sul e pontua as suas encenações em busca de clientes que transitam pelo local.

Não obstante, outros territórios também são locais para “fazer a vida” na cidade, como a região Central e as imediações de uma movimentada rua que liga o centro aos bairros periféricos. Nenhum deles é estanque, as “errâncias sexuais” (PERLONGHER, 1987, 2005) e efusivas circulações das diferenças corporais se entrecruzam nestes territórios¹¹³, a multiplicidade dá o tom aos corpos, às expressões e aos usos da sexualidade com travestis. Os atritos e desavenças contra o uso destes espaços por travestis na cidade mobilizam as autoridades públicas, a polícia,

113 A experiência das travestis vem marcada pela inserção nos territórios de prostituição, conforme Benedetti (2005) estes são permeados por relações sociais que extrapolam o mercado do sexo, num ambiente de sociabilidade em que as travestis desenvolvem o trabalho, suas identidades, gostos, aprendem os códigos do “mundo da noite” e da prostituição.

tendo ampla visibilidade na imprensa local ¹¹⁴.

Em uma madrugada de sexta-feira, em 2007, enquanto tomava uma Coca-Cola com conhaque, para aumentar a estima e tratar com maior disponibilidade os clientes e amigas, Rosa foi surpreendida por uma viatura da Polícia Civil, em um dos cruzamentos do *Posto*. Segundo sua narrativa os policiais, na abordagem, disseram que estavam fazendo uma “*averiguação*”. Conhecida pelos policiais por suas atitudes pouco convencionais frente ao poder de polícia, Rosa perguntou se haveria procedimento de revista e, assim, começou tirar a sua pouca roupa para facilitar o trabalho dos profissionais de segurança que, por sua vez, impediram o ato dizendo que não a tocariam. Mas, revistaram sua bolsa, e nada incriminador encontraram em seu interior, apenas apetrechos que constituem o “*métier*” das travestis profissionais do sexo: batom, pó compacto, preservativos, gel lubrificante e papel higiênico. Rosa mencionou que fez a pose de boa cidadã, um pouco polida, mas exigente para o respeito dos policiais, assim colaborou com a dita “*averiguação*”.

Os policiais perguntam a ela, em seguida, sobre outras travestis presentes lá no *Posto*. Com um pouco de ironia, insinuou que poderiam estar “*atendendo*”¹¹⁵ os clientes na boleia de algum caminhão. Essa “*caguetagem*” rendeu-lhe um “convite” para uma volta de viatura em torno do seu local de trabalho. As pessoas conhecidas da vizinhança reconheceram Rosa na viatura e esta ficou muito embaraçada.

Durante o “*raide policial*”, Rosa pede para que os policiais não dessem “*cavalo-de-pau*”¹¹⁶ com a Chevrolet Blazer, uma prática comum que eventualmente fere quem está na gaiola da viatura. Na chegada à delegacia, Rosa recebeu ordem para

114 Neste artigo procuramos compreender a forma como os discursos das mídias, a polícia e a arena política mais ampla de uma cidade do interior de São Paulo interagem com as travestis, bem como, na perspectiva dos próprios sujeitos, estas relações criam agenciamentos e resistências pelos espaços da cidade. O lócus da observação foi denominado com a fórmula “*cidade do interior do Estado de São Paulo*”, assim como mascaramos os nomes das pessoas para garantir o anonimato dos participantes. O município é de médio porte, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes. Os dados analisados são provenientes de etnografia que se baseia nos territórios de prostituição e demais vivências cotidianas com as travestis, resultante na dissertação de Sabatine (2012), além de pesquisa em documentos de instituições da segurança pública, especialmente as atas do *Conselho Comunitário de Segurança-Centro* (CONSEG-Centro), totalizando 28 atas relativas ao encontro do grupo no período de 2001 a 2007. E de busca sistemática de reportagens de três jornais da cidade disponíveis nas versões impressas e na internet, e que abordam assuntos relativos às travestis, totalizando 19 notícias compiladas para a presente análise, que se estendem do período de abril de 2006 a dezembro de 2011. Os jornais foram denominados de *Jornal 1*, *Jornal 2* e *Jornal 3*, apenas referimos ao título da reportagem para a identificação da mesma, bem como a data de sua publicação.

115 Atender significa fazer o programa, estar em relação sexual.

116 Ato que consiste em acelerar o carro e fazer curvas rápidas, os passageiros da gaiola sem lugares para manterem-se estáveis no veículo acabam sofrendo o impacto, batendo o corpo no interior do carro.

sair da viatura, mas ela demora um pouco para atender ao pedido, ocasião em que o tom discricionário dos policiais se eleva. É, de fato, no ato da imposição da força legal que os espaços de poder discricionário se ampliam (BITTNER, 2003). Rosa é encaminhada para uma sala onde encontra, para sua surpresa, outras travestis, sentadas e cabisbaixas, aguardando as ordens dos policiais.

A sua aparição quebra o rumo das interações, contando piadas, esbravejando contra os policiais, e questionando sobre o que estava acontecendo¹¹⁷. Ali estavam reunidas sete travestis que se prostituem em pontos do *Centro* da cidade. Havia uma rixa entre elas. O motivo se funda nas diferenças corporais e nas regras de cafetagem. As travestis que foram vítimas deste verdadeiro “*arrastão*”¹¹⁸, estavam em território neutro. Algumas delas há tempos se desentenderam com Rosa e não conversavam desde que se engalfinharam em disputa pelos espaços de prostituição.

Durante o procedimento de identificação na delegacia, os policiais pediram que Rosa informasse seu nome masculino. Rosa ficou esperando e em seguida foi chamada novamente. Agora deveria tirar fotografias. Segundo conta, a cada foto, Rosa fazia poses: ora com a cabeça virada para a esquerda, um leve sorriso, ora no centro, e na direita, sorrisinhos, trejeitos e requebros. Após a sessão de fotografia, ela foi chamada novamente para tomar ciência da “acusação” que recaía sobre ela e assinar um documento oficial¹¹⁹.

Embora tenha evocado a necessidade de ler e entender o que iria assinar, o policial não queria deixar que ela tomasse conhecimento dos termos do documento. Furtivamente, no entanto, Rosa conseguiu ler o documento e observar que nele constava a palavra *vadiagem*. Ao observar esse fragmento no documento, Rosa jogou a caneta longe e disse: “eu não vou assinar isso, eu não sou vadia, arrumar um emprego, nesse país de desempregado, por nada eu assino isso, pode me matar”. E não contente, perguntou para as demais travestis: “Vocês assinaram isso? Vocês leram?”. Elas não leram e também não sabiam por que estavam na delegacia. Algumas, após a revolta de Rosa, ensaiaram alguma resistência, mas com resignação admitiam que “a corda arrebenta do lado mais fraco”. No entanto, Rosa continuou inflexível: “podem me bater, me matar que eu não assino isso”. O delegado res-

117 O escândalo conforme Kulick (2008) é parte integrante das estratégias das travestis para se proteger e resistir ao estigma nas interações conflituosas. Com gestos e outros meios discursivos trazem a ofensa como uma arma na interação social.

118 A palavra *arrastão* é utilizada pelas travestis para descrever o ato de serem expulsas com o uso da violência dos territórios onde transitam.

119 O documento oficial, na verdade, é um Boletim de Ocorrência em que se registrava a acusação de *vadiagem*, *importunação ofensiva ao pudor* e *perturbação do sossego*.

ponsável foi até a sala e disse que somente ela não havia assinado e se continuasse negando a ordem nenhuma das outras travestis seria liberada. Depois de algum tempo de hesitação, Rosa cedeu e assinou o documento. E assim, todas foram liberadas. Os próprios policiais trataram de oferecer carona para elas. Algumas decidem ir com os policiais, mas Rosa sai da delegacia sozinha.

As notícias de imprensa e a arena política local

Há certo tempo à mídia local discute o enfretamento entre a cidade e as travestis acusadas de sujar as ruas do centro da cidade e de praticar sexo nas varandas dos imóveis, sem evidentemente a permissão dos proprietários.

As reportagens da mídia local destacam os roubos e furtos contra clientes¹²⁰, as disputas pelos territórios, a depredação das fachadas, a falta de decoro com as vestimentas, o perigo do sexo desprotegido e do contágio da aids. Todas estas percepções reforçam a identidade social de “prostitutos”, “bandidos”, “anormais”, “perigosos”, entre outros termos que tomam uma dimensão contrária em relação aos discursos contemporâneos sobre respeito aos direitos e às diferenças.

Em um editorial de 2007 do *Jornal 1* intitulado “*Travestis, prostitutas e desocupados*”, lia-se em um trecho, após referir aos mendigos, vagabundos e embriagados que circulam pelas praças do centro da cidade, algumas medidas para resolver o problema que:

[...] acontece a partir das 18 horas nas principais ruas do centro da cidade, infestadas de prostitutas, e principalmente de travestis. Comerciantes têm reclamado muito do vandalismo praticado por esses elementos, que depredam portas, luminosos, placas e ainda fazem as necessidades fisiológicas em frente das lojas e residências. Os moradores das ruas [...] têm reclamado do intenso barulho e algazarras por parte dos travestis e prostitutas que “disputam” clientes. Além de brigas e sexo praticado nas cal-

120 Por exemplo, a notícia intitulada “*Aposentado ‘perde’ carteira após programa*” conta o caso de um senhor de 65 anos que entra em desacordo com “um travesti” de 20 anos após a realização de um programa. Com medo de apanhar, sai correndo do local, mas deixa sua carteira cair e a travesti pega do chão e a esconde, quando a Polícia Militar a revista não encontra os documentos e pertences do acusador, mas encaminham o caso para a delegacia (*Jornal 1*, 6 nov. 2009). Outra notícia intitulada “*Caminhoneiro concede carona e é roubado por dois travestis*” destaca o azar do caminhoneiro que teve seu frete roubado, bem como foi obrigado a deixa-los numa cidade próxima (*Jornal 3*, 4 mar. 2012).

çadas, corredores e até varandas das casas. Não se trata de uma situação normal, portanto as autoridades precisam tomar providências urgentes, começando com a intensificação de rigorosas rondas de intimidação feitas pela Polícia Militar. É preciso uma ação conjunta das Polícias Militar, Civil e do Ministério Público para livrar a sociedade desse problema, que fica cada vez pior¹²¹.

A escrita do editorial revela uma trama que antecede sua exposição midiática. O fio da meada se encontra em uma espécie de aliança entre comerciantes, autoridades públicas, moradores e espaço de controle comunitário da segurança, como o *CONSEG-Centro*.

Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs¹²²) foram criados por decreto estadual em 1985, no contexto de redemocratização e de retomada do controle dos governos democráticos sobre as polícias do Estado de São Paulo. Os CONSEGs são grupos de pessoas que se reúnem para discutir e planejar soluções para problemas de segurança pública, propostos como um “*novo canal privilegiado*” de interação da população com as Polícias Estaduais e de responsabilização das comunidades para o governo da segurança. (SANTOS, 2009; SOUZA, 2009b).

O setor comercial¹²³ dita o tom das reivindicações e propõe soluções para a

121 Jornal 1. *Travestis, prostitutas e desocupados*. 22 fev. 2007.

122 Cada CONSEG conta com dois membros natos representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil. Nele se fazem presentes outros membros da comunidade. Esta por sua vez alude à circunscrição geográfica das áreas de atuação das referidas polícias. Além disso, o conselho exige homologação do Secretário da Segurança Pública, que conta com uma Coordenação Estadual no interior da secretaria. Obedece também um modelo regulamentado, que dispõem as pessoas em papéis hierárquicos. Segundo a peculiaridade de cada CONSEG, são recrutados membros das comunidades para a formação de diretorias e comissões que organizam o funcionamento do grupo. Conforme Santos (2009), a correlação de forças presente na arena dos grupos atualiza as discrepâncias sociais, e a almejada participação popular dá lugar à representação de segmentos de classe média, que enaltecem o tom recrudesciente a diversas demandas securitárias.

123 As reuniões do *CONSEG-Centro* no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2007 ocorreram vinte e oito vezes na Associação Comercial do Município (ACM); outras duas reuniões no Distrito de Polícia Civil. A maior periodicidade concentra-se nos anos de 2006 e 2007. A maioria das reuniões na ACM se justificava pelo engajamento do presidente da associação, que ocupou a presidência do conselho por mais de cinco anos. Isso resultou numa grande confusão de papéis, fazendo com que o conselho concentrasse suas ações e decisões direcionadas exclusivamente ao segmento comercial; por vezes, as polícias foram as principais articuladoras de uma posição alternativa, sugerindo, por exemplo, que as reuniões do conselho se dessem de modo itinerante, em outros equipamentos públicos, para abarcar os bairros residenciais adstritos à abrangência geográfica do conselho.

“insegurança” no *CONSEG-Centro*¹²⁴. Os problemas são relacionados à regulação do comércio, como a presença indesejada de ambulantes e do camelódromo, assim como o tradicional comércio de rua de domingo da cidade conhecido como “*Feira do Rolo*”, que ocorre numa rua central e sobre a qual se destaca a reclamação de receptação/venda de produtos furtados. Muitas das queixas estão relacionadas aos equipamentos urbanos, como a iluminação pública e privada das fachadas das lojas, ao trânsito, como sinalizações, melhoria da malha asfáltica, também a regularização de imóveis desocupados e/ou abandonados, que na concepção dos participantes tornam-se atrativos para pessoas indesejáveis, como mendigos e prostituição. Ainda se observa a demanda por intensificação do policiamento em dias de pagamentos, sobretudo frente à circulação nos bancos, e também nas ruas comerciais no período noturno. Mas os principais assuntos que geram visibilidades midiáticas do *CONSEG-Centro* são reclamações sobre a presença de mulheres, e, sobretudo travestis profissionais do sexo nas ruas comerciais, no período noturno.

Nas Atas do conselho as reivindicações datam desde a primeira reunião no ano de 2001, e se intensificaram nos anos de 2006 e 2007 com ampla divulgação na mídia. Por exemplo, o presidente do *CONSEG-Centro* começa uma reunião apresentando uma comerciante e pede a ela o relato do problema com “os travestis¹²⁵”:

[...] que estão realizando atos de vandalismo na porta da loja dela. O presidente falou do possível trabalho de fotografar as chapas dos veículos dos fregueses deste grupo de travestis para constranger a presença deles nas ruas centrais da cidade. O Coronel da Polícia Militar falou que essa questão é um problema da sociedade, mas o objetivo é trabalhar com

124 O *CONSEG-Centro* atualmente encontra-se descontinuado. Ao longo de sua existência contou com a participação de comerciantes (donos de lojas, casas lotéricas, escolas particulares, imobiliárias etc.), e outros profissionais liberais que possuem estabelecimentos na região de maior fluxo comercial da cidade, além de síndicos de condomínios.

125 A materialização do corpo da travesti está relacionada à produção de um sentimento feminino cotidianamente reiterado, desde os nomes, os cuidados com o rosto, os cabelos, as unhas, as vozes, os tiques e gestos, a escolha das vestimentas, dos adereços, até uso de tecnologias como aplicação de hormônios, uso de silicone e/ou próteses industriais (BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009). Por isso, utilizamos a precedência do artigo feminino “a” para o uso da categoria travesti, por um movimento de aproximação e respeito à construção subjetiva do gênero. Mas destacamos que não há rigidez neste uso entre as próprias travestis. O uso pode ser balizado por categorias auto-classificadoras que se insurgem contra uma nomeação estável e coerente da identidade. O uso do artigo masculino em aspas demonstra uma perspectiva crítica em relação ao desdobramento histórico do dispositivo de sexualidade e do sistema binário de gênero, que em uma série de enunciados vinculam a interpretação do gênero ao corpo biológico e a matriz de inteligibilidade heterossexual.

a clientela dos travestis, ou seja, se não houver cliente não há travestis. Ele disse que pretende colocar policiais à paisana para registrar os clientes desse pessoal e fazer uma abordagem diferenciada com eles, posteriormente sugeriu que fosse enviado um documento para a Prefeitura do Município para melhorar a iluminação pública no centro comercial. Levantou a questão novamente sobre a instalação de câmeras de alta resolução para ajudar no trabalho de vigia nas principais ruas da cidade. (CONSEG-Centro, ATA de 26 de julho de 2006).

Tema recorrente nas reuniões do *Conseg-Centro*, o controle “dos travestis” aparece 11 vezes nas atas do grupo no período de 2001 a 2007, que mencionam as algazarras, o barulho, a depredação de fachadas de lojas, o uso de sacadas de residências habitadas para o sexo, além de imóveis abandonados, a falta de decoro com o corpo e as vestimentas, a nudez, o descarte de preservativos na via pública, o uso de calçadas para necessidades fisiológicas como a sujeira de fezes e urina, este item presente em todas as reclamações, como a da lojista acima descrita.

As soluções passam desde a intensificação de rondas policiais, coibindo o ultraje ao pudor, o barulho, chega-se a sugerir a destinação de locais segregados longe do centro para a prostituição, mas com o entendimento dos membros natos de que a atividade, por não ser crime, não cabe à interferência da polícia para retirá-las à força, sugere-se “*vencer pelo cansaço*”, pela intromissão no negócio do mercado do sexo, sobretudo a partir da produção do constrangimento da clientela, como a sugestão de instalação de câmeras no centro da cidade, e de abordagens policiais de transeuntes e clientes.

Em 2007 o tema reapareceu com maior clareza. Desta vez, fica evidente a indignação da presidência do *CONSEG-Centro* com o não atendimento de seus pedidos às instituições públicas para coibir a presença de travestis. O presidente narrou sua indignação ao se deparar com “um travesti” na noite. Disse que ligou insistentemente para o Delegado de Polícia, Polícia Militar, Prefeito Municipal entre outras autoridades, sem obter uma resposta que o contentasse:

O presidente enviou para o Delegado da Seccional de Polícia e outras autoridades, relatando seu constrangimento pessoal juntamente com ao se deparar com travestis na rua [...] esquina com a rua [...], ao se apresentarem semi-nus. Disse que na mesma hora ligou para a Polícia Militar, que não pode fazer nada. O presidente demonstrou muita indignação ligou

no mesmo dia, após o acontecimento para o Delegado da Polícia Civil pedindo providências. O policial também disse que não podia fazer nada. Ligou para o Prefeito, que também nada teve o que fazer. O sentimento de impunidade e impotência foi visível, motivando-o a enviar a carta, para que ficasse registrado o descontentamento. O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local) pediu que ficasse registrado que preferivelmente mudasse termos escritos na carta e sugere que haja mudança. [...] colocou em discussão o assunto. Decidiu-se por unanimidade que fossem feitas alterações que serão propostas pelo conselheiro da OAB e pelo delegado, para evitar consequências maiores para a pessoa do presidente, pois se trata de uma reclamação pessoal. (CONSEG –Centro, ATA de 09 de outubro de 2007).

A outra face do problema

Rosa leu o editorial “*Travestis, prostitutas e desocupados*¹²⁶”, em meio às tensões inauguradas pelo poder de polícia, quando procurou, indignada e ofendida com os abusos dos policiais, um amigo que ofereceu orientações para realização de denúncias. Na verdade, elaboraram um pequeno texto e enviaram por *e-mail* para organizações de Direitos Humanos, que foram replicadas na rede e chegou ao conhecimento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). A resposta foi imediata e diversos grupos de relevo no país se manifestaram sobre o assunto, que por sua vez, deflagrou na designação da SEDH para que um de seus Centros de Referências em Direitos Humanos e Combate a Homofobia prestasse assistência jurídica e acompanhasse a denúncia.

Nos dias seguintes, os policiais civis se mobilizaram intensamente no *Centro*, com rondas e intimidações para que as travestis e mulheres profissionais do sexo se retirassem do local. Os policiais, às vezes alcoolizados, com a ostentação de garrafas de uísque, “*metiam os loucos*¹²⁷”, impunham as armas e desferiam tabefes nas prostitutas em suas visitas durante mais de uma semana. Na noite de segunda-feira levaram três travestis para as imediações de uma estrada rural, abandonando-as em meio à plantação de café de um distrito do município. Na

126 Jornal 1. *Travestis, prostitutas e desocupados*. 22 fev. 2007.

127 Gíria popular que significa atuar destemidamente e sem pensar nas consequências.

noite de quarta-feira, escolheram três mulheres e as deixaram no mesmo local, obrigadas a voltarem a pé para a cidade, vários quilômetros de distância, sem pertences e dinheiro, que delas foram subtraídos.

Frente a estas ações arbitrárias, as travestis deixaram as antigas desavenças e começaram a se mobilizar para realizar outra denúncia. Rosa inflava o levante contra o “*pente fino*”, e combinou conversar com as travestis do *Centro* na casa de uma travesti de 45 anos, que alugava quartos para várias outras.

Na reunião estavam em posse das respostas por e-mail do Centro de Referência, com orientações para denunciarem os policiais junto ao Ministério Público. A reunião surtiu efeito entre as travestis! Juntas buscaram a orientação do Promotor de Justiça. Numa manhã de quarta-feira, cinco delas foram ao Fórum da cidade, mas como o horário de atendimento ao público ocorre somente a partir das 14 horas, o grupo se dispersa e apenas três aguardam para efetuar a denúncia. Neste momento surgiram dificuldades de apoio das instituições da justiça, o próprio promotor somente atende diante muita insistência, e após ouvi-las, alerta para a possibilidade de suas contestações surtirem represálias.

No documento que havia sido redigido pelo promotor lia-se: “Fulano de tal (nome masculino e legal da travesti), conhecido por Rosa, que é homossexual, e faz ‘ponto’ na [...], eis que alega ser ‘garota de programa’, informa que ela e seus amigos, exercem a mesma profissão, e que vem sendo molestados pela Delegacia de Investigações Gerais [...]”. Esse documento foi entregue e lido; Rosa se incomodou com a linguagem que o promotor utilizou para referir-se ao caso. O promotor pede para que corrijam o texto e vai saindo da sala: “estou atrasado para uma audiência”. Dirige-se à escrevente: “assim que terminar leve para eu assinar”. Rosa, atenta ao documento, sugere mudanças em relação à identidade, com a expressão “que se reconhece como Rosa”. Subtrai a metáfora da homossexualidade, pela afirmação categórica de “*é travesti*”, muda expressão “faz ponto” pela “profissional do sexo”. Em relação à fórmula “garota de programa”, esboça um sorriso alegre, seguido de “garota pode deixar!”. Abaixo segue o termo redigido:

Ministério Público do Estado de São Paulo

Termo de Declarações

Aos vinte e sete de junho de 2007, às 14h15min, no gabinete da Promotoria de Justiça do Município, na presença do Dr. Fulano, Promotor de Justiça, compareceu o Sr. (nome masculino e legal da travesti), brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua _____, n° ____, Bairro _____, nes-

ta cidade, que prestou as seguintes declarações: “que se reconhece como Rosa”. É travesti, profissional do sexo, trabalha nas imediações da [...] no Município. Alega que tem encontros com clientes, eis que é garota de programa. Informa que ela e seus amigos, que exercem a mesma profissão, vêm sendo molestados pela Delegacia de Investigações Gerais _ DIG_ da cidade. Alega que os policiais vêm reprimindo de forma ilegal suas atividades. Chegam a obrigá-las a assinar um “termo de compromisso de trabalho lícito”, comprometendo-os a acharem emprego em trinta dias. Certa feita, os policiais pegaram algumas prostitutas no local e as levaram para o Distrito de [...], abandonando-as ali. Ao que entende, parece que os policiais querem retirar todas as prostitutas da cidade, alertando-as para se retirarem do centro e cada vez que as vissem no centro da cidade as retirariam do local. Alega ainda que já houve casos de agressão por parte dos policiais, inclusive, eles estão determinando que referidas pessoas deixem o centro da cidade. Requeiro ao Ministério Público providências para apuração dos fatos. Nada mais para constar, vai o presente assinado pelo declarante e pelo Dr. Promotor de Justiça (Termo de Declarações. Ministério Público de São Paulo).

Após esta denúncia, e com a continuidade das ações policiais, o Centro de Referência encaminha representantes para a cidade, que vão ao encontro das travestis e também as representam na Corregedoria da Polícia e junto ao promotor responsável por acolher a acusação¹²⁸.

Com o relato para as instituições do poder público, os policiais cessaram as ameaças nas ruas, mas permaneceram levando adiante o processo de investigação. Durante este período, as travestis tiveram que comparecer à delegacia mais três vezes após o fichamento geral. Uma primeira ordem do delegado determinou o comparecimento a fim de prestarem declarações sobre o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Investigações Gerais. Receberam uma requisição para “*Exame de corpo de delicto laboral, para a constatação de aptidão ao exercício do trabalho lícito*” no Instituto Médico Legal, seguido de outra convocação para novas declarações. Delas não se demorou a ouvir reclamações sobre o cansaço e o sentimento de impunidade.

128 Vale ressaltar, a preocupação e o apoio do Programa de Redução de Riscos e Danos em DST e Aids da cidade, que intensificou as abordagens de rua, vigiando a circulação dos policiais. O programa também propunha às travestis e mulheres o enfrentamento como meio para as mudanças no cenário.

Quase um mês do início das práticas dos policiais, uma notícia no *Jornal 2* confere visibilidade ao acontecimento com o título “*MP investiga possíveis abusos de policiais contra travestis no centro*”, e o delegado corregedor, convidado a falar, responde como percebe a conduta das travestis, reforçando a violência institucional:

Segundo a polícia a forma como os travestis se vestem caracteriza-se por importunação ofensiva ao pudor e a frequência de ociosidade caracteriza contravenção de vadiagem. Os travestis têm ainda 30 dias para comprovarem a prática de outra profissão considerada lícita. O delegado corregedor diz que a prostituição não é um ato punitivo, mas a forma como os travestis se portam, sim. Reincidência pode gerar novos termos circunstanciados ocasionando atuações conforme a lei¹²⁹.

De fato a mídia explorou o problema causado “*pelos travestis*”, considerando não problemáticas as intervenções violentas sobre elas. Neste sentido, podemos observar como os discursos naturalizam as intervenções violentas, produzindo dor para corrigir ou submeter, pois as manipulações do poder constituem corpos¹³⁰ e desejos como abjetos e temíveis à ordem social (BUTLER, 2003).

Polícia em cena

As pressões para o controle da prostituição de rua na cidade se desdobraram nas intervenções da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM). No ano de 2010, o *Jornal 3* destacou o projeto apresentado pela delegacia, em reunião com a Associação Comercial do Município (ACM), para definição de apoio para a execução do mesmo¹³¹. Entretanto, o foco recai sobre a prostituição como uma atividade

129 *Jornal 2. MP investiga possíveis abusos de policiais contra travestis no centro.* 22 jul. 2007.

130 No contexto da análise de Caldeira (2000), pode-se constatar que a violência policial e o desrespeito aos direitos reforçam a “democracia disjuntiva brasileira”, que compreende a constituição sistemática de “corpos incircunscritos”, em que as classes populares, mulheres, negros, adolescentes em conflito com a lei são inseridas em lógicas que reforçam a punição e a exclusão em detrimento do discurso dos direitos e da cidadania. Neste sentido, pode-se apontar para a noção de “corpo incircunscrito” como meio para compreender que a transformação corporal das travestis é consistente com a produção de uma cultura marcada pela associação entre dor e a verdade, onde a inflição da dor com objetivos corretivos, é ao mesmo tempo, paralela a concepções de corpos desejáveis pelas travestis (CALDEIRA, 2000).

131 *Jornal 3. ACM conhece pré-projeto da delegacia.* 25 abr. 2010.

vulnerável às violências, na perspectiva da vitimização, sob uma representação da pobreza, ligado ao condicionamento econômico como motor que alimenta o mercado do sexo.

As personagens que aparecem na reportagem são o presidente da ACM e a delegada da DDM. O primeiro insiste que a prostituição é um grande problema que traz impactos negativos para a cidade e, sobretudo, danos ao patrimônio do comércio. Por outro lado, a delegada destaca como o combate a prostituição envolve a inclusão das mulheres alijadas dos benefícios da cidadã comum: “assustadas, traumatizadas e que são influenciadas por pessoas que lhes parecem ser as únicas a oferecer alguma alternativa para sair da miséria e do abandono¹³²”.

O projeto contaria com a contribuição da ACM para organização de cursos profissionalizantes e para inserção no mercado de trabalho, com a sensibilização dos recursos humanos do comércio. A delegacia, por sua vez, levaria a cabo as ações com ênfase na prevenção da violência, combate ao lenocínio e articulando órgãos públicos e sociedade civil para a inserção profissional das mulheres.

A despeito do entusiasmo, o projeto não saiu do papel até uma primeira abordagem realizada pela delegacia com o objetivo de exercer um controle sobre a prostituição de rua da cidade, no final do ano de 2011. Em grande parte as ações policiais são marcadas por rivalidades entre as instituições da segurança, pela ênfase repressiva, tecidas na penumbra e pouco afeitas às regras democráticas. A novidade da prática acena para uma cooperação que traz elementos novos no campo do exercício do poder de polícia sobre a prostituição. Participaram da ação 34 pessoas, entre profissionais da DDM e demais policiais civis, policiais militares, conselheiros tutelares, imprensa local, pesquisadores da universidade pública e Coordenadoria da Mulher, da Prefeitura Municipal.

Conforme o *Jornal 1* a ação visava estruturar medidas preventivas e a repressão da violência em casos de flagrantes de crimes, sobretudo a exploração sexual de menores e de maiores de idade. Quatro mulheres e três travestis foram abordadas e direcionadas à DDM para receber atendimento social e psicológico, com orientações sobre direitos. A notícia escamoteia qualquer suspeita de ação desrespeitosa e discriminária, destacando a fala da delegada:

Se prostituir não é crime, mas nosso trabalho vai além da repressão da violência. Atuamos também na prevenção e a prostituição instiga a vio-

132 Idem.

lência contra mulheres e a homofobia. Muitas dessas pessoas que estão nas ruas já sofreram inúmeras situações de preconceito, inclusive do mercado formal de trabalho, e foram excluídas de oportunidade. Queremos dar isso a elas¹³³.

Divulgada a ação no *Jornal 1*, reconhecemos a imagem de uma jovem travesti que atua em uma movimentada rua que liga a região central e norte da cidade. Ela tem 24 anos de idade, e usufrui da imagem de “*top*”, “ *fina*” e “*belíssima*”¹³⁴ entre outras travestis, devido aos vários investimentos corporais que realizou com uso de tecnologias protéticas para modelar seios, bumbum e quadril. Conforme outras travestis, “*vive batendo portas de carro*”¹³⁵, *a bicha faz sucesso*, o que lhe garante uma renda acima das expectativas do mercado do sexo, possibilitando manter novos investimentos corporais, com roupas para sua apresentação esmerada e seu automóvel.

Neste caso, a jovem travesti foi privilegiada, pois ficou sabendo com antecedência sobre a ação policial, com um de seus clientes que trabalha na Polícia Federal. Em posse da informação divulgou para outras travestis e mulheres, umas ficaram alertas com o “*pente fino*” e foram para o “*ponto*”, outras deixaram de frequentar o espaço de prostituição na noite agendada para abordagem, como as travestis menores de idade.

Nesta noite, em torno das 21 horas, o alvoroço se instala na esquina. Os policiais chegam com suas viaturas, cercados da imprensa e outros profissionais envolvidos, e começam o “contato” com as prostitutas. A jovem travesti descreveu que inicialmente os policiais militares tomam a frente do contato, verificam os pertences e revistam as bolsas das prostitutas. Um desses policiais encontra a sua chave do carro e vai averiguar o registro da placa. Logo após, insinua apreende-lo, bem como, sem esclarecer o que estava ocorrendo, diz para as pessoas o seguirem para a delegacia.

Só neste instante a delegada da DDM entra em contato com a travesti e repreende os excessos na abordagem do policial militar, desautorizando retirar o automóvel do local, uma vez que estava regular. Conversa rapidamente com a travesti, questionando-a sobre violência, presença de menores, sobre ameaças e cafetinagem. E orienta para seguir para a delegacia, onde faria um cadastro e receberia uma orientação sobre seus direitos e deveres.

133 Jornal 3. *ACM conhece pré-projeto da delegacia*. 25 abr. 2010.

134 Jornal 1. *DDM vai às ruas abordar quem se prostitui*. 1 dez. 2011.

135 A expressão “*bater a porta*” denota o ato de fazer programas sexuais com muita frequência em alusão ao entra e sai dos carros dos clientes.

Ao chegar à delegacia aproximadamente às 22 horas, acompanhada pelas outras travestis e mulheres, a jovem recebeu um atendimento cordial, com um lanche, suco, café e biscoito. Em seguida, foi orientada a aguardar o chamado dos policiais e outros profissionais, sendo liberada em torno de 1 hora da madrugada. Enquanto isso, ora foi chamada para fornecer dados pessoais, e neste registro foi adicionada fotografias com três perfis, e por fim conversou na sala com uma funcionária a cargo da Coordenadoria da Mulher. A jovem travesti destaca que esta conversa foi agradável e polida, na qual recebeu orientações para se proteger da violência, e sobre novos caminhos para trilhar como se profissionalizar para sair da prostituição. As exortações morais como a interpelação sobre como será sua vida quando envelhecer e não puder sobreviver mais da prostituição, vêm acompanhadas de um tom de ajuda, e de disponibilidade do poder público para que em caso de violência possa a ele recorrer.

Por fim, a travesti titubeia entre o elogio e a crítica, apontando, em suas palavras, a ação como “*constrangedora*”. Além de ter sua imagem no jornal, de deixar de trabalhar no momento de disposição às autoridades e o escrutínio de olhares examinadores de 34 pessoas. Deixa sobre sua pessoa uma imagem de “*criminoso*”. Por exemplo, um cliente ao passar de carro pelo seu local de trabalho, enquanto era realizada a abordagem, dias depois vai questioná-la por telefone, sobre o que estava acontecendo.

A notícia vende a ideia de que a ação foi conduzida de modo articulado e sua marca foi o respeito aos direitos com busca a proteção, também não se ouve a voz de travestis e mulheres abordadas. Não houve a construção de uma contra-discurso em torno desta ação. A Universidade foi envolvida nesta ação, mas os termos não ficaram claros. Na verdade, o site do grupo de pesquisadores da universidade pública, que supostamente apoiava a ação, não publicou qualquer dado a respeito da ação. Desta forma, conscientemente ou não, passou a atender aos interesses e a instrumentalização da ação policial endossada pela imprensa.

A trama expõem as relações de poder da cidade com suas ruas, parques, praças entre outros palcos para seus habitantes agirem dentro dos processos normativos instituídos como plausíveis a todos (GOFFMAN, 2005; FOUCAULT, 2008; VIGARELLO, 2008). Nos arranjos entre seus atores sociais a imprensa local adverte sobre as travestis e tenciona sobre as suas posições, permitindo a regulação de suas práticas e oferecendo um fluxo de reivindicações em busca de direitos e reflexão sobre suas condutas.

A vivência democrática se configura de maneira diversa para cada sociedade. Em seu construto a atenção do público para a imprensa permite impedir o avanço

de atos condenáveis, de outro lado, evoca desorientações e manipulações que sujeitam ao reafirmar interpretações recrudescentes e incertezas às exigências de liberdade. Frente à babel discursiva das instituições que toma para si o monopólio das atividades públicas e de segurança, a cidade, carente de instrumentos arquitetônicos para facilitar a vida, convive com o escárnio e as vexações com o seu público.

Referências

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.
- _____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Territórios marginais. In: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 263-290.
- SABATINE, Thiago Teixeira. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- SANTOS, Paulo Lúcio. *A articulação comunitária e o estado: limites e possibilidades dos CONSEGs em Marília/SP*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SOUZA, Luís Antônio F. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889/1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009a.

_____. (Org.). *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009b.

_____.; MAGALHÃES, Bóris R.; SABATINE, Thiago T. (Org.). *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. In: CORBIN, Alain. *História do corpo: da revolução à Grande Guerra*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 2, p. 375-392.

Quem são os autores e as autoras

CONEXÕES

Heloisa Pait

Heloisa Pait foi bolsista da Comissão Fulbright e atualmente é professora de sociologia da UNESP de Marília. Sua tese de doutorado, defendida na New School for Social Research, em Nova York, trata dos desafios individuais diante da comunicação mediada. Agora ela investiga a participação de brasileiros na nova esfera comunicativa global. Como educadora, Heloisa busca formar cidadãos aptos a pensar de modo autônomo e a expressar suas idéias na vida pública. Heloisa escreve para o público não-especializado sobre mídia e cultura política e também escreve ficção. Sua página na UNESP www.marilia.unesp.br/helopait contém informações adicionais.

Richard Miskolci

Richard Miskolci é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, coordenador do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações e pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP. Doutor em Sociologia pela USP com pós-doutorado no Department of Women's Studies da Universidade de Michigan, Miskolci é autor e organizador de diversos livros. Suas pesquisas envolvem sexualidades, gênero e outros marcadores sociais das diferenças. Faz parte dos comitês editoriais das revistas "cadernos pagu" e "Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar", além de coordenar a coleção Annablume Queer. Atualmente desenvolve pesquisa sobre relações homoeróticas mediadas digitalmente com bolsa produtividade em pesquisa do CNPq.

Iara Beleli

Doutora em Ciências Sociais - área de gênero - pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU- Unicamp. Nos últimos anos tem se dedicado aos estudos de mídia, privilegiando as discussões de gênero, em intersecção com outros marcadores de diferença (raça, classe, sexualidade, nacionalidade), e as teorias feministas.

DOCUMENTAÇÕES

Tatiana Landini

Bacharel em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (1997), mestre (2000) e doutora (2005) em sociologia pela mesma universidade. Atualmente é professora adjunta do curso de ciências sociais da Universidade Federal de São Paulo - campus Guarulhos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em infância, sexualidade e violência. Atua principalmente com os seguintes temas: violência sexual contra crianças e adolescentes e teoria sociológica (Norbert Elias).

Luiz Fabiano Zanatta

Luiz Fabiano Zanatta, graduado em Enfermagem pela Fundação Faculdade Luiz Meneghel - Bandeirantes - PR, Mestrando no Programa de Educação e Saúde na Infância e Adolescência da UNIFESP/Guarulhos, Membro do Grupo de Estudos sobre Corporalidade e Promoção da Saúde -GECOPROS - UNIFESP/SP. Atualmente é professor na Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CLM.

Jane Felipe de Souza

Possui graduação e Licenciatura Plena em Psicologia pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Educação pela UFF - Universidade Federal Fluminense - Niterói/RJ (1991), doutorado em Educação pela UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e pós doutorado na área de Cultura Visual, pela Universidad de Barcelona (bolsa CAPES - abril/2009 a fevereiro/2010). Atualmente é professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na graduação atua nas disciplinas de Reflexão da prática pedagógica, Infâncias, Estágio em Educação Infantil e Educação Sexual na Escola. Integra o GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - vinculado à linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, do PPGEDU/FACED/UFRGS, bem como é fundadora e integrante do GEIN - Grupo de Estudos em Educação Infantil, da mesma instituição. Atua principalmente com os seguintes temas: corpo, gênero, sexualidade, infância, educação infantil, educação sexual na escola, pedofilia e pedofilização como prática social contemporânea.

Lidia M. V. Possas

Prof^ª. Dr^ª. Lidia M. V. Possas é pesquisadora do CNPq, coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero/LIEG da UNESP, campus de Marília, além de docente junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas/DCPE-UNESP atuando nos Cursos de Relações Internacionais e Ciências Sociais. Publicações : Mulheres Trens e Trilhos, Modernidade no sertão paulista. Bauru. EDUCS,2001 e vários artigos abordando a inserção das mulheres no processo de urbanização dos Oeste Paulista e as relações de gênero , sendo que desde 2009 pesquisa a vividez feminina nos Anos de Chumbo no Brasil e Argentina.

DESAFIOS

Leandro Colling

Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), mestrado (2000) e doutorado (2006) em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisa as relações entre as sexualidades, gêneros e as culturas. É professor adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) e do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal da Bahia. É presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) <<http://www.abeh.org.br>>, vice coordenador do Centro Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) <<http://www.cult.ufba.br/>> e coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade (CuS) - <www.cult.ufba.br/cus>

Tiago Duque

Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi assessor do Núcleo de Educação e Comunicação Social do Programa Municipal de DST/Aids de Campinas, SP. Tem experiências em diversas áreas da educação, desde a formação de professores à educação social de rua. É membro do Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual e professor do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA) da PUC Campinas. Autor de “Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes”, pela Annablume Editora.

Marcia Ochoa

Marcia Ochoa é professora assistente doutora no departamento de Estudos Feministas, afiliada aos departamentos de Antropologia, de Estudos Americanos e Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Cruz, Califórnia. Suas pesquisas transitam no campo da antropologia, comunicação e estudos de gênero. Seus trabalhos concentram-se no imaginário de sobrevivências de pessoas transgêneros e tidas como “desviantes” na América Latina e o lugar dessas subjetividades no contexto da nacional estudado. Trabalha na El/La Transgender Latina HIV Prevention Program in San Francisco, onde desenvolve pesquisas e intervenções sobre prevenção a DSTs/Aids.

Organizadores e organizadora

Larissa Pelúcio

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia. Suas pesquisas abordam temas como sexualidade, saúde, corporalidade, travestilidades, gênero e mercado transnacional do sexo. É autora do livro *Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids* e uma das organizadoras da coletânea *Discursos Fora da Ordem – Sexualidades, Saberes e Direitos* (ambos publicados pela Annablume). Atualmente é professora de Antropologia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (campus Bauru Departamento de Ciências Humanas FAAC), além de pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e vice-líder do grupo de pesquisa *Corpo, Identidade e Subjetivações*.

Luís Antônio Francisco de Souza

Doutor em Sociologia na Universidade de São Paulo, com Estágio Sanduíche na Universidade de Toronto, Canadá. Pesquisador na área de História da Polícia Civil, Processo Criminal, Violência Policial, Controle Externo sobre a Polícia, Políticas de Segurança Pública, Violência e Direitos Humanos. É livre-docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, atuando nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e Relações Internacionais, bem como no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no nível de mestrado e de doutorado. Atualmente é chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia, Vice-supervisor do Instituto de Políticas Públicas da Unesp, campus de Marília, e

coordenador científico do Observatório de Segurança Pública (OSP), do Observatório da Condição Juvenil (OCJovem), do Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP) e do Grupo de Estudos da Condição Juvenil (Gejuve). Site dos projetos e demais atividades dos grupos: www.observatoriodeseguranca.org

Thiago Teixeira Sabatine

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, atuando principalmente nos seguintes temas: sexualidade, travestilidades, territorialidades, gênero, políticas de segurança pública e saúde. Um dos organizadores da coletânea “Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito”, e “Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero” (ambos publicados pela Cultura Acadêmica). Atualmente é pesquisador e coordenador executivo do Observatório de Segurança Pública (OSP).

Bóris Ribeiro de Magalhães

Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, onde desenvolve a pesquisa intitulada “Risco, saúde e obesidade na prática profissional dos Policiais Militares do Estado de São Paulo”. É Coordenador Executivo do Observatório de Segurança Pública (OSP). Um dos organizadores da coletânea “Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito”, e “Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero” (ambos publicados pela Cultura Acadêmica). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do corpo e saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de saúde e segurança, biopolítica, sexualidade, corporalidade, obesidade e alimentação.

Sobre o livro

FORMATO 16x23

TIPOLOGIA Gill Sans e Palatino

PAPÉL Polén soft 85g/m2 - miolo
Cartão supremo 250g/m2 capa

ACABAMENTO Grampeado e colado

TIRAGEM 300

CATALOGAÇÃO Telma Jaqueline Dias Silveira

NORMALIZAÇÃO Maria Luzinete Euclides

CAPA Mário Pizzignacco

DIAGRAMAÇÃO Milla Pizzignacco

2012

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica e Editora Shinohara

(14) 3432.2830

A mídia, em todos seus desdobramentos, tem se mostrado um poderoso campo de produção de conhecimento, assim como de manutenção e reprodução das convenções sociais sobre masculinidades, feminilidades, orientação sexual, além de raça, classe e geração. Responsável por um imenso volume de trocas simbólicas e materiais em dimensões globais, as narrativas midiáticas são também pedagogias culturais capazes de cristalizar ou desestabilizar noções de gênero e sexualidade. Como elementos constitutivos das subjetividades contemporâneas, gênero, sexualidade e mídia têm pautado inquietantes questões na arena pública. O que vem demandando a elaboração de um arsenal teórico acurado para que possamos aprofundar os termos do debate, refinar conceitos e propor novas perspectivas metodológicas capazes de operar com as variadas tecnologias de comunicação hoje disponíveis e com os usos que as pessoas fazem desses recursos.

Os textos reunidos neste livro buscam sistematizar estes debates a partir de pesquisa provenientes de diferentes campos das Ciências Sociais e Humanas, mas que têm convergência teóricas que se encontram nas contribuições das teorias feministas, dos estudos culturais e queer.

ISBN 978-85-7983-279-6



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora